

MERCOLIS ALEXANDRE ERNANDES

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOURADENSE
(1920 a 1990)

MERCOLIS ALEXANDRE ERNANDES

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOURADENSE
(1920 a 1990)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jérri Roberto Marin

Dourados - 2009

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

981.727	Ernandes, Mercolis Alexandre.
E71c	A construção da identidade douradense : (1920 a 1990). / Mercolis Alexandre Ernandes. – Dourados, MS : UFGD, 2009. 117f. Orientador: Prof. Dr. Jérri Roberto Marin Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados. 1. Dourados, MS – História. 2. Identidade social. 3. Multiculturalidade. I. Título.

MERCOLIS ALEXANDRE ERNANDES

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOURADENSE
(1920 a 1990)**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador: Prof. Dr. Jérri Roberto Marin (UFMS)

2º Examinador: Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz (UFGD)

3º Examinador: Prof. Dr. Marco Aurélio Santana (UFRJ)

Dourados, 25 de agosto de 2009

DADOS CURRICULARES

MERCOLIS ALEXANDRE ERNANDES

NASCIMENTO	17/05/1982 – GLÓRIA DE DOURADOS/MS
FILIAÇÃO	Manoel Ernandes Maria Aparecida Novais Ernandes
2000/2007	Curso de Graduação em História Universidade Federal da Grande Dourados
2007/2009	Curso de Pós-Graduação em História, nível de Mestrado - Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Dourados

RESUMO

Este trabalho analisa a construção de identidades para os douradenses entre os anos 1920 e 1990. Uma construção polifônica para a qual contribuíram os discursos da imprensa e da Igreja Católica, dos memorialistas e do governo municipal, dos monumentos públicos e dos símbolos oficiais. Nessas décadas a cidade passou por inúmeras transformações sociais, culturais, econômicas e políticas. Tais transformações provocaram a superação do estigma da fronteira sertão transformando-a em um espaço criativo e de referência identitária. Por meio da criação de mitos fundadores, heróis, símbolos oficiais e monumentos, datas e fatos importantes a serem celebrados, procurou-se administrar a multiculturalidade com o discurso de uma sociedade ordeira, trabalhadora, feliz e hospitaleira. Para tal foi necessário criar laços de solidariedade a fim de homogeneizar as diferenças e representar Dourados, como uma terra sem conflitos, repleta de oportunidades e sentinela da brasilidade, a *terra de todos os povos*.

Palavras-chave: Dourados – Identidades – Fronteira sertão – Multiculturalidade.

ABSTRACT

This research analyzes the identities creation of Douradenses between the years 1920 and 1990. A polyphonic built which contributed to the discourses of the press and the Catholic Church, the memorialists and the municipal government, public monuments and official symbols. In those decades the city has gone through many social, cultural, economic and political changes. Such changes led to overcome the stigma of *the border hinterland* transforming it into a creative space of identity reference. Through creation of founding myths, heroes, monuments and official symbols, dates and important facts to be celebrated, it was managed with the multiculturalism discourse of a orderly society, hard working, happy and hospitable. That's why it was created ties of unified solidarity differences and represented Dourados like a land without conflicts, full of opportunities and Brazilian's sentinel, *all land people*.

Key words: Dourados - Identities - Frontier backlands - multiculturalism.

Dedico este trabalho ao meu pai e minha mãe.

AGRADECIMENTOS

São tantos que é até difícil começar. Sempre quando lia agradecimentos em trabalhos acadêmicos me questionava sobre a real necessidade deles existirem. Não entendia como pais, amigos, namorados (as) contribuía para a realização de um texto final. Hoje, tenho certeza de que se não fosse por esse conjunto de pessoas, o que se lerá a seguir não existiria.

Antes de cursar o Mestrado, foi necessário acertar contas com o passado. Para tanto uma pessoa foi fundamental, Jéri Roberto Marin. Há anos que ele me ensina, me orienta. Por inúmeras vezes, ele acreditou mais em mim do que eu mesmo, ocasiões que me dizia: *Mercolis tens que terminar logo isso!* Foi por meio de todos os incentivos dele que cheguei até aqui. Meu querido, obrigado pelo exemplo, pela competência, pela dedicação, pelo zelo, pela amizade e, principalmente pela paciência.

Alem do Jéri, outras pessoas são importantes. Quero agradecer ao Rodrigo Gomes Bortolanza, que alçou voo mais rápido do que eu e me fez avançar para alcançá-lo, sempre me dizendo que o fracasso jamais me surpreenderia se a minha vontade de vencer fosse suficientemente forte. Ao Fabricio Moser, um douradense que migrou para o sul do país para estudar e, ao retornar graduado em Artes Cênicas, passou a fazer parte da minha vida. A presença dele, talvez como um exercício de ator, me encorajou a olhar para dentro de mim e a me enfrentar.

Na retaguarda dessa confusão existencial, existem, ainda, Cricia e Alno Poiares, Juliano Ribeiro e Eduardo Limberg, amigos com os quais dividi as despesas e o espaço físico de uma casa durante o curso de Mestrado. O Alno, inteligente, inquieto, me dava força quando tentava me irritar dizendo: *Ahh, você ainda não é mestre!* ou *fica quieto seu graduado mortal*. O Juliano, advogado, um dia me perguntou: *Mercolis, o que é ser douradense?* Esta pergunta naquele momento foi traumática, pois a definição desse *ser* ainda não existia na minha cabeça. A partir desse questionamento, definitivamente me propus a pesquisar uma resposta, portanto, Juliano, ei-la. O *Cupiiiiim* (Eduardo), um híbrido produzido nesse sertão brasileiro, com o qual tive muitas conversas sobre a construção do pensamento ocidental, ocasiões que aproveitávamos para tentar entender as dinâmicas da cidade de Dourados e suas gentes. Cricia ou *Cricião* no aumentativo

mesmo, por tudo o que ela representa (tamanho, compreensão, amizade, preocupação e respeito), é ela a minha amiga Bióloga e Biomédica. A vocês *figuras*, agradeço muito.

Nossa casa sempre foi um lugar de trânsito. E é claro que nossos amigos agregados também contribuíram e preciso agradecê-los: Daniela Graciano, que a cada conquista minha dizia: *é isso ai amigo!* Talvez sem saber a positividade que esta frase me transmitia; Fabrícia Ajala, que muitas vezes após uma frase conclusiva dita por mim, exclamava: *que luxo!* E me fazia persistir para continuar sendo admirado por ela. Bruno Moraes, o maior incentivador da *Insana Produções* sempre por perto atuando nos bastidores (casa, carro, butecos) ou me emprestando seus ouvidos.

É um grupo grande de amigos. Homero Torres, presença constante nos momentos de escrita, uma espécie de filtro de cada parágrafo, obrigado pelas fotos. Atravessamos Dourados de ponta a ponta fotografando monumentos. Sandro Ducci, *Sassá*, que quando me via irritado ou sabia que havia trabalhado demais naquele dia, inventava de me pedir arroz carreteiro às 2 da manhã (ele sabe que cozinhar me faz bem, me relaxa). Em troca do arroz, descolei algumas impressões das versões iniciais deste trabalho por conta dele. Valeu *Sassá!*

Roberto Mecca Júnior e Luciano Menegucci, sempre incentivando e comemorando comigo cada conquista. Paula Regina Alvarenga (Paulete), mesmo você perdendo o material da qualificação e eu o avião para voltar de Porto Alegre, conseguimos! Obrigado pelos momentos certos em que passastes em casa para conversarmos. Lê (Leandro Soares) obrigado pela disposição imediata para editar as figuras/fotos. Gold (Goldemberg Fonseca) obrigado por me deixar usar uma das suas imagens. Danutta, muito obrigado pela amizade e pelo apoio, principalmente quando me ajudava a superar as inquietações provocadas pela leitura das obras de Michel Foucault. Marco Smiguelvícius, obrigado pelas muitas vezes que revisastes o texto comigo, pelos questionamentos e informações.

Aos meus colegas de turma, Marcos Túlio, Aline, Ademar, Carlos, Joseph, Jean, Fernanda, Bruno, Saulo um agradecimento saudosista com lembranças das risadas em sala de aula. As minhas queridas amigas Priscila e Ana, um beijo gigantesco no coração. Cleber! O que seria de mim se não fosse ele na secretaria do PPGH? Não houve e-mail que eu mandasse que ele não respondesse. Você tem parte nisso aqui, rapaz. Obrigado.

No meio desse processo, amadureci. Percebi que por mais importante que todas essas pessoas fossem nada disso faria sentido se, antes delas não existissem meus pais. Meu porto seguro, minha base e meus maiores exemplos. Papai, muito, mas muito

obrigado mesmo por sempre estar por perto e por contribuir com meus estudos. Mãe, obrigado pelas orações, pelas ligações, por me ouvir, me compreender e me aconselhar.

A partir dos meus pais, existem minhas irmãs, Márcia e Máira, lindas, meus amores. Quando pensava em desistir, lembrava que a Máira ainda estava por se formar e que a Marcinha colocara no mundo duas crianças igualmente lindas, Guilherme e Maria Fernanda, meus sobrinhos, pelos quais eu precisava, pela lógica do exemplo, continuar. Obrigado por vocês existirem.

Algumas agruras marcaram este período. Numa noite, levaram meu computador num arrastão de fim de ano. Fiquei sem! Mas, havia anjos por perto, amigos que se dispuseram a ajudar: uma temporada com o laptop do Téo (Teodoro Custódio) outra com o desktop da Lauriene. Vocês e suas máquinas, meus amigos, proporcionaram condições para que este texto final fosse escrito. Outros anjos podem ser chamados de Diego G. Januário, Luiz Nelson, Angela Rios, Lélío Loureiro, Cleimar Kraemer, Renato Cervantes, Marcelino Oliveira, Maria de Lourdes Beldi de Alcântara, Cello Lima. A mim só cabe agradecer muito a todos.

Agradeço aos meus professores, João Carlos, Graciela e Cláudio pelas aulas e pelas discussões. Aos queridos funcionários do Centro de Documentação Regional e da Faculdade de Ciências Humanas, principalmente a Débora Moretti. A Euzanete e Poliana, do Museu Histórico de Dourados. Prof. Paulo Roberto Cimó Queiroz e Prof. Marco Aurélio Santana, obrigado por terem aceitado dividir a responsabilidade da avaliação deste trabalho. Vossas considerações, desde a banca de qualificação, foram valiosas e só contribuíram para a discussão proposta.

Por fim, quero agradecer um amigo que mesmo longe, perpassa cada linha desta narrativa. Uma inspiração diária. O meu *outro* geográfico e simbólico. Um aquariano que depois de cruzar o país para chegar até Dourados, fez de mim um ser humano diferente, melhor. Vitor foi pensando na maior parte do tempo em você e querendo estar mais próximo que escrevi este trabalho. Daqui a pouco estarei por aí.

CHE ROHAI HU!

“Não me pergunte o que sou e não me peça para permanecer o mesmo”

Michel Foucault
1926 /1984

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	12
LISTA DE ABREVIATURAS	13
Resumo	04
Abstract	05
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1	22
1 Eis Dourados	22
1.1 Dourados na fronteira sertão: uma referência identitária a ser superada	24
1.2 Olhares que representaram	33
1.2.1 Os discursos religiosos	33
1.2.2 As narrativas regionais	36
1.2.3 O papel da imprensa	40
CAPÍTULO 2	57
2 Um município em transformação	57
2.1 O empoderamento do discurso da imprensa e a resignificação dos olhares que representaram	62
2.2 A situação multicultural	71
2.3 A operacionalização de multiculturalismo	74
CAPÍTULO 3	84
3 O discurso oficializado: a construção de um passado comum	84
3.1 Considerações sobre discursos emergentes	101
3.2 Reforço do multicultural	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Homenagem ao colono	53
Figura 2 - Brasão Oficial do Município de Dourados	86
Figura 3 - Bandeira Oficial do Município de Dourados	88
Figura 4 - Estátua de Antônio João	95
Figura 5 – Placa de instalação da estátua de Antônio João	96
Figura 6 - Placa de instalação da estátua de Antônio João	97
Figura 7 – Estátua de Getúlio Vargas	98
Figura 8 – Monumento aos Colonos	107
Figura 9 – Réplicas de animais e vasos de cerâmica	109

LISTA DE ABREVIATURAS

CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

INTRODUÇÃO

Muito tem se investido na construção da identidade douradense (concursos literários, curtas-metragens, *folders*, comerciais de televisão, cerimônias oficiais). A multiculturalidade é utilizada para definir esta identidade como homogênea e horizontal. Procura-se forjar, por meio de um sentimento único de amor a terra, que diferentes culturas convivem harmoniosamente em Dourados.

Ciente de que, desde o final do século XIX, o território onde a cidade está localizada abriga diferentes culturas, o que a caracteriza como multicultural, esta pesquisa analisa a construção da identidade douradense entre 1920 e 1990, a partir de seu mito fundador, discursos que representaram e representam e imagens que simbolizam. Tratam-se de estratégias para unificar o múltiplo, homogeneizar as diferenças e horizontalizar pertencimentos.

O mito fundador da identidade douradense, um discurso arregimentador que evidencia qualidades do antigo Patrimônio (solo, clima, construções, predisposição ao desenvolvimento e ao progresso), surgiu na década de 1920, por meio de quatro reportagens publicadas pelo jornal *O Progresso* em Ponta Porã. Nos anos 1930, depois da emancipação política, o governo municipal procurou fortalecer este mito

organizando a cidade com o intuito de prepará-la para um futuro de promissor: organização do espaço urbano, incentivos para abertura de novas casas comerciais, abertura de estradas para facilitar a locomoção e construção de pontes para ajudar no escoamento dos produtos foram ações que impulsionaram o progresso da cidade.

Medidas que destacaram um município localizado no interior do Brasil sertanejo, na faixa fronteira com o Paraguai, onde indivíduos e instituições procuraram enaltecer especificidades locais e positivar uma região considerada atrasada, longe, violenta, inculta e incivilizada. Especificidades que procuravam vincular a cidade ao projeto nacional e manter a coesão social. Progresso e civilização foram palavras muito utilizadas para reverter às características negativas que a *fronteira sertão* apresentava.

Neste trabalho, o sertão é apresentado sob dois pontos de vista, negativo e positivo. No primeiro caso, quando o discurso é o do atraso, da longitude, da insuficiência do poder estatal, da rusticidade da população, da violência, da criminalidade, do difícil acesso e da população miscigenada. No segundo, ele é visto com um território fértil para redefinições identitárias, visto que passou a existir a crença, sobretudo da literatura, de que nos sertões brasileiros espalhados pelo interior do país havia brasileiros autênticos, fortes e resistentes.

Estando no sertão do antigo Mato Grosso, Dourados recebeu, também, estas duas avaliações. Por estar na fronteira com o Paraguai, o município apresenta uma realidade sertaneja e uma localização e situação fronteira. A fronteira, outro conceito por nós utilizado, aqui transcende sua acepção mais fechada, no sentido de fronteira seca, limite do Estado nacional e fomenta uma realidade a partir do sentimento de fronteira vivida.

Estudar a identidade douradense é importante porque, para incentivar a atividade agrícola, foi necessário homogeneizar o pertencimento coletivo. Proposta pelas elites letradas, divulgada pela imprensa e corroborada pelo governo municipal, a identidade douradense sugere, desde o final do século XIX, multiculturalidade. Embora ela exista, é preciso pensar sob quais condições ela se instalou e foi gerenciada. A contribuição deste estudo está em revelar a intenção dos discursos produzidos no e sobre o município que vincularam Dourados à história nacional, procuraram produzir trabalhadores nacionais engajados e conformados e gerenciaram as diferenças culturais para alcançar o progresso e a civilização.

Sobre o progresso, tomamos como referência o significado desenvolvido por Jacques Le Goff (1996), que afirma que este é conceito ocidental, desenvolvido no século XIX, portador de um esforço intencional cuja finalidade é o juízo de valor para obter-se progresso técnico, científico e moral. Esta idéia de progresso traz, segundo o autor, conforto e segurança, progressos do liberalismo, da alfabetização, da instrução e da democracia, funcional para a Dourados dos anos 1950. Duas décadas depois, em 1970, foi à ideologia do progresso econômico a responsável pelo crescimento e desenvolvimento da cidade e da região.

No que se refere à civilização, Norbert Elias (1993), fala de reorganização de relacionamentos humanos, de mudanças estruturais e de sintonia de condutas para o estabelecimento de uma teia de ações sociais que, no caso douradense, procurou construir uma identidade homogênea, única. Como identidade, estamos considerando o que escreveu Stuart Hall (2003), ou seja, o conjunto de características partilhadas por grupos ou pessoas, que reconhecem uma origem comum para os indivíduos e os símbolos que a representam (História, hino, bandeira, brasão, discursos e alegorias). As origens comuns foram arroladas pela história e pelas armas municipais, que procuram remeter a identificação coletiva aos sentimentos ambíguos de ser e estar. As características partilhadas, por sua vez, estiveram concentradas no ideal de modernidade, através do qual novas sociabilidades apareceram.

Esse conjunto de características é sustentado, em Dourados, boa parte pela memória, seja ela individual ou coletiva. Segundo Maurice Halbwachs (1990), a memória individual existe a partir da coletiva, tratam-se de lembranças que foram construídas no interior de um grupo, cujo referencial é o sujeito. Juntas, memórias coletivas e individuais dão sustentabilidade para formação identitária. Nessa formação, segundo Michel Pollak (1992), são importantes os acontecimentos, os personagens e os lugares. Em Dourados, houve a incidência de todos esses elementos como se verá ao longo deste trabalho.

As memórias produzidas sobre Dourados descrevem situações multiculturais. A cidade recebeu diferentes contingentes populacionais oriundos de várias partes do país e do mundo, e por isto, assistiu em seu território os conflitos e as negociações entre esses grupos. Multicultural, segundo Hall (2003) qualifica uma sociedade formada por diferentes culturas onde problemas de governabilidade surgem a partir desta formação, esses problemas exigem estratégias de regulação do múltiplo que são chamadas de multiculturalismos.

A produção acadêmica pouco ou nada fala da identidade douradense. Por outro lado, com relação à história do município, Betoni (2002) apresenta um trabalho significativo, principalmente porque abre um leque de possibilidades investigativas acerca de sua história e memórias. Os eixos temáticos por ele estabelecidos e trabalhados nos auxiliaram em muitas formulações sobre a construção da identidade douradense, ao ponto de nos valer em inúmeros momentos desses mesmos eixos para conduzir nossa discussão. Os pioneirismos, a luta da civilização contra a barbárie e as especificidades locais, também compõem parte da estrutura deste trabalho.

Para entender como se procurou criar uma identidade para os douradenses, precisamos contextualizar um pouco da política regional no que se refere aos pertencimentos coletivos. Osvaldo Zorzato (2000) e Lilya Galletti (2000) fornecem um panorama conciso da situação do Mato Grosso perante os olhos da nação brasileira e os mecanismos utilizados para superar estigmas e construir uma identidade mato-grossense. Galetti, em “Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre o Mato Grosso”, nos apresentou o sertão, visto pelo observador do litoral como um espaço sem construção, com pouca população não-indígena, inóspito e longe. Depois, rico, porém, rude, e trouxe a discussão para o Mato Grosso, que em todas as definições do conceito poderia ser encaixado.

Para combater esta visão negativa um projeto identitário para o Mato Grosso foi criado. Zorzato analisou este processo e afirmou que fazia parte dele o estabelecimento de uma memória consensual, reestruturação social e étnica valorizando as origens européias da população, enaltecimento de heróis militares e resgate de episódios importantes do passado. Ela escreve sobre os estigmas e Zorzato (2000) da identidade propriamente dita. Atraso religioso, lateralidade e terra de missão, eram situações verificadas que não representavam positivamente o Estado, e em função disso, esforços foram feitos, para que a identidade mato-grossense se fizesse eficiente. Atuaram neste sentido, Igreja, Estado e instituições como o Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso e o Centro Mato-grossense de Letras.

A situação fronteiriça contribuía negativamente para as representações sobre a região. Ao apresentar aspectos da fronteira e dos fronteiriços, Marin (1997) discute sobre uma realidade de trocas físicas e simbólicas, positivas e negativas, de proximidade e de segregação. Sua contribuição vai além. Este autor analisa, no contexto mato-grossense, a atuação da Igreja Católica no que se refere ao apoio dado ao projeto da identidade do Mato Grosso.

Depois de elencar as principais características do sul do antigo Mato Grosso, como vastidão territorial, situação fronteiriça, população não indígena pequena e espalhada pelo território e desaparecimento estatal, Paulo Roberto Cimo Queiroz (2005) escreve sobre os sentimentos de divisionismo entre os mato-grossenses do norte e do sul, e de uma embrionária identidade sulista que se formou no início dos anos 1930. Uma vez identificado, este sentimento se fortaleceu e na ressignificação feita pelas elites sulistas de alguns elementos da identidade mato-grossense, a imprensa douradense, os memorialistas e o governo municipal procuraram diferenciá-la do norte e do extremo sul (região de fronteira) do antigo Mato Grosso, solicitando para si o exemplo de brasilidade.

Um discurso assumido e amplamente divulgado pela imprensa por meio dos jornais *O Douradense* e *O Progresso*. Nas reportagens publicadas por eles encontram-se mitos fundadores, discursos identitários, campanhas pró progresso e civilização, ampla política de valorização da cidade, do solo, do clima, das possibilidades para o futuro e de suas gentes. Foi por meio das páginas dos jornais que circularam e circulam até hoje em Dourados, como é o caso do *O Progresso*, que cidadãos letrados, jornalistas e advogados valorizaram a agricultura, criticaram a Mate Laranjeira, defenderam a industrialização dos ervais, incentivaram a pecuária refinada, selecionaram os amigos da cidade, reivindicaram melhorias para o município e elegeram políticos nos níveis, estadual e federal.

Nessa produção de sentidos realizada pela imprensa, porém, pouco falou sobre as populações indígenas aqui existentes. Muito pelo contrário, procuraram escondê-las. Silva (2007), trabalhou com as representações dos Guarani – Kaiowá e Nandeva produzidas ao longo dos anos 1980 e identificou que quando a imprensa resolveu noticiar a questão indígena, só o fizeram depois de decidir quem era o índio bom e o índio mal para os projetos da cidade.

Para realizar esta pesquisa, recorreremos a diversas fontes como, jornais, textos memorialistas, impressos oficiais do município e trabalhos acadêmicos. As reportagens da imprensa nos forneceram importantes pistas de como os pertencimentos começaram a ser arrolados. Percebemos pontos comuns entre os discursos da imprensa e dos memorialistas, quais sejam: pioneirismo, valentia dos homens, chegada do progresso via agricultura, tanto quanto uma necessidade em lembrar um passado posto como heróico sustentado por heróis militares nacionais e pela bravura de indivíduos corajosos que desbravaram a mata fechada e fixaram-se no sertão.

Para Dourados, o surgimento do novo regime nos anos 1930 não era simplesmente um acontecimento político, era o momento de construir uma identidade que permitisse interpretar e reconstruir o passado a partir dos novos objetivos. Em outras palavras, foi preciso *formar almas*. Então, passou-se a eleger heróis, mitos e símbolos, elementos que representariam a memória de um povo forte e valente, ordenado e trabalhador, com olhar promissor sobre o futuro.

No ofício do historiador estudamos a memória sob a ótica de que ela auxilia o nosso trabalho e contribui para o entendimento do acontecido. Neste, as narrativas memorialistas são fontes. No momento em que a proposta delas passa a ser a unificação das lembranças em torno do mesmo passado ela é vista como uma especificidade histórica. A memória é, também, produtora de lapsos. E enquanto tal, a história oficial de Dourados, foi e é pautada pela atuação dos colonos e dos *pioneiros* lembrados por elas. Elas, ainda, não são neutras e nem podem ser utilizadas como argumento de autoridade ou verdade absoluta, pois carregam sobre si, o fato de ser fruto de uma seleção, feita pelo narrador, considerando elementos de sua formação pessoal. Isto torna a análise verossímil, mas não incontestável.

Muito embora não neutras, enquanto fontes, elas tornam-se importantes para a escrita da História, pois também podem costurar rupturas sociais importantes. Além disso, dentro de um projeto de construção identitária, as memórias podem legitimar práticas de homogeneização cultural ou demarcar diferenças.

Entendemos, então, a memória como uma representação do fato. Assim, para Pierre Bourdieu, as representações podem “contribuir para produzir aquilo por ela descrito ou designado, quer dizer, a realidade objetiva” (BOURDIEU, 1989, p. 114). Para Roger Chartier, os discursos “produzem estratégias e práticas sociais, que (...) tendem a impor uma autoridade a custa de outra, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 1990). Foram utilizadas aqui, as memórias escritas por João Capilé Júnior – Monografia Histórico-Corográfica do Município de Dourados (1948); Ercília Pompeu - Monografia do Município de Dourados (1965); Armando Carmelo – Dourados, terra prometida (1973); Astúrio Monteiro de Lima – Mato Grosso de outros tempos, pioneiros e heróis (1978) e Goreti Dal Bosco – Pioneiros Viajantes da Ilusão (1995).

Pela mesma lente teórica olhamos para o discurso produzido pela imprensa. O jornal *O Progresso* em 1921, quando era publicado em Ponta Porã, foi o responsável

pelo mito fundador do pertencimento coletivo douradense. Décadas depois, foi *O Douradense (1948-1951)*, editado por Armando Carmelo que seguiu na mesma direção, isto é, falando de uma cidade promissora, honesta, progressista, educada e em constante transformação. Depois de 1951, o jornal *O Progresso*, passou a ser impresso e editado em Dourados o que fez dele o principal meio de comunicação existente na cidade, com eficiência na formação da opinião pública. Há uma continuidade nos editoriais destes jornais. Foi por meio da imprensa que o discurso unificador se efetivou e massificou os elementos e os símbolos identitários. Ela publicou memórias como as de Capilé Júnior e Ercília Pompeu que passou a ser oficial.

Quando o discurso oficial surgiu, a imprensa o publicou. O legislativo e o executivo reconheceram a monografia de Pompeu (1965) como História Oficial, e a partir dela elaborou o hino, a bandeira e o brasão, que por meio de palavras, cores e símbolos passaram a representar Dourados. A linguagem heráldica utilizada, a amplitude dos elementos como a cor branca (paz e neutralidade), amarela (riqueza) e azul, a preocupação com a agricultura (aveicas) e com a erva-mate, foram utilizadas para que os douradenses se sentissem representados por estes símbolos.

Símbolos que a academia ao descrever, reconheceu. Escolhemos como representante do discurso acadêmico sobre a identidade douradense o livro Memória Fotográfica de Dourados de Regina Heloíza Targa Moreira (1990). Trata-se de uma obra que reafirma o discurso memorialista ao citá-los, ao fornecer datas, nomes, fatos, e registros que sugerem uma sociedade que incessantemente procurou moldar-se para progredir e civilizar-se.

Os resultados da pesquisa estão apresentados em três capítulos. No primeiro, *Eis Dourados*, enfocamos rapidamente o histórico do município até sua criação em 1935. Sabendo da existência dele e basicamente de sua formação, apresentamos aspectos da realidade verificada na região que caracterizam a fronteira sertão e como este mesmo espaço se tornou fértil e criativo para a construção de uma identidade para os douradenses. Um espaço sertanejo e fronteiriço que teve nas páginas de um jornal publicado em Ponta Porã, seu mito fundador. A partir dele, olhares passaram a representar a região e a cidade, como os discursos da imprensa e dos grupos religiosos.

No segundo capítulo, *Um município em transformação*, estão as alterações sócio-econômicas e as mudanças de hábitos e costumes que permitiram que a imprensa se apoderasse e ressignificasse os mitos fundadores e as narrativas que representaram a cidade, e gerenciasse a retomada dos aspectos da formação histórica para caracterizar

uma situação multicultural, na qual multiculturalismos fizeram-se necessários para organizar o coletivo.

No terceiro e último capítulo o discurso oficial aparece propondo identificação coletiva, por meio de símbolos como brasão, bandeira, hino e história municipal. O discurso oficializado procurou unificar sentimentos que vinculavam o indivíduo à terra e a história do lugar. Essa tentativa de homogeneização fez surgir solicitações de reconhecimento das diferenças culturais existentes que passaram a exigir reconhecimento. Uma organização desestabilizada quando se construíram monumentos públicos em homenagem a personagens e culturas para legitimação de projetos políticos. Diante dessas solicitações, na atualidade, o reforço do multicultural tenta reafirmar a atemporalidade do mito fundador quando representa Dourados como terra de todos os povos.

Capítulo 1

1 EIS DOURADOS

Desde o final do século XIX, dentro da área de atuação da Companhia Mate Laranjeira, especificamente no planalto sedimentar da bacia do Paraná, famílias oriundas do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo fixaram-se em terras devolutas pertencentes ao território do então município de Nioaque, Mato Grosso. Terras há muito ocupadas pelos índios Guarani que viviam espalhados pela região e utilizavam o território como rota de passagem, principalmente as margens do Rio dos Dourados.

Por ser vasto, Nioaque, possuía distritos policiais distribuídos pelo interior, sobretudo em áreas com significativa concentração de indivíduos. Uma dessas áreas, localizada nas proximidades do Rio dos Dourados, recebeu o nome do topônimo originando assim, o distrito policial de Dourados. Perto da sede do distrito policial, em 1903, Marcelino Pires, um paranaense, se instala e toma posse de alguns hectares de terra conhecidos, na época, como Fazenda Alvorada.

No início do século XX, a falta de estradas dificultava o acesso à região. Por isso, foi só depois da abertura da estrada do Porto Quinze, em 1907, que várias famílias vieram para o distrito – a de Manoel Santiago de Oliveira no mesmo ano; a de Januário Pereira de Araújo em 1908; a de Paulo Hildebrando, João Zeferino de Almeida, José Alves Leite, João Teodoro, Joaquim Paulino, Manoel Batista e Francisco de Matos, todos em 1909.

De todos estes nomes, os memorialistas atribuem a Marcelino a intenção de fundar um patrimônio nos idos de 1909, o “Patrimônio das Três Padroeiras”¹ - Imaculada Conceição, Santa Rita e Santa Catarina (POMPEU, 1965, p. 11). Para tanto ele desmembrou, segundo Pompeu, três mil e seiscentos hectares de terra e os doou para a formação do referido patrimônio. O território do Patrimônio de Dourados, com o desmembramento do município de Nioaque, em 1912, passou a pertencer a Ponta Porã. Anos depois, em 1914, foi criado o Distrito de Paz de Dourados (Resolução Estadual n° 658 de 15 de junho), com sede no Patrimônio.

Segundo Capilé Júnior (1948), em reportagem publicada no jornal *O Douradense*, havia cerca de seiscentos indivíduos distribuídos em fazendas ao longo da área de abrangência do Distrito. Algumas dessas famílias, como as de Marcelino Pires, Joaquim Teixeira Alves e Pedro Palhano, por exemplo, concentraram-se mais ao centro.

Os índios Guarani, até então, viviam espalhados pelo território. Para efetivar o povoamento não-indígena na região onde o povoado começava a se formar, eles foram aldeados em 1915, na “colônia indígena” de Dourados (Decreto n. 401 de 03/09/1915), uma medida, segundo o governo do Estado, para proteger os Guarani existentes no território do Patrimônio. O aldeamento dos índios numa área limitada disponibilizou espaço para a chegada e a instalação de imigrantes. O censo de 1920 contabilizou a população total do Distrito em 6.238 habitantes².

Na metade da segunda década dos anos vinte (1925), a “colônia indígena” se transformou em Posto estabelecido e controlado pelo Serviço de Proteção ao Índio (MOREIRA, 1990, p. 13). Em 1935, as lideranças locais reivindicaram o desmembramento de Ponta Porã, dando origem ao município de Dourados por meio do decreto n.º 30 de 20 de dezembro (BETONI, 2002).

¹ Existem algumas controvérsias sobre o nome atribuído ao lugar. Memorialistas como Pompeu (2002) e Silva (1973) afirmam que o primeiro nome do patrimônio foi Patrimônio das Três Padroeiras. Entretanto a Resolução Estadual n.º 255 de 10 de abril de 1900, no segundo artigo, dispõe sobre a criação das “parócheas” de Ponta Porã e Bela Vista, ambas no território do município de Nioaque. A “paróchea” de Ponta Porã compreendia, segundo o documento, os limites entre o distrito policial com o mesmo nome (Ponta Porã) e o distrito policial de *Dourados*. Souza (2003), utilizou este documento para contestar os memorialistas, e afirmou que de fato e legalmente, o povoado nasceu com o nome de Dourados. Betoni (2002) tentou considerar com isenção a esse respeito. Citou a versão memorialista, mas alertou o leitor afirmando saber que “já em 1900 havia sido criada, no então município de Nioaque (ao qual pertencia toda essa região), a paróquia de Dourados” (p. 21). Para nós um equívoco acadêmico, pois a Resolução n.º 255, cria duas paróquias (Ponta Porã e Bela Vista) e utiliza o *Distrito Policial* de Dourados para delimitar a de Ponta Porã. O documento não dispõe sobre a criação de uma paróquia no/ou próximo ao distrito policial de Dourados.

² RECENSEAMENTO do Brasil: realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1926. v. 4, 1ª parte.

1.1 DOURADOS NA FRONTEIRA SERTÃO: UMA REFERÊNCIA IDENTITÁRIA A SER SUPERADA

Na década de 1930, Getúlio Vargas, procurava unir as várias regiões do Brasil em um único corpo orgânico, um Estado nacional forte e integrado. Sobre este período Chauí (2000) retoma Euclides da Cunha em *Os Sertões*, e a existência de “dois brasis” – tese reafirmada pelos integralistas dos anos 1920 e 1930. Para esta tese, o Brasil litorâneo, “formal, caricatura letrada e burguesa da Europa liberal” se opunha ao “Brasil sertanejo, real, pobre analfabeto e inculto” (CHAUÍ, 2000, p. 67).

Nesse Brasil sertanejo estava o antigo Mato Grosso, e conseqüentemente Dourados. Do ponto de vista da nação, o território mato-grossense era visto de maneira dicotômica. Simultaneamente significava um lugar atrasado, longe e selvagem ao mesmo tempo em que era visto como “uma reserva de brasilidade, uma fronteira da pátria a ser ocupada por bravos pioneiros” (GALETTI, 2002, p. 23). Para uma nação em construção as diferenças regionais precisavam ser superadas e suas áreas geográficas incorporadas à dinâmica nacional.

Os viajantes estrangeiros, os observadores do litoral ou a Igreja Católica fortaleciam os discursos que representavam o antigo Mato Grosso como um território carregado de conotações negativas denominadas por Galetti (2000) como “estigma da barbárie”. Consoante com uma das acepções do discurso nacional, a reação às imagens negativas atribuídas ao Mato Grosso como gente sanguinária, vingativa, preguiçosa e ignorante, deu suporte para um projeto identitário construído, que procurou atribuir representações positivas e de brasilidade ao espaço mato-grossense (GALLETTI, 2000).

Reagir contra este estigma era tomar parte do outro Brasil, o do litoral. Imbuídas nisso, as elites cuiabanas procuraram livrar-se das representações negativas e se dispuseram a construir uma identidade com o intuito de fortalecer os sentimentos de pertencimento a terra. O projeto identitário para o Mato Grosso foi pensado pelos grupos sociais dominantes estreitamente vinculados ao poder, com a intuição clara de difundir na população imagens construídas em torno de um passado comum. Para Zorzato (2000), a construção de uma memória historiográfica procurava estabelecer um consenso ao criar laços de pertencimento grupal como sendo “filhos do mesmo solo” e da mesma “família”. O reconhecimento desses sentimentos pelos mato-grossenses serviria também para escamotear as desigualdades sociais existentes e unir grupos políticos rivais, combatendo as imagens negativas e garantindo a “primazia do mando”.

Esse projeto foi gestado nas primeiras décadas do século XX e teve ênfase a partir de 1919 com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso – IHGMT e as comemorações do bicentenário da fundação de Cuiabá.

Zorzato (2000) analisa as estratégias utilizadas pelas elites mato-grossenses para a construção de um projeto identitário forjado (no sentido de construído, moldado), que em primeiro lugar procurou “constituir para os próprios mato-grossenses uma identidade que os unisse” (p. 420). Na fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Bolívia a “luta contra a ameaça estrangeira” foi assumida resgatando episódios e heróis militares do passado “que quando não eram mato-grossenses poderiam ser adotados como tais” (ZORZATO, 2000, p. 422).

Nesse projeto a composição social e étnica foi reestruturada pelo resgate apenas das origens européias e o estabelecimento da obra civilizadora buscou, no passado, os episódios militares travados em território mato-grossense em defesa das fronteiras geográficas brasileiras. O projeto identitário pensado atingiria todo o território. Dele, fazia parte a formação de um povo de origem seleta, nobre em atitude e procedência; uma estrutura social politicamente organizada; a grandeza épicas das conquistas; e a *luta para devassar a natureza e os homens igualmente selvagens* (ZORZATO, 2000, p. 422, grifo meu).

Não obstante os esforços, o território mato-grossense ainda continuava sendo visto como sertão. Ele era vasto, e assim como o Brasil apresentava diferenças regionais dentro de seus limites. Queiroz (2005) conta ser comum dividir o espaço em três porções: a parte mais amazônica, onde hoje está localizado o Estado de Rondônia e à porção setentrional do atual Mato Grosso formavam o *norte*; o *centro* era a região polarizada pela capital, Cuiabá e a parte *sul* que tinha Corumbá e Campo Grande como principais centros urbanos.

Se o Mato Grosso era representado como sertão e essa representação atestava a existência de vários brasis pelas diferentes características regionais que possuía, simbolicamente, por fronteiras imaginárias, a (re)divisão desse espaço sertanejo em três porções (*norte, centro e sul*) sugere a existência não só de vários brasis, mas também de vários sertões. No sertão sul do antigo Mato Grosso, características geográficas e sociais facilmente observadas contribuíam para o discurso do atraso com relação aos centros mais desenvolvidos. Discursos da época construídos no litoral, apontavam para a existência de espaços considerados “vazios” – terras ainda não totalmente submetidas

ao controle do Estado e à dinâmica da economia nacional onde ainda habitavam populações selvagens ou pouco civilizadas (índios e habitantes do sertão).

Segundo Queiroz (2003), eram características do sul do antigo Mato Grosso: vastidão territorial; situação fronteiriça (Brasil e Paraguai); grandes distâncias dos principais centros brasileiros; vias de comunicação precária; população não indígena pequena e dispersa e estrutura fundiária marcada pela grande propriedade (p. 20). Nesse sentido, Dourados, no extremo sul do antigo Mato Grosso, estava localizada no Brasil sertanejo e fronteiriço e as características negativas ou pejorativas atribuídas ao antigo Mato Grosso se estendiam ao distrito de Dourados.

Em Dourados, o “estigma da barbárie” era sustentado pelas representações de uma população armada e vingativa com elevado índice de criminalidade, de contrabando, corrupção e voto de cabresto³, por um lado, e pela presença de populações indígenas, por outro. A situação política verificada na região era marcada por paixões partidárias que levavam a lutas armadas pelo poder. Ao falar da “Dourados que pouca gente conhece” no livro *Os Pioneiros - viajantes da ilusão*, Dona Sylvia Araújo Moraes, filha de Januário Pereira de Araújo, diz que este “era um tempo interessante, mas muito violento” (BOSCO, 1995, p. 5). Astúrio Lima, um memorialista afirma que “quando não era o Abílio de Matos que corria atrás do Gaspar Alencastro, era o Gaspar que escorraçava o Abílio, que ia se esconder nas matas da Picada Guaçu” (LIMA, 1978, p. 26). Em outra passagem, o referido memorialista tenta explicar a existência de lutas ásperas:

“uma área imensamente primitiva povoada por gente que vinha de todas as bandas trazendo costumes diferentes, numa quase miscelânea, teria que, forçosamente, ser sacudida com o escoar do tempo por lutas internas – choques e desavenças -, tudo fruto do meio agreste e bravio, onde não se casavam sentimento cristão e amor fraternal necessários e imprescindíveis para a vivência em mundos virgens e desconhecidos como esses” (LIMA, 1978, p.120).

³ Astúrio Monteiro de Lima, no livro *Mato Grosso de outros tempos – pioneiros e heróis*, narra uma situação ocorrida em Dourados e presenciada por ele numa época de eleição estadual por volta de 1917. Segundo a narrativa, as cédulas eleitorais eram entregues “na boca da urna” pelo sub-delegado. As cédulas de cor azul eram entregues aos partidários do governo, as de cor amarela eram entregues aos eleitores da oposição. O memorialista escreveu que: “aí daquele que, à vista do sub-delegado, apanhasse o envelope amarelo!... ficava marcado pela autoridade policial e, mais cedo ou mais tarde, pagaria pela audácia e pela imprudência” (Lima, 1978, p. 26). Por paixões como essa, é que a política da época esteve recheada de “prevenções e ódios de lado a lado”.

Diante desse cenário, para o autor, quem se arriscava a vir morar em Dourados demonstrava coragem e ânimo forte, pois os “fracos e os caguinchos desertavam num dia qualquer em meio à jornada” (LIMA, 1978, p. 26). Situações adversas, segundo o autor, exigiam dos “chegantes” – homem de terra, aventureiro, malfeitor, homem de negócios ou simples corre-mundo, habilidade para estar por estas bandas. As “agruras do meio ambiente, as terríveis endemias, as chuvas violentas que tudo inundava, os mosquitos ferozes e os índios traiçoeiros” somavam-se às lutas e “degladações” pela formação de posses de terras e legitimação. As constantes “pendengas” oferecia um campo apropriado para a “nefasta politicagem” (LIMA, 1978, p. 120-121).

O título da crônica de Lima, *como se pode fazer um bandido* sugere que se o indivíduo não viesse para Dourados corrompido o meio em que ele se inseriria agiria por conta própria e exigiria dele, em alguns momentos, atitudes violentas em defesa da vida ou da propriedade. De acordo com o autor, circunstâncias como essa geraram o caudilhismo verdadeiro e freqüente, correrias armadas, desavenças, motins, vinganças e banditismo, episódios vergonhosos que causavam indignação (LIMA, 1978, p. 121).

Em Dourados, as representações do espaço sertanejo, ou seja, do outro - geográfico ou simbólico, e do lugar - geográfico ou social, encontrou na situação fronteira igualmente geográfica e simbólica um espaço criativo que fertilizou outro significado, uma tentativa de diferenciação. A partir de então, passou-se a falar em fronteiras nacionais com mais freqüência e buscaram protegê-la, ocupá-la e integrá-la ao restante do corpo nacional. Segundo Nogueira (2007), a tradição indica pelo menos duas concepções de fronteira: uma política e outra econômica. Politicamente, ela é o limite territorial do estado-nacional. Surge a partir do pensamento positivista e encontra na Geografia ratzeliana como parte de um organismo maior, o Estado. Nessa tradição ela é o limite, o que separa e confronta, portanto é a parte mais sensível da Nação. Para o autor a fronteira é “essencialmente relacional, regra geral, um espaço definido pelo outro que está num centro (etnocêntrico), sendo, portanto, subordinado” (p.29). Essa concepção política nasce com a formação dos Estados-nacionais que ao se formarem tiveram que demarcar claramente as linhas divisórias, o que facilitou sua consolidação e implicou no limite da ordem, da norma e do poder instituído (NOGUEIRA, 2007, p.29).

Fixa ou móvel, para Nogueira (2007), a fronteira é, sem dúvida, o resultado de sua construção histórica como divisor de soberanias e disputa de poder e defesa do território nacional. Em seus limites o Estado pode oferecer “proteção” e “punição” aos seus cidadãos. Concomitantemente as fronteiras também podem ser espaços de

contravenções, rota de fuga e de contrabando. Segundo Marin (1997, p. 166), “a fronteira podia também significar a conquista da liberdade. Criminosos paraguaios e brasileiros, procurados pela polícia refugiavam-se no sul do antigo Estado de Mato Grosso ou no Paraguai”, do mesmo modo que os combatentes da Revolução de 1932 se refugiaram no país vizinho até a sua anistia.

A fronteira econômica aparece como espaço a ser envolvido por meio de processos de expansão territorial interna e incorporação de áreas à atividade produtiva. Em ambos os casos, a referência espacial é a centralidade fornecida pelo lugar político ou econômico. Como limite do território nacional ela sugere um centro de controle, geográfico ou não, de onde emanam as ordens na forma de políticas que dependem da relação estabelecida com o vizinho.

Essas políticas podem ser de estreitamento das relações entre os países ou de vigilância no que se refere à segurança do território. O sul do antigo Mato Grosso, recebeu por parte do Estado políticas de defesa, povoamento, controle e integração. Tais políticas contribuíram significativamente para que esta fronteira fosse percebida, num primeiro momento, como periferia do Estado nacional, para logo em seguida ser transformada, pelas construções identitárias, em reserva de brasilidade.

O que se sugere aqui, é que mesmo sendo percebida como periferia, sua essência só pode ser percebida, como afirma Nogueira “a partir dela e da relação que ela mantém com outros espaços não apenas o exterior a ela como também com os espaços interiores do Estado-nacional” (NOGUEIRA, 2007, p. 30). Em outras palavras, estamos querendo estar próximos do que escreveu Michel Foucher sobre o caráter da subjetividade da fronteira que demonstra o sentido de fronteira vivida. Para Nogueira, a fronteira é “um lugar de demarcação de diferenças, onde normas, leis e soberanias possuem um limite físico, o limite do próprio Estado-nacional”, e um espaço criativo “onde a dinâmica das atividades produtivas, de formas de organização social, de temporalidades, etc. se defrontam no interior de um mesmo Estado-nacional” (NOGUEIRA, 2007, p. 32).

Ao defrontarem-se, para Elias (1993, p. 195), essa “reorganização dos relacionamentos humanos se faz acompanhar de correspondentes mudanças nas maneiras e na estrutura da personalidade do homem”. À medida que os indivíduos “chegavam e sintonizavam sua conduta com a de outros, a teia de ações teria que se organizar de forma mais rigorosa e precisa” (p. 196).

Enquanto espaço de referência identitária, a fronteira nos possibilita dois caminhos, o da percepção e o da vivência. O primeiro é fornecido pela Geografia numa

região fronteira com outros países. Dourados está numa região fronteira com o Paraguai. A segunda, por sua vez, é disponibilizada pelos indivíduos que nela vivem. No sentido turneriano, o ponto de encontro entre a civilização e os selvagens requer uma regulação intensa e estável de paixões e sentimentos humanos (NOGUEIRA, 2007). Dentro das fronteiras, sejam agrícolas, culturais, econômicas, geográficas e simbólicas os sujeitos procuram se reorganizar a fim de diminuir o impacto que os desafios provocam. Estar na fronteira exige desses mesmos indivíduos atenção, regulação e pertencimento comum, de modo que ele possa se encontrar enquanto cidadão integrante de um todo que começa a se formar.

No caso douradense, organizar a teia de ações e sintonizar as condutas para formar um todo significava combater os estigmas associados à *fronteira sertão*. A primeira tentativa de reverter estas representações ocorreu por meio das reportagens escritas por Rangel Torres, entre junho e julho de 1921, no jornal *O Progresso*, quando ainda era editado em Ponta Porã⁴. Nessas reportagens, Rangel Torres, editor e jornalista atribuía adjetivos positivos para Dourados: “ricas terras”, “próspero distrito”, “futura região” com “futuro bonançoso” (*O Progresso*, junho/julho de 1921).

Em quatro reportagens Rangel Torres, procurou descrever o que vira em uma viagem que tinha feito até Dourados. Na primeira publicação em 12 de junho de 1921, ele informa que havia “algumas dezenas de casas edificadas no Distrito com aspectos agradabilíssimos”. Eram os “melhores e mais bem acabados sortimentos para satisfação dos mais exigentes fregueses” (apud SOUZA, 2003, p. 29). Em seguida ele destaca as lavouras de arroz, considerando-as ainda em escala regular, mas que já exigia a necessidade de um aparelhamento moderno. Para Rangel, “alguns poucos centos de réis” de uma ou mais pessoas resolveria o problema e os lucros seriam compensadores e do mesmo modo que o arroz, “o trigo podia ser cultivado com toda probabilidade de êxito e lucros se para ele houvesse aparelho de beneficiamento”, além de qualquer tipo de cereais que poderia ser cultivado nas “ricas terras de Dourados” (apud SOUZA, 2003, p. 29).

⁴ O jornal *O Progresso* é considerado o jornal mais antigo da região sul de Mato Grosso e pode ter sua atuação marcada por dois períodos distintos (Silva, 2007). O primeiro período aconteceu durante os anos vinte do século XX, quando foi fundado por Rangel Torres em Ponta Porã e teve uma breve circulação por conta da nomeação de seu fundador para o cargo de promotor público (Silva, 2007, p. 24).

Na segunda reportagem, de 19 de junho de 1921, ele destacou a pecuária afirmando que “muito embora a ausência de grandes fazendeiros que se dispunha a fazer seleção de raças e melhorar os campos, Dourados é de um futuro bonançoso nesse ramo de atividade humana”. A matéria dizia que em Dourados havia uma “gente dedicada a todo surto de progresso” fato que chamava atenção de “tropeiros vendedores de touros finos, vindo de São Paulo e Minas Gerais”. Para o autor este trânsito pela zona de Dourados não era muito antigo, mas os esforços compensavam. Não fazia nem atribuía aos douradenses apologias ao gado zebu, mas a procura por este tipo de bovino pelos criadores de Dourados evidenciava que o povo tinha desejo de prosperar. Sobre a terra, ele dizia que era “vermelha quase roxa” com a propriedade de conservar a umidade das chuvas e prender raízes de pastos. O que Rangel Torres procurou mostrar é que o distrito de Dourados possuía condições para se diferenciar das outras cidades, como Ponta Porã, por exemplo, e da região fronteiriça.

Na terceira reportagem fala-se das “justas aspirações do Distrito de Dourados”. Em 03 de julho de 1921 lia-se sobre a necessidade da criação de um município autônomo, com limites precisos. Vasta região, bastante habitada, com cerca de 300 eleitores, mas ainda dotado de uma gente rústica, não apta ao exercício do cargo mais insignificante da vida pública, o de vereador. Para Rangel Torres, os douradenses eram trabalhadores rurais que nem liam jornais, pouco ou nada viajados, longe de estar à altura para um mandato que exigia aptidão. Mas, eram homens com tino para as coisas, capazes de fazer muito pela prosperidade do local.

Na última reportagem, publicada em 17 de julho de 1921, ele tratou da vida social dos douradenses. Descreveu que as famílias organizavam animados bailes e que as “senhoritas” trajavam “confecções artísticas ao par dos modernos figurinos”. Serenatas e outras diversões eram realizadas com ordem e harmonia, ocasião em que a orquestra existente tocava para a população. Para ele, Dourados, Povoado, havia superado a sede municipal, Ponta Porã, em progresso econômico e civilização. Sobre o clima, ele disse ser agradável e ameno na primavera e outono; suportavelmente frio no inverno e quente sem excesso no verão (SOUZA, 2003, p.32). A saúde do povo dependia mais de asseio do que de condições climáticas.

Desta forma, o discurso de Rangel Torres é o fundador das representações sobre Dourados como um espaço promissor. Representações que serão reapropriadas ao longo das décadas seguintes constituindo-se no mito fundador da identidade douradense. Este

mito foi constituído e é sustentado basicamente por três elementos: o binômio agricultura/pecuária, a reforma da população e a atmosfera do lugar.

Este mito afirma que a fertilidade do solo, propícia para a agricultura, só precisava de investimentos para desenvolver-se. A vastidão territorial oportunizava a pecuária, pois o mesmo solo fértil para a agricultura, também era capaz de “prender raízes de pastos”. A população, embora rústica, era capaz de fazer muito pelo local. Rústica porque era impossível negar que a maioria dos colonos era analfabeta, tanto que Rangel Torres escreveu que se tratavam de trabalhadores rurais que não liam jornal, eram pouco viajados e inaptos ao exercício de cargos públicos. Mas, a dedicação deles a todo surto de progresso era algo positivo e que precisava ser norteadada. Sobre o lugar, ele afirmava ser animado e ordeiro, feliz e próspero.

Para Chauí (2000) em cada momento da formação histórica, os elementos que compõem um mito fundador “são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo)”. As ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, “alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las a nova quadra histórica. É exatamente por isso que o mito pode repetir-se indefinidamente (CHAUÍ, 2000, p. 10)”. Ao longo da história da cidade, esse mito será constantemente retomado por outros discursos.

A década de 1920 apresenta a emergência de um regionalismo reconfigurado e desenvolvido nos principais centros brasileiros, sobretudo os do litoral (São Paulo e Rio de Janeiro) que reflete as diferentes formas de se perceber e representar o espaço nas diversas áreas do país. Segundo Albuquerque Jr. (2001, p. 40), com “mudanças substanciais no campo econômico e técnico, como a industrialização, a urbanização, a imigração em massa (...) o Centro-Sul, notadamente São Paulo, vai se tornando uma área bastante diferenciada do resto do país”. A partir disso, “busca-se nas partes a compreensão do todo, já que se vê a nação como um organismo composto por diversas partes que deveriam ser individualizadas e identificadas. A busca da nação leva a descoberta da região com um novo perfil” (ALBUQUERQUE JR. 2001, p. 41).

Os regionalismos se tornaram entraves a esse processo, e os discursos sobre eles pautavam a hegemonia de uns espaços sobre outros. Olhando do litoral atlântico para o Oeste, “o discurso regional terá um diagnóstico das causas e das soluções para as distâncias encontradas entre as diferentes áreas do país” (ALBUQUERQUE JR. 2001,

p. 41). Esse contraponto, segundo Chauí (200), reaparece nas imagens formuladas sobre o “Centro” e o “Oeste”.

Em Dourados o contato com as frentes de expansão e ocupação nacionais, trouxeram soluções e com elas novos problemas. Se os espaços considerados vazios, as matas virgens e as terras abundantes e férteis atraíram migrantes, a existência dos índios atraiu os primeiros grupos religiosos protestantes. A instalação do não-índio, demonstrava não só a desestruturação dos territórios e da cultura indígena pela tomada da terra e pela utilização da mão-de-obra, mas também a introdução do alcoolismo, de doenças e novos costumes e crenças.

1.2 OLHARES QUE REPRESENTARAM

1.2.1 Os discursos religiosos

As reportagens de Rangel Torres nos permitiram identificar o início do discurso sobre o progresso (agricultura e pecuária), ou seja, o mito fundador das positivities douradenses. Não há dúvidas de que se trata de uma representação que buscou construir uma realidade almejada, possível, diante das muitas adversidades existentes. Mesmo com o fim da circulação do jornal *O Progresso*, em 1921, o discurso ecoou nas décadas seguintes permeando as ações do Estado e das Igrejas. A falta de narrativas sobre as positivities e potencialidades de Dourados, tornou mais audível os relatos de religiosos em sua maioria negativos para a situação do lugar e da população.

Para a hierarquia eclesiástica o antigo Mato Grosso era identificado como “terra de missão”, de atraso religioso. Ali, a instituição não estava organizada, faltavam edifícios religiosos, padres e recursos. A população recusava-se a internalizar as normas católicas e estava fora do controle da instituição (MARIN, 2000).

A Igreja Católica e o Estado mato-grossense empenharam-se, sobretudo entre 1918 e 1922, período em que Dom Francisco de Aquino Corrêa foi presidente do Mato Grosso, em mobilizar o imaginário social e criar sentimentos de pertença coletiva ao Brasil (MARIN, 2005, p. 59). Dom Aquino, investiu em sucessivos empreendimentos culturais para criar uma comunidade simbólica. A intenção era criar um novo homem e uma nova sociedade. Os ideais de civilização e progresso seriam alcançados por meio do indivíduo patriota, virtuoso, trabalhador, ordeiro e religioso. Para difundir estes sentimentos, Dom Aquino criou o Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso (1919) e o Centro Matogrossense de Letras (1921). O governo estadual criou símbolos da identidade regional como o brasão, o hino e a carta cartográfica do Mato Grosso, símbolos estratégicos para estabelecer homogeneidades.

A Igreja atribuía a si o papel missionário, salvador e civilizador, e segundo Marin (2005), procurava libertar os mato-grossenses da barbárie e da boçalidade. Esse ideal civilizatório estendia-se a toda a população. “Mato Grosso, para a Igreja, como terra de missão, tinha de ser evangelizado, convertido e salvo. As identidades nacional e católica são construídas em torno do despertar desses sentimentos de responsabilidade política para com a Nação e a Igreja Católica” (MARIN, 2005, p. 67). O objetivo era

reverter à situação de lateralidade religiosa existente no Estado. Na época, a presença do catolicismo em Dourados era simbolizada por uma capela construída em 1925, cuja jurisdição pertencia a diocese de Corumbá. Embora existisse, a capela, por falta de padres, só recebeu visitação oficial e teve a pedra fundamental oficialmente lançada, em 1926, um ano depois da construção, por conta da passagem em desobriga de um padre Salesiano, João Giardelli (KNOB, 1988).

Para Barros (2009), o que havia de mais próximo do catolicismo romano oficial eram visitas de padres que percorriam a região a cavalo, com intervalos de meses ou anos. Para o autor, as inconstâncias do lugar eram tantas, que parece ter sido comum leigos disfarçarem-se de padres para lograr algum proveito material com o título sacerdotal. A religiosidade do lugar possuía apenas características católicas e mesmo assim sob uma liderança “leiga”. Até o final dos anos vinte não havia em Dourados uma assistência religiosa oficial (BARROS, 2009, p. 3).

Em 1929, ocorreu a chegada do primeiro grupo de missionários protestantes, que representavam três denominações religiosas (Presbiteriana do Brasil, Metodista e Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos). Eles tinham como missão encontrar os índios, vistos por eles como desprezados, perseguidos, escravizados e caluniados (BARROS, 2009). Para os protestantes os índios foram o principal “atrativo” da região. Fazia parte da missão deles “civilizar” e “cristianizar” essas populações. Seus principais objetivos eram praticar o assistencialismo oferecendo auxílio médico e higiênico além de educação agrícola, religiosa e alfabetização. A missão veio então, preencher as lacunas deixadas pelo Estado no tocante à assistência para a população indígena. A Missão Evangélica Kaiowá, construiu escola e hospital para atender os índios. Eles produziram discursos que reforçaram as negatividades atribuídas a Dourados no início de sua história, por meio de adjetivos como, violenta, atrasada, longe, rude, com uma população sem religião, analfabeta e indolente.

Os protestantes também atuaram entre os não-índios. Desde os primeiros dias de sua instalação em Dourados, realizaram visitas, cultos esporádicos e escolas dominicais. Também construíram o templo evangélico (1936), a Escola Evangélica Erasmo Braga (1939) e o Hospital Evangélico (1946). Para Barros (2009) é importante frisar a importância do hospital e da escola, pois foram eles que atenderam as demandas sociais crescentes no momento da chegada de migrantes em função das políticas de nacionalização das fronteiras nacionais para ocupação dos espaços “vazios”. Para os missionários “civilização” foi sinônimo de protestantismo. Eles ajudaram a construir o

discurso que representou o índio como pobre, selvagem, ignorante e acima de tudo pecador; sobre Dourados o discurso era de um lugar atrasado e inculto.

O avanço do protestantismo e a importância das obras sociais e religiosas desenvolvidas, por eles, no Patrimônio, chamaram a atenção da Igreja Católica que na disputa pelo mercado religioso, em sua ofensiva de romanização cria a paróquia de Dourados em, 03 de outubro de 1935. Porém, a escassez de padres não permitiu seu provimento imediato, ficando ela, então, anexada à Paróquia de Ponta Porã. Mesmo assim, a falta de interesse no mercado religioso douradense era visível, tanto que a população do Patrimônio só ficou sabendo da criação da Paróquia em junho do ano seguinte (1936) quando foi publicado o decreto do Bispo.

A paróquia de Dourados estava anexada, devido à escassez de clero na diocese de Corumbá, a Paróquia de Ponta Porã. Em 1938, foi anexada a paróquia de Rio Brillhante, sendo provida com os franciscanos alemães. Os franciscanos visitavam com regularidade Dourados, sobretudo, em dias festivos e de desobriga. Em 1941, eles passaram a administrar a paróquia de Dourados. O pároco frei Higino, mudou-se para Dourados e em poucos meses a capela foi ampliada e ganhou mais três metros, piso novo, bancos, janelas, santuário e sacristia (KNOB, 1988, p. 276). A casa paroquial era uma construção coberta com telha de madeira e abrangia. Pelas fendas das paredes entravam, pó vermelho que fazia da vida em Dourados, durante a seca, um purgatório, e bichos de várias espécies. No período das chuvas, chovia dentro e fora (KNOB, 1988, p. 279). Sendo assim, para os franciscanos, Dourados era um lugar de atraso religioso, de embates entre o bem e o mal (protestantes), pouco desenvolvido, isolado, com hábitos rudes e uma população pouco afeita às normas católicas.

Vivendo em Dourados, os franciscanos se depararam com situações que, igualmente aos protestantes, chamaram de atrasada. A violência, uma das principais características, originava inúmeros tiroteios que obrigavam os padres e a população a dormir mais embaixo da cama do que em cima dela (KNOB, 1988, p. 278). Os franciscanos também discursaram sobre uma população que vivia em “choupanas miseráveis” e “primitivas casas de madeira”, sobre as “estradas descuidadas e o povo religiosamente ignorante”. Esse discurso reafirma os aspectos negativos da fronteira sertão.

Para os franciscanos, os protestantes haviam tomado conta da cidade. Quase ninguém freqüentava as rezas católicas (mais ou menos três pessoas nos dias úteis e vinte nos finais de semana), mas quase todos, segundo Knob (1988) assistiam o culto

presbiteriano. Mal-impressionado com a situação religiosa, segundo o mesmo autor, Frei Higino deu início ao seu trabalho missionário: dava aula de catequese aos domingos para as crianças e às quintas-feiras nas escolas reunidas e na escola municipal; incrementou as associações religiosas existentes (Apostolado da Oração – 1930), e criou outras (Conferências Vicentinas, Associação do Anjo da Guarda e Pia União das Filhas de Maria, todas em 1941). Passou a visitar regularmente as famílias e o interior da paróquia, quando celebrava missa, batizava, casava e preparava as crianças para a Primeira Comunhão. As visitas se estendiam aos índios. Com eles Frei Higino também rezava missa e “pregava as verdades da fé” (KNOB, 1988, p. 279).

A Igreja Católica, por sua vez, para combater o avanço do protestantismo e reverter a situação de lateralidade do catolicismo na sociedade investiu em várias estratégias, tais como, incremento do número de religiosos, construção e reformas capelas e igrejas, criação de associações religiosas, importação de congregações religiosas femininas, abertura de escolas, e assistência aos pobres. Em suma, os discursos religiosos, portanto, atuaram, em Dourados, na intersecção entre o positivo e o negativo.

1.2.2 As narrativas regionais

Com o advento do Estado Novo, a política do governo central passou a incentivar a agricultura, e a união retomou o controle das terras devolutas, até então concedido aos Estados. Em Dourados, aos poucos o novo regime, foi tolhendo a área de influência da Mate Laranjeira não renovando os contratos de arrendamento de terras. Com terras disponíveis e ampla divulgação sobre sua fertilidade, mais colonos chegaram. Atraídos para cá com a promessa de lotes gratuitos e trabalho agrícola, a chegada deles demandou a abertura de novas casas comerciais, outra agência dos Correios e a derrubada da mata para dar lugar à urbanização. A fixação de colonos oriundos do sul, do sudeste e do nordeste do país em Dourados, como medida do governo de Vargas para nacionalizar a fronteira e integrar o sul do antigo Mato Grosso ao território nacional, contribuiu para o discurso divisionista que se formava. Queiroz (2005) faz considerações importantes a respeito do divisionismo e afirma que alguns documentos publicados no início da década de 1930, atestam o esboço de uma embrionária “identidade sulista”. (QUEIROZ, 2005)

O surgimento de movimentos engajados com a política nacional, atrelado ao desenvolvimento capitalista pelo qual o Estado passava, despertaram rivalidades entre o norte e o sul do antigo Mato Grosso. Se desde o século XIX as elites cuiabanas temiam a chegada de novos grupos que vieram para desenvolver o Estado, as políticas de integração do território nacional desenvolvidas pelo governo de Vargas aumentaram essa sensação de ameaça, especialmente, depois da construção da estrada de ferro que concentrou em Campo Grande, significativa atividade econômica e atraiu as lideranças políticas até então concentradas em Nioaque, fortalecendo as elites campo-grandenses.

Neste texto, Queiroz afirma que, nos discursos da época, atribuídos aos *sulistas* (moradores da região sul do antigo Mato Grosso), a obra civilizadora, ou seja, a chegada do progresso e da civilização evidenciou no sul uma pecuária mais moderna e refinada geneticamente. Além disso, os fazendeiros, boa parte da população e os governos municipais, efetivaram mudanças estruturais abrindo caminhos e construindo pontes, dinamizando, desse modo, os meios de comunicação e transporte na região, o que demonstrava a disposição dos habitantes do sul do antigo Mato Grosso para o progresso.

No sul, diferente do norte, a atividade econômica era diversificada facilitando a instalação de pequenas indústrias, tanto quanto a qualidade do solo era considerada superior, dito como ubérrimo. O discurso era que a praticidade, o senso de cidadania e o devotamento ao trabalho faziam desses mato-grossenses pessoas diferentes. Todas essas ações eram as responsáveis, então, pela diferença positiva que o sul carregava. Cabe lembrar que o discurso de Rangel Torres emanava de Ponta Porã, portanto, sulista. Outro discurso sulista pode ser percebido em 1934, com a publicação em Campo Grande, do texto *A divisão de Mato Grosso: resposta ao General Rondon* que trata da decadência e do atraso do norte com relação ao sul, e ainda sugere uma opressão do sul pelo norte.

O texto “*Divisionismo e ‘identidade’ mato-grossense e sul-mato-grossense: um breve ensaio*” de Queiroz (2005), também afirma que o projeto identitário construído pelo Mato Grosso, analisado por Galleti e Zorzato, atendia a todo o território, inclusive o sul. Todavia, alguns rumores emanados do sul parecem ter contestado este projeto e reelaborado-o logo em seguida a partir dos interesses e características próprias, ou como no caso douradense, conforme afirmou Betoni (2002), a partir do estabelecimento de especificidades locais.

Os estudos de Galetti (2000), Zorzato (1998 e 2000), Queiroz (2003 e 2005) e Marin (2005), no tocante a elaboração do projeto identitário e das articulações econômicas do Estado de Mato Grosso, nos auxiliam no entendimento de como no sul do antigo Mato Grosso aspectos dessa identidade proposta serão reelaborados. É em meio a esta reelaboração que as lideranças locais fizeram que Dourados surgiu emancipada e contemplou em seu território e sua história alguns dos mesmos elementos, novamente aqui ressignificados.

Todos os estigmas atribuídos ao território mato-grossense e as tentativas de negá-los construindo uma imagem positiva, conforme já foi dito se estendiam a Dourados. Durante toda a década de 1930 a cidade procurou se organizar com o intuito de crescer e se vincular à nação. Aproveitou as vantagens atribuídas ao sul em detrimento do norte do antigo Mato Grosso, apropriou-se de alguns aspectos da redefinição identitária dos mato-grossenses do sul e os deram novos sentidos, agora douradenses.

Foi na década de 1940 que a cidade passou a se desenvolver com mais rapidez. Traçado urbano, escolas, igrejas e postos de saúde passaram a ser reivindicados, pela imprensa, em nome da população. Era necessário consolidar os ideais de progresso e civilização tão sonhados. Com o aumento da demografia novas demandas surgiram. A preocupação em organizar o espaço urbano conferia à cidade características de um lugar em transformação. Em torno da praça central, novas casas comerciais foram abertas. Durante a noite, a energia elétrica fornecida pela usina Filinto Muller, abastecia os postes de luz, todos ainda de madeira distribuídos ao longo da rua principal. A iluminação das ruas também sinalizava o crescimento pelo qual o município passava. Desenvolvendo-se, a cidade passou a atrair produtores das redondezas que traziam galinhas, ovos, verduras, frutas, legumes e carnes para vender (jornal *O Douradense*, 1948). Em 1948, a feira livre, sem dúvida, se transformou no ponto principal de intercâmbio da população rural com a urbana e demandou a criação da Associação Comercial. Um reflexo das mudanças que o município sofreu se lembrarmos que Moreira afirmou ser a atividade comercial, modesta, até o final dos anos 1930.

O trabalho dos colonos que chegaram no, início do século XX, para a consolidação da cidade; as iniciativas dos políticos; a gente rude, porém disposta; o solo fértil e as terras disponíveis produziram representações positivas, elogios que procuraram superar as dificuldades e atraíram para Dourados olhares múltiplos: governos (municipal, estadual e federal) igrejas, empresas e indivíduos.

José de Melo e Silva em “Fronteiras Guaranis” e “Canaã do Oeste”, faz uma análise da fronteira do Brasil com o Paraguai. Formado em Direito pela Universidade do Ceará, migrou para o sul do antigo Mato Grosso em meados de 1930 para exercer a função de Juiz de Direito na fronteira, em Ponta Porã. Suas narrativas se configuram como expressões fortes do discurso nacionalista e oferecem diagnósticos positivos e negativos sobre a região fronteira. Negativo para a fronteira, pois apontava a predominância do “elemento estrangeiro” e a deturpação da língua, mas positiva para Dourados, visto como uma exceção em relação à fronteira do Brasil com o Paraguai, predominando, entre os douradenses, trabalhadores nacionais que labutavam para instalar uma agricultura industrializada. Seus discursos ofereciam, também, soluções para consolidar a soberania nacional e nacionalizar a fronteira: militarização, serviço militar obrigatório, difusão da língua portuguesa, migração de brasileiros para a região, difusão de escolas, incentivo aos esportes.

São discursos como os de Rangel Torres, Jose de Melo e Silva e da Igreja Católica e Presbiteriana que deram suporte para a diferenciação da diferença. A cidade de Dourados deveria ser um dos orgulhos do antigo Mato Grosso, sendo ela capaz de destacar a região e consolidar-se como exemplo nacional de progresso e desenvolvimento superando o estigma da fronteira sertão. Estas narrativas são representações sobre o território e suas gentes que serão apropriadas de forma recorrente nas décadas seguintes, sobretudo pela imprensa.

Em 1943, Getúlio Vargas criou o Território Federal de Ponta Porã, abrangendo a linha de fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Nesse mesmo ano, o projeto de criação de *colônias agrícolas nacionais* para nacionalização das fronteiras e povoamento das regiões mais distantes do litoral, onde se localizava a sede do governo central, deu origem a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Aos trabalhadores atraídos pela intensa propaganda, foram distribuídos pequenos lotes (de 25 a 30 hectares) para atividade agrícola (BETONI, 2002).

Com a implantação da CAND, milhares de famílias de migrantes foram assentadas em Dourados. Esse movimento caracteriza a expansão das *frentes pioneiras* ocorrida no final da década de 1940. Em 1949, foi inaugurada no município de Dourados, a estação de Itaum da Ferrovia Noroeste do Brasil. Esta ligação ferroviária facilitou a chegada de paulistas e paranaenses, pela rápida expansão que teve. Segundo Betoni, a partir dessa ligação Dourados conecta-se mais fortemente ao Estado de São

Paulo. Posteriormente, em 1949, o município de Dourados criou a Colônia Agrícola Municipal de Dourados, atual município de Itaporã (BETONI, 2002).

As colônias nacional e municipal de Dourados provocaram rápidas transformações econômicas, culturais, sociais, políticas e demográficas. O crescimento populacional trouxe grandes problemas, tais como, a escolarização, a urbanização, industrialização e medicalização. A venda de terras e a migração dos colonos para outras regiões criaram a preocupação com a preservação, conservação e manutenção da força de trabalho nos lotes, tendo em vista que a comercialização destes era vista como uma ameaça a superação dos estigmas.

Ainda havia inúmeros problemas a serem superados. Em meados de 1940, segundo os padres, ocorria em Dourados inúmeros tiroteios entre famílias que viviam procurando vingar a morte de entes. As casas de madeira não ofereciam segurança aos moradores nem aos padres, sendo usual dormir embaixo das camas a fim de evitar ser alvejado (KNOB, 1988, p. 278). A partir dessas transformações, a cidade tornou-se objeto de olhares, de investimento e de gestão do corpo social. Segundo Foucault (2000, p. 127), trata-se de “organizar o múltiplo, de se obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo; trata-se de lhe impor uma *ordem*”. Em Dourados, a imposição dessa ordem demandou a elaboração de um imaginário coletivo. É no final dos anos 1940 e início de 1950 que identificamos a retomada do mito fundador de Rangel Torres como elemento dessa construção identitária.

1.2.3 O papel da imprensa

O jornal *O Douradense*, dirigido por Armando da Silva Carmello⁵, foi o responsável pela reafirmação identitária de Dourados como uma terra progressista e civilizada. Fundado em 1948, circulou em Dourados até 1951. Sua impressão era realizada em Campo Grande e não permitia muita regularidade na circulação, aspecto

⁵ Armando da Silva Carmello, nasceu em 18 de Outubro de 1904, em Cuiabá, Mato Grosso. Foi jornalista profissional e Oficial da Reserva do Exército. Em Maio de 1948, mudou-se para Dourados, onde fundou *O Douradense*. A experiência jornalística de Carmello se mistura com a literatura. Em 1944, ele publicou com o poeta Mário Feitosa Rodrigues o livro “Relvas Rimadas”, poemas em estilo camoneano, que foi bem recebido pelos intelectuais mato-grossenses. Para ajudá-lo na tarefa de publicar o segundo jornal da cidade, ele contava com a colaboração de vários redatores: Ulysses Serra, João Capilé Júnior, Isaac Duarte de Barros, João Simplório entre outros (CARMELO, 1973).

que dificultava a existência do mesmo. O jornal era dedicado, segundo seu *slogan*, aos interesses do município e viera para “propugnar pelos da comunidade, onde uma população *ordeira e laboriosa* vivia” (grifos meu). A economia próspera era descrita no poema “Dourados...” de Armando Carmelo: “terra de promessa cognominada, dê os primórdios teus cheia de luta; forte porcerto então fadada, a ser um centro ideal de grã labuta” (*O Douradense*, 1948, n.º 1, não paginado).

O jornal noticiava os acontecimentos da cidade e informava a população da política nacional, sendo por vezes, transcritas reportagens de *O Progressista*, jornal que circulava em Campo Grande. As reportagens publicadas quinzenalmente procuravam atribuir à imprensa a defesa dos direitos da população e a cobrança do deveres, tanto do governo municipal quanto do estadual. Ele também se apresentava como um órgão independente, e enquanto existiu, procurou pautar suas reportagens na direção de fortalecer os pertencimentos coletivos.

O objetivo principal do jornal mencionado na primeira edição em, 11 de Maio de 1948, era fazer de “*tudo*” para que a “*florescente*” e “*hospitaleira*” terra douradense fosse, de fato, um centro de “*real e positiva grandeza*”. Para tanto o órgão se valeria da norma do Direito e da Justiça, para apoiar todas as iniciativas de caráter progressistas e honestas, justificando este fato a partir da afirmação de que a imprensa sempre foi à orientadora segura e serena da população, tendo como norma o direito e a justiça.

Fala-se de Direito e Justiça, em detrimento de uma realidade bastante marcada pela violência. Na fluidez do Estado alguns conflitos eram resolvidos também, à bala, Naglis (2007), afirma, por meio de fontes primárias, ser comum em 1949, professores lecionarem nas escolas da colônia com dois revólveres na cintura. As brigas familiares, geralmente culminadas em mortes, permeiam a história da cidade e aparecem nas memórias recolhidas por Bosco (1995), em *Os Pioneiros – Viajantes da Ilusão*. Tratava-se, sem dúvida, de um lugar onde a linha que separava a paz e a violência era tênue, sendo que a qualquer momento, uma briga poderia desestabilizar a suposta tranquilidade do ambiente.

Mesmo assim, a sexta edição do *O Douradense*, de 24 de Julho de 1948 noticiava sobre a segurança do município com base na falta de movimento verificada na delegacia. Como uma tentativa de mascarar essa realidade, a reportagem criticava os rumores sobre Dourados ser uma cidade violenta. Comentários maldosos, segundo o jornal, que afirmava desconhecer povo mais ordeiro do que este, pois se tratavam de pessoas honestas e trabalhadoras e o cadastro policial poderia desmentir tais murmúrios:

Pessoas radicadas aqui há longos anos, são verdadeiros padrões de honestidade e trabalho. Prova isto o que nos demonstra o cadastro policial. Não há, na nossa delegacia de polícia, aquele ensurdecedor murmúrio de vozes que se queixam diariamente como em outros lugares que conhecemos. O registro de fatos policiais é diminuto e insignificante mesmo, em relação à densa população já existente no município, principalmente nestes últimos tempos em que a afluência de trabalhadores de todos os recantos do Paiz para aqui é um fato. Para aqui esses trabalhadores vêm e se embrenham pelas matas à dentro na conquista do trabalho da terra (*O Douradense*, 24 de julho de 1948, não paginado).

Outra prova era a existência da Colônia Agrícola Nacional, que com mais de mil famílias instaladas não tinha, sequer, policiamento nas ruas para patrulhar uma população que a reportagem afirmava ser disciplinada e ordeira, que trabalharia por um Brasil melhor e mais grandioso. Sabe-se, porém, que a fluidez do poder do Estado permitia a existência de uma população armada, que buscava segurança à sua própria custa. Entretanto, isto se constituiu num traço de formação histórica a ser superado. Embora curioso este fato não altera em nenhum sentido o discurso identitário que a imprensa tinha assumido: o discurso dos “homens de bem”.

A reportagem não sustenta, mas evidencia outra representação identitária, afinal tais rumores, podem ser ecos das disputas regionais entre fazendeiros por terras ou poder. Embora a realidade pudesse se configurar de outra maneira, a matéria procurava transmitir uma sensação de segurança e ordem aos colonos, procurando garantir que, ao receber novos migrantes, a população não reproduzisse este tipo de comentário. E mais ainda, a publicação desta mesma reportagem fortaleceu a idéia de lugar bom de viver, visando atrair mais trabalhadores, além de se contrapor aos estigmas atribuídos ao antigo Mato Grosso.

Outro meio de lutar contra estes estigmas era educar formalmente a população, principalmente as crianças. A preocupação com a educação dos colonos foi manifestada na segunda edição sob o título de: “educação de adultos”. A reportagem assinada por João Capilé Júnior dizia que era notável a campanha de educação de adultos desenvolvida em todo o território nacional, citando, inclusive, que algumas revistas divulgavam que alunos com mais de 100 anos de idade estariam servindo de estímulo para outros indivíduos. A intensidade da propaganda em cima da campanha chamou atenção do autor que tinha receio de que as crianças “necessitadas de alfabetização”

fossem esquecidas pelos poderes públicos. E se assim o fosse, dentro de alguns anos, Dourados teria um grupo considerável de adultos “em busca da educação que lhes foi negada na infância”. Desse modo, era preciso que a educação dos pequeninos fosse prioridade, para garantir, no futuro, adultos educados.

A despeito disso, *O Douradense*, em 10 de julho de 1948, publicou o exemplo de um operador de máquinas agrícolas sem instrução que se sentiu humilhado ao constatar que dentre os colegas de trabalho, só ele não sabia ler e escrever. Sendo assim, ele se dispôs a aprender. Começou lendo cartazes, marcas de tratores, de pneus e depois de um tempo já lia jornais e escrevia corretamente. Segundo o autor, o colono aprendeu porque tinha boa vontade. E isso serviria de exemplo para mostrar que a educação em idade adulta não precisa de escola, e sim da aliança de um cérebro já bastante desenvolvido pela prática da vida e interesse em aprender. E concluía afirmando que não pretendia com isso, acentuar a inutilidade da campanha, mas chamar a atenção dos poderes públicos para a educação infantil com o intuito de evitar, que mais tarde, essas crianças tivessem seus nomes figurados como integrantes de um grande grupo de adultos analfabetos. Assim faria parte da essência do indivíduo douradense ser alfabetizado e culto.

O comprometimento com políticas de educação de crianças e de adultos, pode ser observado pelas publicações subsequentes. A quarta edição do jornal *O Douradense* (24 de junho de 1948), publicou a matéria: “idealistas pela causa do ensino em Dourados”, resgatando a tarefa de que o jornal estava posto para zelar pelos interesses do município:

Somos bastante otimistas. Assim sendo, como dissemos no nosso número um aqui estamos para propugnar pelos interesses da comunidade que nos cerca, desta rica gleba mato-grossense. Propugnar, repetimos, fazendo com que, os poderes públicos nos atendam, na medida do possível, satisfazendo os anseios da população.

A visão otimista se abre como uma projeção linear, apresentando os elementos que sustentam o projeto de uma sociedade que buscaria permanentemente mais progresso e civilização. Elementos que deveriam ser estendidos à sociedade douradense, e que caberia a escola estimular as gerações vindouras e inculcar nelas, esta visão. Ao todo o município possuía, em 1948, dezessete escolas. Treze, estavam em funcionamento com 917 alunos matriculados, e as outras quatro haviam registrado mais de 200 alunos interessados, mas não puderam funcionar por falta de estrutura e verbas.

Depois disso, foram elogiados os padres franciscanos, que ao circular pelo interior da colônia e pelo município, ofereciam assistência moral e religiosa a todas as escolas de Dourados (*O Douradense*, 24 de junho de 1948, não paginado).

O jornal posicionou-se, ainda, a favor da construção de um colégio para ensino primário que resultaria em benefícios para todos os habitantes do município. Esse apoio foi corroborado pela entrevista de Armando Campos Belo, inspetor escolar do município, que na sexta edição, de 10 de julho de 1948, afirmava que havia mais de mil crianças educacionalmente desamparadas e que o município não dispunha de recursos para atendê-las, e que em seu relatório informaria o governo do Estado da situação pedindo ajuda. De acordo com o Inspetor, o problema se localizava no crescente aumento populacional em função das duas colônias instaladas, a Federal e a municipal, ambas com terras “fertilíssimas” que atraíam imigrantes provindos de vários Estados, sendo mais de 80% deles analfabetos.

A alfabetização está estreitamente ligada à civilização sonhada. A não-alfabetização da população, segundo o entrevistado, devia-se ao fato de que, talvez, mais da metade dos 80% dos analfabetos era composta por “imigrantes nômades, isto é, que já passaram por vários Estados, sem fixar-se em nenhum”. A analfabetismo seria, portanto uma conseqüência da migração constante em busca de melhores condições de vida. Segurança e educação foram duas reivindicações importantes que o jornal *O Douradense* procurou enfatizar ao longo das edições publicadas.

A importância da escola e da educação profissionalizante foi retomada em várias formulações e discursos, tais como, o da imprensa e dos governos municipal e estadual, constituindo-se num instrumento político de intervenção sobre o corpo individual e coletivo. Elas eram vistas como um antídoto para resolver e prevenir problemas sociais como violência, pobreza, desemprego e ociosidade. Seu fim era produzir indivíduos douradenses e brasileiros laboriosos, sóbrios, morigerados, saudáveis, pacíficos, industriais e adaptados à política social vigente. Elas também se inserem no dispositivo de nacionalidade que buscava construir a nação brasileira homogeneizando as diferenças, como instrumento de transformação e condição imprescindível ao progresso e ao desenvolvimento de Dourados e do Brasil. O discurso jornalístico, os discursos do município, do Estado e da Igreja legitimavam uma intervenção disciplinar por meio da educação.

O douradense, portanto, era aquele que tinha iniciativa, que vencida “na vida pelo próprio esforço”, que contribuía para o progresso e civilização do município, do

Estado e do Brasil. Para isso, deveria ter um comportamento ascético, racional, primando pela eficiência, por atividades ordenadas e disciplinadas. A educação que servia para criar uma mão-de-obra especializada foi um projeto voltado para os pobres, pois os ricos estudavam nas escolas confessionais. Pobre recebia educação profissionalizante, elite não.

A qualificação da mão-de-obra pelo saber científico e tecnológico está intimamente associada ao desenvolvimento local, ou seja, preparar os recursos humanos necessários à agricultura, ao comércio, à pecuária e à indústria. A preocupação com a educação procura atingir a população para a formação de recursos humanos necessários para o desenvolvimento econômico. Cabe lembrar que o Decreto Lei que criou a CAND instituiu que as Colônias Federais tivessem escola primária e aprendizado agrícola para a instrução rural (LENHARO, 1986).

A iniciativa do jornal de pleitear melhores condições para os colonos, nos mostra que a vida em Dourados poderia ser melhor em vários sentidos. As terras eram férteis e os lotes estavam disponíveis para ocupação. O decreto da CAND também exigia que os colonos permanecessem na terra por alguns anos e, o oferecimento da educação formal poderia incentivar a fixação desse contingente populacional em terras douradenses tirando-os da condição de nômades. Porém, mesmo com a oferta de educação formal como tentativa de manter os colonos nos lotes, um apelo feito pelo jornal, também na sexta edição, evidencia que muitos trabalhadores migrantes abandonavam ou vendiam suas terras por causa da falta de apoio do governo. O jornal defendia que os colonos deveriam ter um pouco de paciência e esperar os resultados da agricultura que trariam lucros, e que os mesmos deveriam recorrer, quando necessário, aos vizinhos, pois juntos venceriam as dificuldades.

A venda dos lotes era vista como uma ameaça ao progresso sonhado. A reportagem e o apelo à união dos indivíduos em caráter de ajuda mútua, vinculam o discurso da imprensa às políticas dos governos federal, estadual e municipal. Em todos, os cerceamentos dos comportamentos arredios, dentro de uma proposta liberal, soma-se as experiências coletivas com o objetivo de reformar os indivíduos.

A agricultura era uma aposta forte. O jornal, deliberadamente, encabeçou uma campanha pró-agricultura e industrialização da economia ervateira e beneficiamento de gêneros alimentícios. Incentivou, também, a Associação Comercial e elogiou a criação da Feira Livre de Dourados, onde os colonos poderiam vender o excedente da produção agrícola aos consumidores.

O conjunto de idéias expostas até aqui se apresenta como elementos de uma identidade almejada. O jornal *O Douradense*, foi o responsável por sintetizar em suas páginas uma realidade vivida e outra desejada. Ele representa as tentativas de uma elite letrada em unificar sentimentos e estabelecer modos de vida e comportamentos tidos como necessários para o sucesso agrícola da cidade e da colônia. Uma unificação em torno da figura dos pioneiros e dos colonos.

O Douradense, enquanto meio de comunicação mais importante entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1950, publicou, na íntegra e na capa em, 18 de Novembro de 1948, o trabalho intitulado: *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Dourados*, texto escrito por João A. Capilé Júnior. Diante da heterogeneidade étnica e cultural era necessário criar homogeneidades e, para isso, contar a história da cidade era relevante.

A narrativa conta sobre a ocupação território que deu origem ao povoado, a criação do município e a administração municipal, e das correntes de povoamento – procedência e objetivos. Enfatiza aspectos do solo e do relevo. Trata-se da primeira tentativa de unificar o passado por meio da história estabelecendo para os cidadãos um passado comum, elegendo datas, fatos e nomes, a serem celebrados, forjando, dessa forma, identidades. Refere-se Capilé Jr.:

A primeira escola foi instalada em Dourados a 2 de Julho de 1915, sob a direção do professor João Corrêa Ramos. A 10 de Julho de 1924, após insistentes pedidos da população foi instalada a Agência Postal Telegráfica, sendo nomeada agente a Sra. Da. Antônia da Silveira Capilé. Em 1925 foi festivamente inaugurada a igreja de N. S. da Conceição, padroeira do lugar, tomando parte saliente na construção da mesma os Srs. João Rosa Góes, Manoel Pompeu Capilé, Januário Araújo, João Augusto Capilé e muitos outros (*O Douradense*, 18 de Novembro de 1948, não paginado).

A publicação da monografia caracteriza a intenção do jornal e do autor em disponibilizar para a população, mais esclarecimentos (mais que isso, fixar datas, fatos, nomes) sobre o passado douradense para torná-lo comum. Essa monografia foi responsável por criar e fortalecer a imagem dos pioneiros, tais como: Antônio e Francisco de Azambuja, Manoel Romualdo, e em especial Marcelino Pires, que recebeu do autor calorosos adjetivos positivos: “entre os novos povoadores se destacava Marcelino Pires, homem resoluto, dotado de uma coragem extrema e verdadeiro ardor pelo trabalho da agricultura e da pecuária” (*O Douradense*, 1948, não paginado).

No texto da monografia a criação do município foi nomeadamente atribuída a: João Vicente Ferreira, Firmino Vieira de Matos, Major Manoel Pompeo Capilé, Álvaro

Brandão, Francisco Luiz Viégas, Franklin Luiz de Azambuja, Bento de Matos Pereira, João Rosa Góes, Francisco de Matos Pereira, Feliciano Vieira Benedeti, Dr. Nelson de Araújo, Elias Milan, Marcos Fioravanti, Constantino Vicente de Almeida, João Cândido da Câmara e muitos outros. Temos, portanto, a primeira construção de uma “epopéia douradense” e seus primeiros executores.

Em caráter informativo, as reportagens publicadas ao longo das dezesseis edições, forneciam à população matérias estreitamente vinculadas com os mecanismos de disciplinarização do corpo social por meio das estruturas tradicionais de integração (Igreja, Escola, Família e Pátria). Desse modo, seria possível integrar os municípios à sociedade nacional envolvente por meio destes mecanismos.

Junto com as transformações econômicas, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, trouxe mudanças sociais importantes. A coexistência de pessoas com origens e nacionalidades diferentes fez do *pioneiro* um dos elementos homogeneizadores das diferenças existentes. Foram eles que solicitaram, ganharam e depois doaram as terras que constituíram a cidade, organizaram o núcleo urbano e forneceram parâmetros para a vida social do patrimônio. Pioneiros, neste momento, são todos aqueles que chegaram e trabalharam, são aqueles que forneceram as condições materiais e garantiram a pré-existência da cidade.

A modernidade enquanto conceito estético, por consequência, foi sustentado por valores liberais burgueses que procuraram, por meio da experiência coletiva, reformar o indivíduo em sua constituição moral. Dentro desse projeto havia lugar para os dispostos a fortalecê-lo – *homens de trabalho e de bem* – “intrépidos pioneiros”, idealistas, sonhadores, que se engolfavam na luz das estrelas e religiosos (*O Douradense*, maio de 1948, não paginado). A reafirmação de valores tais como honestidade, devoção, trabalho, progresso e civilização tinham como objetivo criar valores e normas para orientar a sociedade.

Aos colonos da CAND, vistos como homens de trabalho por se dedicarem às atividades agrícolas, foram atribuídos um papel importante na constituição da sociedade douradense. A origem paulista compõe um aspecto importante na identificação dos sujeitos. A retomada do *mito do bandeirante* reservava a eles um lugar de destaque, pois de sua iniciativa migratória, houve o reconhecimento da extensão do território brasileiro que, então, pode ser incorporado e “civilizado” (c.f. LIPPI, 1998). Os nordestinos, outro grupo de migrantes, vieram fugindo das secas do Nordeste ou atendendo aos apelos de Vargas, e mantiveram aqui “vidas cíclicas, isto é, trabalhando de forma independente,

porém não conseguindo nunca acumular capital” (MEDEIROS, 2001, p. 25). Diante da falta de estrutura e apoio do Estado, muitos, mas nem todos, continuaram a vender seus lotes para outros colonos. A notícia publicada no *O Douradense*, no dia 24 de julho de 1948, denunciava:

somos sabedores de que alguns colonos, tanto da Colônia Nacional como da Colônia Municipal, depois de riscarem no solo ubérrimo da terra os seus planos, depois de construírem as suas primeiras moradas, depois, afinal, de encaminharem os seus trabalhos pela senda do progresso, o que aliás, está diante dos seus próprios olhos, depois de que são conhecedores desses resultados positivos que lhes advirão naturalmente, fruto do seu trabalho e amor à terra, por “dá cá da palha”, como se diz na gíria, vendem os seus direitos e ficam alguns à espera de novos negócios, deslocados, portanto, dos seus propósitos e objetivos.

O jornal critica os colonos que vendiam os lotes e especulavam com terras públicas. Abandonar as terras comprometia o sonho de progresso. Capilé Júnior, na *Monografia* publicada no *O Douradense* em 14 de outubro de 1948, teceu elogios aos gaúchos afirmando que eles sabiam cultivar e extrair a erva-mate e praticavam a agricultura de produtos diversificados como: arroz, milho, feijão, café e algodão, e o rebanho bovino criado por eles era refinado. Os gaúchos, ao contrário dos nordestinos, conseguiam se manter nos lotes, e sendo bastante vinculados às tradições e a terra, se destacavam pela belicosidade, podendo atuar como soldados na defesa da fronteira do Brasil com o Paraguai. Práticas desejadas pela cidade, pois seria por meio deles (os gaúchos) é que se desenvolveria a agricultura diversificada e se consolidaria o projeto nacional getulista e os interesses do município. O sul-rio-grandense era, dentre os amigos, os mais queridos.

Para reforçar este discurso, o redator do jornal Armando Carmelo transcreveu uma reportagem de *O progressista*, jornal veiculado em Campo Grande, que elogiava os gaúchos por suas origens européias: “a colonização estrangeira fora, sem dúvida, um exemplo magnífico” e a “verdade é que os homens imigrados de além mar possuem maior experiência no amanho da terra”, eles são “agricultores clássicos e pertinazes” e concluía, “nós, os possuímos, também” (*O Douradense*, 14 de Outubro de 1948, não paginado).

De acordo com a reportagem, três fases distintas podem ser identificadas para desenvolver economicamente Dourados: primeiro, a pecuária, numa época em que os rebanhos eram a base da economia nacional; segundo, a agricultura, que passa ao plano superior das preocupações e no seu desenvolvimento está a riqueza do país; e, em

terceiro, vem o progresso que aperfeiçoaria as indústrias. Depois de esboçar as condições naturais em que uma economia se desenvolve, vem a intenção do artigo: “colocar em relevo a necessidade, que já se percebe em Mato Grosso, de uma melhor dedicação ao cultivo de nossas terras”; e a ligação com o extremo sul do estado é feita: “já possuímos exemplo edificante, neste sentido, voltando nossos olhos para rochedo e rochedinho”, agora um fato novo deveria ser levado em consideração: “o futuroso município de Dourados” (*O Douradense*, n.º 1, 1948, não paginado).

Esse olhar positivo sobre o futuro fez aumentar a crença no progresso e na civilização. O adjetivo *futureso* é sustentado logo no decorrer da reportagem pela existência da Colônia Municipal e Federal que congregam cerca de quatro mil agricultores e pela chegada da Noroeste a Capão Alto - futuramente com um armazém da estrada em Dourados. Todos estes aspectos tentam estabelecer semelhanças entre a história do Rio Grande do Sul e do sul do antigo Mato Grosso, agregando força e valor ao gaúcho já aqui fixado.

Seriam amigos e bem-vindos, também, alguns imigrantes, tais como, paraguaios, japoneses e sírio-libaneses⁶. A distância entre o Mato Grosso e os centros brasileiros fez com que o Estado dependesse do Paraguai para o abastecimento interno, facilitando assim a imigração de indivíduos que “explorou ervais, cortou madeira, criou gado e, povoando regiões lindeiras, contribuiu para o desenvolvimento dessas extensões de terra” (SOUZA, 2001, p.83).

Os japoneses, no entanto, presentes desde a década de 1920, até 1950 se dedicaram às atividades comerciais do tipo “prestação de serviços” como: mecânicos, protéticos e alfaiates. A partir de 1953 os migrantes passam a se dedicar à exploração agrícola centrada na cafeicultura (RACHI, 2003, p.90). Eles foram vistos como trabalhadores importantes na cidade por oferecerem serviços e mão-de-obra que somaram com as atividades agrícolas tão almejadas.

Do oriente, a imigração de sírios e libaneses teve significado econômico e populacional importante desde a década de 1920. Segundo Souza (2008, p. 12), “primeiro pelo fato de que estiveram neste local após um processo de trabalho de comércio móvel”, e depois e como consequência deste, “porque acumularam um capital

⁶ Consideramos estas três nacionalidades, por haver, sobre elas, produção acadêmica. Roney Salina de Souza (2008), José Carlos de Souza (2001), Edna Mitsue Inagaki (2002) e Kiyoshi Rachi (2003).

inicial a fim de abrir lojas de venda no varejo. A casa comercial representa o estabelecimento deste grupo em Dourados”.

Percebe-se, então, quais os migrantes e imigrantes desejados e bem recebidos a fim de promover o desenvolvimento do município, nacionalizar a região e consolidar os ideais de progresso e civilização. Os índios, por sua vez, não eram considerados amigos nem inimigos. Depois de aldeados, foram silenciados nas representações identitárias do discurso jornalístico e do poder municipal. Todavia, o silêncio, ao mesmo tempo em que é eloqüente também é, questionador. Eles não pertenciam a nenhuma categoria. O governo municipal não investia em melhoramentos da reserva, essa preocupação foi transferida para Missão Evangélica Kaiowá, criada em 1928.

A identidade é relacional e prescinde a existência de um outro e a demarcação das diferenças, o que implica sempre em incluir e excluir, quem deveria falar e quem deveria ser silenciado. Afirmar quem era bem vindo, significa dizer, também, quem não é bem vindo. Identidade e diferença nesse sentido, traduzem-se em quem pertence e não pertence. Aos poucos foram construídas fronteiras simbólicas entre a cidade e a reserva. Segundo Silva (2007), “ao representar o *outro* com tons negativos cria-se uma representação positiva dos não-índios. Se o índio é selvagem, irracional, infantil, suicida, preguiçoso, vagabundo, anormal, doente; os não-índios seriam civilizados, racionais, maduros, virtuosos, trabalhadores, normais e sadios (SILVA, 2007, p. 52).

As populações indígenas negavam os sonhos douradenses de progresso e civilização. Esse silêncio de que estamos falando demonstra o comprometimento dos discursos construtores de pertencimentos coletivos com as pessoas *valorosas*. Os índios não pertenciam as gentes douradenses, há uma fronteira entre um *nós* e *eles*, entre o que somos e o que não queremos ser. Sabe-se, porém, que nos anos 1980, a participação das etnias indígenas existentes será lembrada na sociedade douradense depois de definido o índio bom e o índio mau (c.f. SILVA, 2007).

Quanto aos paraguaios, durante a guerra, eles pertenciam a uma nação inimiga que havia travado com o Brasil uma disputa territorial. Como justificar esta “amizade” por parte do *O Douradense* nos permite observar? Discursos contrários a esta amizade, como o de Melo e Silva, apontavam as relações entre brasileiros e paraguaios como pejorativas por contribuir com a miscigenação, com a deturpação da língua e dos costumes nacionais. Mas, para Dourados eles interessavam como mão-de-obra barata, em serviços temporários, perigosos e que exigiam habilidades físicas.

É a partir de 1948, portanto, com o início da circulação do jornal *O Douradense*, que percebemos os esforços do discurso jornalístico em criar um sentimento comum no qual todos poderiam se reconhecer e identificar-se, numa política clara de reapropriação do mito fundador de Rangel Torres. As duas primeiras edições do jornal trouxeram a intenção do órgão atrelada às características do município e às condições favoráveis para o seu desenvolvimento, além de atribuir à imprensa a missão de incentivar as iniciativas progressistas e honestas. Aspectos desse progresso eram noticiados como próximos de serem consolidados.

Segundo o jornal a luz elétrica chegaria brevemente em Dourados: “sim, uma nova era de vida se abrirá para todos os setores da vida diária” (*O Douradense*, 1948, n.º 1, capa). A energia elétrica significava a entrada definitiva na modernidade, além de iluminação urbana e doméstica, quer dizer, vida civilizada, ela traria facilidades necessárias à industrialização desejada. Educação e política também foram assuntos tratados na primeira edição do *O Douradense*. O tratamento dispensado a estes assuntos prova que eles eram de interesse estratégico para o município, pois contribuía para criar uma cidade educada, próspera e saudável.

Para o jornal, a Câmara Municipal de Dourados era composta por *homens de ação e trabalho* com “têmpera de aço”. Todos trabalhavam e o “pensamento de todos era um só: trabalho e ação em benefício da coletividade”. A estrutura do jornal nos permite concluir que elementos-chaves para a organização social foram contemplados pelo editor. “O nosso aparecimento”, reportagem que abriu a primeira edição, objetivava formar a opinião dos leitores por meio de valores morais existentes no liberalismo burguês, como progresso, civilização e honestidade, cujo principal objetivo era a formação do caráter (BELLAMY, 1994). Outra parte do discurso que se vincula ao liberalismo, no qual o Estado é um educador ético, é a afirmação: “o pensamento de todos era um só: trabalho e ação em benefício da coletividade” através dos políticos que eram “homens de têmpera de aço” e de “ação e trabalho” escolhidos pelo povo. A intenção do jornal era formular um consenso em torno dos sujeitos que legislavam e conduziam o município. Idéia esta, carregada de valores simbólicos necessários para a consolidação da modernidade e para a efetivação da “civilização” dos indivíduos. Um discurso que procurava legitimar os cidadãos que ocupavam cargos políticos como condutores da sociedade a destinos seguros, talvez até como medida de livrar-se dos velhos estigmas coronelistas e oligárquicos.

Os elogios à natureza, tais como terras férteis, solo ubérrimo, matas exuberantes, e natureza em ritmo de domesticação e as notícias da chegada da energia elétrica fortalecem a idéia de um lugar em transformação procurando atingir aspectos da vida moderna e civilizada e atraía imigrantes e migrantes para a cidade e para a colônia. A preocupação com a campanha de educação para adultos revela a vinculação sugerida com o multiculturalismo, também de origem liberal, que procurou rapidamente alfabetizar a população semi ou completamente analfabeta, a fim de garantir cidadãos sóbrios, sadios, laboriosos, ordeiros e pacíficos. Os *amigos* deveriam, portanto, ser também educados, honestos e trabalhadores.

Os reflexos dessas intenções percebidos ao longo dos anos 1940 serão desenvolvidos durante a década de 1950. As transformações econômicas ocorridas em Dourados geraram mudanças de hábitos (as festas saíram do fundo das casas e foram para o clube social; as comemorações ganharam maior volume e importância; novas relações comerciais foram estabelecidas; a chegada da energia elétrica levou as pessoas para as ruas e praças) e fortaleceu campanhas enaltecendo o solo e o progresso da cidade que passaram a ser veiculadas para atrair mais imigrantes; a CAND passou a ser a Colônia Modelo, a menina dos olhos do governo federal. A imprensa, diante disso, continua exercendo seu papel, o de unificar sentimentos e pertencimentos pró progresso e civilização.

A valorização do colono, elevado a condição de herói douradense percebida no discurso dos jornalistas letrados, enaltece a importância do trabalho humano em sentido duplo: na abertura da mata que possibilitou a chegada do não-índio, e na atuação dos sujeitos depois da criação da CAND. Nessa representação identitária, o colono trabalhou com o braço, na terra, e o *pioneiro* articulou politicamente as condições para que ele trabalhasse. Juntos, eles ajudam a compor elementos simbólicos pelos quais a população, em qualquer geração que seja, deve se orgulhar e se reconhecer. Em homenagem a esses colonos, em 1960, foi instalado na Praça Antônio João um monumento. Um homem com vestimentas simples, que olha para o futuro, tendo na mão esquerda um chapéu e na direita um machado, sobre uma base de concreto com uma placa afixada onde a frase “*Ao colono, Dourados agradecido*” procura abranger todos os homens que aqui chegaram até o final da década de 1940.

O monumento seria um agradecimento àqueles que consolidaram os ideais dos pioneiros ao derrubar a mata semi-tocada e cultivar o solo, trazendo riqueza e prosperidade à cidade. O machado simboliza a coragem e valentia dos colonos, que

mesmo sem muitas condições técnicas construíram uma cidade promissora. O machado é forte, pesado, de ferro – esperava-se que o caráter dos homens também fosse assim. Para quem permaneceu, mesmo diante das adversidades, tais como: índios “selvagens”, animais ferozes, doenças desconhecidas e mosquitos torturantes, esse monumento ressignifica a construção identitária municipal, ao homenageá-los.



FIGURA 1: Estátua instalada na Praça Antônio João em homenagem aos colonos.
Foto: Homero Torres – Maio de 2008

Além da figura do colono e do pioneirismo, para valorizar a região e se vincular ao discurso nacional, episódios militares foram resgatados do passado. A valorização dos feitos militares, no norte, edificou o culto ao Marechal Cândido Rondon e a Leverger (c.F. ZORZATO, 1998). Passou-se a valorizar o episódio da Retirada da Laguna protagonizado por José Francisco Lopes, o *Guia Lopes da Laguna*, e

solicitaram para si um dos critérios pelo qual o Mato Grosso definia sua brasilidade, o de “defensor fronteiro”.

Em Dourados, o elogio e a apropriação da figura de Antônio João como símbolo de amor a terra e a pátria indicam não só uma reelaboração do projeto identitário forjado no norte, como também uma vinculação ideológica ao projeto de construção da nacionalidade brasileira. Em muitos discursos, Getúlio Vargas, afirmou que brasileiro nenhum deixaria que o território fosse invadido, nem que para isso o solo nacional fosse defendido com o sangue como já tinha sido feito em outros momentos - ele está se referindo a Guerra da Tríplice Aliança e em especial a Guai Lopes e a Antônio João (c.F. OLIVEIRA, 1999).

O discurso de Vargas é um dispositivo de nacionalidade. Segundo Albuquerque Jr. (2001, p. 48) esses dispositivos são “o conjunto de regras homônimas que passa a reger as práticas e os discursos e que no final impunha aos homens a necessidade de ter uma nação”. O projeto nacional propunha superar as vinculações locais e se “identificar com um espaço e um território imaginários delimitados por fronteiras instituídas historicamente por meio de guerras ou convenções, ou mesmo, artificialmente”. Para o autor, este dispositivo “faz vir à tona a procura de signos, de símbolos, que preencham esta idéia de nação, que a tornem visível, que a traduzam para todo o povo”.

O heroísmo de Antônio João não surgiu espontaneamente, ele foi criado como um símbolo eficiente de encarnações de idéias e aspirações. Ele foi criado para ser um ponto de referência, um fulcro de identificação coletiva. Para Carvalho (1990, p. 55), “herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação”. Tem que ter um comportamento ou personalidade que corresponda a um modelo coletivamente valorizado.

Antônio João Ribeiro, nasceu em Poconé em 24 de novembro de 1823, foi um militar brasileiro homenageado como herói de guerra, ao defender a Colônia Militar dos Dourados das tropas de Solano Lopes em 1864 (SQUINELLO, 2002). O discurso oficial conta que ao ser informado da preparação de um ataque que paraguaios fariam na colônia militar comandada pelo tenente, ele mandou evacuar os civis e dispôs seus comandados, cerca de quinze homens, nos postos de combate e aguardou a investida, perecendo com eles ante a fuzilaria de mais de duzentos oponentes, comandados pelo major paraguaio Martín Urbietta. Antes, porém, ele remeteu pelos civis que se retiraram, uma carta a seus superiores que terminava com as seguintes palavras: “sei que morro, mas meu sangue e dos meus companheiros servirão de protesto solene contra a invasão

do solo de minha pátria”. Em homenagem a ele, uma estátua comemorativa ao ato heróico do tenente Antônio João faz parte do monumento que homenageia aos heróis de Laguna e Dourados, erguido na Praça General Tibúrcio, na Praia Vermelha, cidade do Rio de Janeiro. Ele também é o patrono do Quadro Auxiliar de Oficiais do Exército Brasileiro.

Tomando os referenciais de Carvalho para estabelecimento de heróis nacionais, Antônio João possuía qualidades e autoridade. Ele defendera o solo brasileiro, a menos de cento e cinquenta quilômetros de onde hoje está localizado Dourados. Com caráter inquestionável, ele se apresenta como um forte elemento de identificação entre a cidade, a região e a nação. Os discursos reforçam que ele seria um homem forte, de fibra, corajoso, valente, brasileiro convicto, defensor do território nacional, altruísta (pois retirou os civis da colônia e ficou lá) e acima de tudo um exemplo a ser seguido e lembrado. Um mártir, definitivamente um herói douradense, mato-grossense e brasileiro.

Para os douradenses um presente. Para o governo e a imprensa uma boa oportunidade de incutir nos munícipes o mesmo sentimento de amor à pátria. Em decorrência disso, a praça central da cidade foi batizada com seu nome, desde que começou a ser desenhada na década de 1920. Para fortalecer a idéia da formação do caráter dos indivíduos, dentro do contexto das reelaborações dos elementos identitários mato-grossenses, em 1948 o jornal o Douradense publicava:

UM MONUMENTO A ANTÔNIO JOÃO

Antônio João Ribeiro, o heróico comandante da Colônia Militar de Dourados, quando da Guerra do Paraguai, teve sua vida sacrificada em sacrifício da pátria. A sublimidade do ato que culminou com a sua morte, a sua bravura foi tamanha, que o próprio adversário de então reconheceu e nos forneceu, a nós brasileiros, o documento comprobatório. Para que a memória deste bravo soldado de Caxias seja sempre lembrada e mesmo reverenciada, alvitramos aqui a idéia de um monumento à Antônio João, afim de que o mesmo se projete, de modo mais eloqüente e significativo, na nossa principal praça, que, aliás, já tem o seu nome. Sabemos da boa vontade de todos os habitantes desta cidade para com todos os empreendimentos que falem do progresso. Este, seguramente, terá o apoio de todos. E, assim sendo, aqui fica a nossa lembrança na certeza de que alguém a concretizará” (*O Douradense, 11 de maio de 1948*)

Embora datado de 1948, o pedido do jornal só será concretizado em 1966. O que fica claro é que a imprensa continua assumindo um discurso que enfatiza cada vez mais a necessidade de disponibilizar para a população exemplos de conduta.

Conforme os indivíduos chegavam, e com eles caracteres de uma sociedade em desenvolvimento, o entrelaçamento de modo amistoso ou hostil produziu impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas (tal como o de Marcelino Pires em solicitar e depois doar as terras devolutas para a fundação do patrimônio) em uma região de fronteira. O jornal *O Douradense*, se propõe a garantir que cada ação individual desempenhasse uma função social direta ou indiretamente benéfica ao progresso municipal.

Para tal, escolhas foram feitas, memórias foram construídas, datas eleitas, heróis forjados, fatos foram narrados e monumentos erigidos enquanto a cidade de Dourados se desenvolvia. O resgate e a valorização do passado procuraram formar “almas” douradas com o olhar cravado no futuro próximo. Contudo, na situação multicultural em que a população se encontrava, o reconhecimento de uma origem comum se deu por meio do amor/apelo pela terra. Já as características que deveriam ser compartilhadas coletivamente eram a coragem, a determinação, a honestidade e o trabalho.

De tudo o que as reportagens do jornal *O Douradense* puderam oferecer (exemplos, situações, opiniões, direções e reivindicações) com relação ao cotidiano da cidade, e por ele se tratar do principal meio de comunicação até aqui, consideramos que ele representa uma fase importante na formação de cidadãos douradenses e na construção de uma “identidade douradense”. Em toda sua existência ele procurou minimizar quando não ocultar os conflitos existentes, muitas vezes tentando justificá-los através das dificuldades encontradas pelos pioneiros. Esses homens são os mesmos que agiram no município na década de 1920 e agradaram Rangel Torres. Nesse sentido, *O Douradense*, retoma o discurso fundador e ajuda conferir autoridade, legitimidade e respeito aos colonos e pioneiros. A idéia de progresso e civilização via agricultura e pecuária, é, portanto atemporal.

Capítulo 2

2 UM MUNICÍPIO EM TRANSFORMAÇÃO.

A primeira legislatura do município escolhida por voto direto teve início em 1947 sob o comando de Antônio de Carvalho, o *Carvalhinho*, como era conhecido. Atribuiu-se a ele medidas importantes para o progresso da região e de Dourados: a abertura da estrada de Porto Souza para Caarapó e a vinda de uma linha regular do Serviço de Transporte Aéreo Nacional para Dourados (BOSCO, 1995). Nesta administração, no final da década de 1940, foi que ruas largas com canteiros centrais arborizados foram criadas. O plano enxadrezado estabeleceu quadras uniformes e os lotes foram ocupados gradativamente por construções que abrigaram as casas comerciais. Para Moreira (1990, p. 85), nesta década “como atividade de apoio ao processo de colonização e de desenvolvimento da região, foram construídas uma serraria movida a caldeira e motor-diesel”, e também, “uma marcenaria, uma serralheria, uma olaria, doze escolas em prédios de madeira e dois postos médicos”. Foram ainda criados, “campos de experimentação para avaliar o comportamento das seguintes culturas: trigo, arroz, centeio, milho, algodão amendoim e cana-de-açúcar”.

O jornal *O Douradense* na edição do dia 27 de junho de 1950, estampava a manchete “Dourados – A nova canaan matogrossense” procurando demonstrar que os

sonhos de progresso e civilização estavam próximos. O solo fértil e o clima favorável eram “dávivas” de uma das maiores reservas agrícolas do antigo Mato Grosso e do Brasil. A crise na extração da erva-mate foi acompanhada pelo crescimento da produção agrícola. A reportagem analisava as restrições impostas pela Argentina e as medidas aplicadas pelo governo Vargas que abalaram as exportações da Companhia Mate Laranjeira. Os ervais foram desaparecendo com as matas, enquanto a agricultura, como nova fonte de riqueza, avançava. A colonização orientada e a expansão da fronteira agrícola provocaram novas relações de trabalho e sociais.

A frente agrícola, ao introduzir novas culturas, exigiu mão-de-obra adequada. As experiências trazidas pelos migrantes oriundos das diversas áreas do país (Nordeste, Sudeste e Sul) entrelaçaram-se com os estrangeiros (paraguaios, japoneses, sírios e libaneses, entre outros). Desse encontro, surgiu uma seleta cultural gerenciada para atender os interesses do município que, segundo os discursos políticos, religiosos, jornalísticos e policiais eram: progredir e civilizar-se.

A cidade passava por um clima de agitação. Migrantes chegavam a todo o momento, lotes eram demarcados e entregues aos colonos, a produção agrícola se intensificava e estradas foram construídas para facilitar o acesso e dinamizar a circulação de pessoas e mercadorias. O ramal ferroviário da Noroeste do Brasil chegou em 1949 em Itaum a sessenta quilômetros de Dourados. Caminhões e vagões faziam o escoamento da produção, e no caminho inverso traziam consigo pessoas e mercadorias. Tradições distintas, que passariam a coexistir no mesmo espaço. A partir desses encontros e desencontros a organização da cidade foi alterada.

O crescimento demográfico provocou situações que, se por um lado contribuíram para as transformações em curso, por outro acabaram evidenciando as dificuldades que ainda havia no município. Gerenciar esta ambigüidade significava organizar racionalmente a cidade e os indivíduos, pois, para *se tornar* douradense, neste momento, era preciso internalizar os ideais escolhidos e trabalhar em favor deles.

Para Le Goff (1996), progresso é um conceito eminentemente ocidental que até o século XVI não se manifestou. Até então *decadência* ou *eterno retorno* eram os responsáveis pelas causas finais, e os avanços eram conseqüências naturais. Uma noção implícita na qual a finalidade sugeria apenas uma direção. Faltava, assim, uma idéia de progresso, uma espécie de esforço intencional concentrado por um grupo organizado guiado pelo conhecimento crescente da natureza. É só na modernidade que o conceito

de progresso se tornará mais explícito, quando sua finalidade passa a ser o juízo de valor sustentado pelos progressos técnico, científico e moral, negados até o século XVIII.

Para o mesmo autor, “o século XIX foi o grande século da idéia de progresso, na linha dos dados adquiridos e das idéias da Revolução Francesa”. O que mantém esta concepção e a faz desenvolver são os progressos científicos e técnicos, com atuação setorial em detrimento de uma idéia de progresso geral. As conquistas da revolução industrial trouxeram melhorias para as elites ocidentais: “mais conforto, bem-estar e segurança, mas também progressos do liberalismo, da alfabetização, da instrução e da democracia” (LE GOFF, 1996, p. 256).

A partir de 1945 até meados da década de 1970, é o progresso econômico que se destaca e vem atrelado ao crescimento, ou seja, “o aumento durável do rendimento real *per capita*”, e também ao desenvolvimento, isto é, segundo J. D. Gould (1972), “a diversificação da estrutura econômica que se afasta da atividade primária para os setores industrial e de serviços” (apud LE GOFF, 1996, p. 271).

Os esforços concentrados, ou seja, a busca intencional pelo progresso proporcionou o desenvolvimento urbano da cidade que procurava se impor. A organização do espaço urbano iniciado na segunda década do século XX, onde somente a Igreja, a casa comercial, a pensão e ao hotel estavam instalados, depois de 1950, dividiu espaço com escolas e hospitais que passaram a funcionar dando contorno às primeiras características de cidade. A casa comercial se destaca, nesse sentido, pois atraía os moradores das fazendas para o centro da cidade, que de carroça ou de carro de bois buscavam alimentos e ferramentas para a labuta diária (MOREIRA, 1990, p. 21).

No centro, em torno do espaço reservado para a Praça Antônio João, pensão, mercearia, escritório de compra e venda de produtos diversos eram ladeadas por residências. Aos poucos, a fisionomia da cidade se alterava. Surgiram bancos, loteamentos, companhias imobiliárias e as associações de classe, todos considerados atributos necessários para se reconhecer a civilidade e o progresso do município.

A partir de 1951, é o jornal *O Progresso*, dirigido por Weimar Gonçalves Torres⁷ que se destaca no intento de garantir os anseios da comunidade. O *slogan* do

⁷ Weimar Gonçalves Torres nasceu em Ponta Porã em 1922. Chegou em Dourados em 1948, após graduar-se em Direito no Rio de Janeiro, era o primeiro advogado do município. Era militante do Partido Social Democrático – PSD, sigla partidária que representou nos cargos de vereador em Dourados e de deputado estadual e federal. O Progresso surgiu exatamente no início do primeiro cargo eletivo de Weimar, o que proporcionou que o jornal fosse um importante instrumento na divulgação de suas ações políticas.

jornal “*pensamento e ação por uma vida melhor*” reafirma a autoridade da imprensa no que se refere ao pensar (*pensamento*) em uma vida melhor. Além de refletir e formar uma opinião pública, o jornal de Weimar Torres se propunha a *agir*.

Em 1951, Dourados havia se tornado uma cidade importante, os projetos nacionais (aldeamento dos índios, Marcha para Oeste, instalação da Colônia Agrícola Nacional) tinham dado certo. Depois disso a cidade despontou para o roteiro político nacional (SCHWENGBER, 2005). Neste momento, segundo Arakaki (2008, p. 32) “verifica-se a formação de novas lideranças, até então concentradas na área urbana. A elite local descobre, na Colônia, o foco da atenção do governo federal, um canal potencial de poder”, e a elege como principal propaganda da cidade.

A primeira reportagem publicada pelo jornal *O Progresso* em, 21 de abril de 1951 era bastante efusiva e elogiava a cidade e seu desenvolvimento. Letras grandes anunciavam: “Vertiginosa! A marcha de dourados para o progresso”, enfatizando:

“De uma terra inexpressiva e esquecida passa Dourados a ser uma das regiões mais famosas da pátria [...] grande venda de terra, cinema, luz elétrica, linha de aviões diários, loteamento em massa mais e mais casas de comércio, valorização acelerada de imóveis, cafezais, produção imensa de algodão e cereais, instalação de grandes serrarias: um instantâneo polimórfico de uma esplândida realidade”.

O crescimento demográfico estimulou a economia que começava a se sustentar pela agricultura diversificada, pelas grandes plantações de café e algodão e pela criação de gado. O resultado preliminar do censo da década de 1950 informa que a população douradense era de cerca de 22 mil pessoas, um aumento de mais de 40% com relação a década anterior, que contabilizou cerca de 15 mil habitantes⁸. A sustentação da economia do município era garantida pelo campo (agricultura e pecuária) e cidade (comércio). No perímetro urbano, as casas/residências imponentes refletem a instalação de grandes proprietários, gente rica e investidora que reivindicavam melhores condições de transporte para o escoamento de produtos e acesso rápido aos sítios e fazendas (Moreira, 1990).

As percepções identitárias oferecidas pela década de 1940 presentes no discurso jornalístico e memorialista, serão desenvolvidas ao longo das reportagens publicadas pelo jornal *O Progresso* no decênio seguinte. A reafirmação dos valores escolhidos

⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico [1950]: Estado do Mato Grosso – Seleção dos principais dados. Rio de Janeiro, 1952. 30 p.

(progresso e civilização) está presente na primeira reportagem quando atesta o esforço dos pioneiros e colonos e reconhece a importância da atuação de ambos. Além disso, havia o fato de que Weimar era filho de Rangel (que dirigiu o jornal *O Progresso* em 1920) e contratou Armando Carmelo para ser redator do *O Progresso*, em 1951, depois que *O Douradense* parou de circular. A continuidade era, portanto, uma horizontalidade, uma espécie de reforço à base fundante desse *ser douradense*.

2.1 O EMPODERAMENTO DO DISCURSO DA IMPRENSA E A RESIGNIFICAÇÃO DOS OLHARES QUE REPRESENTARAM

Segundo o jornal *O Progresso*, Dourados ainda era uma cidade com características rurais, violenta, com ruas esburacadas, poeirenta, sem água encanada ou rede de esgoto, condições que precisavam ser superadas imediatamente para promover o desenvolvimento e oferecer melhores condições de vida aos munícipes. Praticamente todos os setores passaram por transformações. Para superar definitivamente os problemas vários investimentos foram feitos. O campo de aviação que tinha sido inaugurado em 1942, construído pelo esforço de trabalhadores em sua maioria de nacionalidade paraguaia, passou a ser utilizado com mais frequência para o transporte de cargas e passageiros. Em 1946, a empresa Real Transporte Aéreo⁹ atuava no município com dois aviões DC-3¹⁰. Embora a aviação douradense necessite de maiores estudos, percebe-se que o aumento da frota da Real nos cinco primeiros anos desde a sua fundação sugere que a demanda também aumentava. Em 1951, a empresa possuía uma frota de vinte e seis DC-3 e dois Curtiss C-46, aviões com capacidade para 44 passageiros.

Os aviões traziam políticos e autoridades e ajudavam a diluir a noção de espaço longínquo, atribuído ao Mato Grosso. Dr. Tácito, por exemplo, administrador da Colônia Agrícola Nacional de Dourados desembarcou em 1950; o Comendador Geremia Lunardelli – *Barão do Café* como era mais conhecido, aterrizou no mesmo ano; em 1951, Armando Campos Belo voltou do Rio de Janeiro de avião com a exoneração do administrador da colônia; as irmãs franciscanas chegaram aqui numa aeronave que decolou do Rio Grande do Sul em 1955; Toshinobu Katayama embarcou de Dourados, num avião, para o Japão (MOREIRA, 1990).

⁹ O empresário paulistano Vicente Mammana Neto, em dezembro de 1945 criou a REAL - Redes Estaduais Aéreas Ltda, com uma frota composta por três Douglas C-47. Antes do final do primeiro semestre de 1946, a REAL recebia autorização para ampliar suas rotas para Curitiba e Rio de Janeiro. [disponível em: http://www.jetsite.com.br/2006/mostra_nostalgia.asp?codi=46]

¹⁰ O avião de passageiros, modelo DC-3, fabricado pela Douglas Aircraft Company há mais de 60 anos, foi originalmente projetado e construído como avião de carga (C-47), destinado aos transportes de materiais, equipamentos e tropas durante a 2ª Grande Guerra, época em que foram fabricados mais de 11.000 unidades. Com o fim da guerra, milhares desses aviões foram adaptados ao transporte comercial de passageiros, e vendidos para várias empresas aéreas, inclusive a VASP que adquiriu várias unidades que permaneceram em serviço até 1972 [disponível em: <http://www.museutec.org.br/aviao.htm>].

A aviação facilitava o deslocamento de pessoas e produtos, e permitia que a cidade usufruísse o meio de transporte revolucionário que as aeronaves representavam. A possibilidade de se deslocar-se com mais rapidez tornava o lugar atrativo e interessante para os negócios. A inclusão de Dourados nas rotas comerciais da Real, por si só, revela a importância do município neste momento, a intensificação da troca de informações, a alteração do cotidiano das pessoas, e a agilidade de deslocamentos. Isso atrai novos investidores em terras com capital disponível para o agronegócio. Como uma via de mão dupla, a importância do transporte aéreo também revelava a carência de estradas, de meios de transporte terrestre e as enormes distâncias geográficas entre os municípios.

Para solucionar isto, constantes investimentos privados de fazendeiros e colonos na abertura de estradas e construção de pontes, procuraram fomentar o crescimento do transporte rodoviário. A empresa Expresso Queiroz, fundada em 1948, na década de 1950, mantinha linhas diretas para Ponta Porã, Amambaí, Rio Brilhante e Campo Grande. O ônibus, ou seja, o transporte terrestre se constituía numa alternativa a baixo custo para os colonos que não viajavam de avião. No interior da Colônia, a Viação Castelo S.A, operava com o *slogan* “transporte coletivo a serviço do povo” em linhas para: Itaporã, Vila Brasil, Vila Vicentina, Vila Glória e Lagoa Bonita, e se orgulhava de num futuro próximo rodar com ônibus Mercedes Benz (MOREIRA, 1990, p. 115).

Integrado à dinâmica nacional pelo transporte e pelas atividades econômicas, o município sustentava essa integração também pela imprensa. Ela por si representava um aspecto da modernidade e da civilização, e desempenhou um papel fundamental durante as décadas de 1950 e 1960. Seus editores e redatores eram em sua maioria cidadãos letrados (advogados e jornalistas) formados em São Paulo e no Rio de Janeiro que trouxeram para a cidade experiências vividas nos grandes centros durante o período da faculdade. Mais próximos da política nacional, os jornalistas opinavam em nome de uma população que era representada pela imagem de cidadãos atentos e participativos, amantes do trabalho e dispostos, dentro do Direito e da Justiça, a contribuir com o desenvolvimento local, regional e nacional.

Com o desenvolvimento e o crescimento urbano, o belo ocupa lugar de destaque na sociedade. A oferta de produtos e serviços por meio das páginas comerciais dos jornais indica que novos hábitos e costumes estavam sendo criados. As casas comerciais eram os principais comércios existentes em Dourados. *Casa Vitória* e *Casa Mineira*

vendiam desde propriedades (lotes urbanos) a armarinhos em geral. A *Casa Damasco*, era especializada na venda de erva-mate. A *Casa Branca*, beneficiadora de arroz, garantia, além dele, outros gêneros alimentícios. A *Favorita* fazia propaganda de chapéus, tecidos, sapatos, ferragens, secos e molhados, tudo trazido da capital federal. Lojas como essas, propagavam os usos e costumes da população do litoral – enquanto região mais povoada, alterando a percepção do sertanejo.

Fosse com reportagens ou anúncios comerciais, a imprensa e seus responsáveis cumpriam sua função ao divulgar de maneira implícita ou explícita, opiniões, sentimentos e notícias que procuravam formar cidadãos honestos e tentavam moldar uma identidade unificada. Valores burgueses, liberais, corporativistas e reformadores, em face de uma sociedade heterogênea bastante marcada pela diferença. A criação de uma identidade comum aos douradenses baseou-se no encontro de diferentes culturas, de um povo trabalhador e feliz e de uma terra repleta de oportunidades com o objetivo de atrair mais migrantes, imigrantes e investidores. Todos os migrantes e imigrantes foram representados pela figura do colono e se tornaram “heróis anônimos”.

As transformações econômicas e o desenvolvimento urbano alteraram, também, a vida social da cidade, que até a década de 1950 era baseada em encontros familiares e religiosos, trazendo novas sociabilidades. Festas de aniversários, churrascos entre amigos e casamentos cederam espaço para os recitais de músicas, festas de inauguração de empresas, campeonatos esportivos, desfiles cívicos e de moda, bailes de carnaval e concurso de *Miss Dourados*, a maioria deles realizados no Clube Social (MOREIRA, 1990, p. 139/144).

O Clube Social de Dourados procurou congregar em seu corpo de membros os cidadãos mais ilustres, aqueles que podiam comprar o título, freqüentar as festas e desfrutar dos benefícios de sócio. Na sede social do clube, eram comuns os momentos de apreciação de músicas; na sede campestre foi construído um campo de bocha, outra oportunidade para os douradenses desfrutarem do tempo livre. Nele também eram realizadas festas alusivas às estações do ano, como o Baile da Primavera, ocasião que exigia grupos musicais renomados como o “Suing Blue”. As festas depois da colheita, como o baile que elegeu a rainha do algodão em 1952, o carnaval que saiu das ruas e foi para o salão, os desfiles de moda organizados pelas mulheres que traziam as tendências dos grandes centros, são comportamentos sociais em consequência das relações alteradas e por ora percebidas (MOREIRA, 1990, p. 139/144).

Os Bailes de Debutantes celebravam a passagem das meninas para a adolescência. Participar do baile dava *status*. Era o momento de mostrar os vestidos feitos com capricho, com tecidos finos, comprados nas melhores lojas da região ou em catálogos de lojas de São Paulo. O baile de modo geral, representava uma sociedade refinada e educada para o convívio social.

Embora a existência do Clube Social seja significativa na vida cotidiana douradense dos anos 1950/60, mesmo assim, ele acabou por congrega apenas uma parcela da população, aquela que possuía poder aquisitivo suficiente para estar lá. As famílias não pertencentes ao quadro efetivo de sócios do clube continuaram a se reunir em suas casas e a celebrar os momentos importantes e festivos da vida privada e pública.

No campo religioso, o surgimento de novas paróquias não alterou a visão da Igreja Católica. O antigo Mato Grosso continuava sendo visto como "Terra de Missão" por considerá-lo com fraca formação religiosa, com extensas paróquias, escassez de recursos, de clero, e povo pobre. Para a instituição, o trabalho aqui, exigia dos missionários, espírito de sacrifício e zelo apostólico. As atividades consistiam em atendimento de paróquias praticamente abandonadas e muito extensas, algumas chegavam a ter áreas de abrangência de vinte mil quilômetros¹¹. O trabalho pastoral concentrou-se na catequese do povo, no zelo pelas associações religiosas e a fundação de escolas.

Circunstâncias como a intensa colonização a partir de 1945, fez com que a Igreja sentisse os efeitos do crescimento demográfico e da urbanização douradense. Por conta disso, um projeto de desmembramento da Diocese de Corumbá foi enviado ao Vaticano para criar duas novas dioceses, respectivamente, Campo Grande e Dourados, em 1957. A Diocese de Dourados compreendia nove paróquias: Dourados, São Pedro, Glória de Dourados, Bataguassú, Rio Brilhante, Maracajú, Itaporã, Ponta Porã e Amambaí¹².

Ao retornar para Dourados, na segunda metade dos anos 1950, as irmãs franciscanas logo se ocuparam do Patronato de Menores, inserindo a religiosidade cristã

¹¹ COMPÊNDIO DE HISTÓRIA DA CUSTÓDIA FRANCISCANA DAS SETE ALEGRIAS DE NOSSA SENHORA. Missão Franciscana MT e MS. Disponível em: <<http://www.mifra.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=7>> Acesso em: 23 maio de 2009.

¹²HISTÓRIA DA DIOCESE DE DOURADOS. Disponível em: <www.diocesedourados.com.br> Acesso em: 05 de junho de 2008.

na vida das crianças. Além da educação formal, as crianças eram preparadas para receber os sacramentos, basicamente o Batismo, a Primeira Comunhão e o Crisma. As ofertas do mercado religioso ampliaram-se na mesma proporção da população e resultou numa série de investimentos em pessoal e obras (presbiterianos – hospital, escola e missão evangélica kaiowá; católicos – igrejas, escolas, patronato e vinda de franciscanos). As escolas ofereciam aos alunos além de educação religiosa, educação formal, moral e cívica. As datas alusivas à história do Brasil eram sempre lembradas em comemorações festivas e celebradas por meio de jograis, declamação de poesias e parada com desfile cívico na Avenida Marcelino Pires (MOREIRA, 1990, p. 150). A escola, portanto, além de educar o cidadão, formava brasileiros.

Com a criação da Diocese de Dourados em 1957, uma nova igreja matriz foi construída. Segundo Knob (1988), sob a direção do Pe. Frei Teodardo Leitz, a paróquia sofreu profundas transformações por causa do desenvolvimento da cidade e da região o que ocasionou muitos problemas sociais e pastorais (KNOB, 1988, p. 281). Houve uma sucessiva criação de novas paróquias com o intuito de atender todos as regiões da cidade e da colônia. O autor menciona dois desses problemas, o primeiro seria a falta de estrutura da igreja católica para atender os índios que, embora assistidos pelos protestantes se inclinavam ao catolicismo, sendo necessário mais padres para catequizá-los. O segundo tratava-se dos japoneses, que quando chegavam se concentravam em colônias e não encaminhavam seus filhos para o patronato de menores, comprometendo a formação de uma população religiosa, sobretudo, católica.

O cotidiano da cidade refletia o desenvolvimento pelo qual ela passava. Entre melhorias e novas conquistas, a administração municipal tinha que estar atenta aos problemas. A imprensa denunciava a interrupção no fornecimento da energia elétrica, satirizava as promessas feitas pelo governo municipal de uma torre de sinal de televisão e reivindicava o tapamento dos buracos nas ruas (jornal *O Progresso*, “Crônicas das Ruas”, 1966).

A vida social se agitava na medida em que paixões políticas afloravam. As visitas presidenciais (Juscelino Kubitscheck, em 1957 e de João Goulart, em 1963), fortaleciam os partidos políticos que almejavam ver douradenses ocupando cadeiras representativas na Assembléia Legislativa Estadual e Federal. Um exemplo disse, foi Weimar Torres, eleito deputado federal ao mesmo tempo em que escrevia para o próprio jornal – *O Progresso*. Desse modo, as notícias da política nacional chegavam rapidamente em Dourados.

As políticas de desenvolvimento do território nacional desencadearam, principalmente depois de 1955, ondas de colonização com a preocupação geopolítica de manter e consolidar as fronteiras nacionais e conseqüentemente aumentar a produção de gêneros alimentícios para abastecer os centros urbanos industriais. No sul de Mato Grosso, a participação de empresas colonizadoras foi intensa. A SOMECO – Sociedade de Melhoramentos e Colonização atuou na região instalando o excedente populacional oriundo da zona rural das regiões mais valorizadas do Sul e do Sudeste do país (Abreu, 2003).

O crescimento demográfico e o incremento da produção agrícola reconfigurou a divisão regional do trabalho, e reforçou o vínculo de Dourados com produção do sul do Mato Grosso e ao abastecimento do mercado interno. As transformações na economia nacional numa era de industrialização e urbanização no Sudeste do país consolidaram o espaço mato-grossense como fronteira agrícola. Definido pela SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o conceito de fronteira agrícola propõe o avanço do capital sobre o “vazio demográfico” existente no centro-oeste.

Esse avanço está ligado à incorporação de novas áreas agrícolas para a produção comercial de alimentos. Entretanto, Abreu (2003) sugere que para melhor entender este processo, se utilize o conceito de fronteira econômica, pois quando a superintendência elaborou seu plano de ação, muitas regiões, como a porção sul do antigo território mato-grossense já estava incorporada ao processo produtivo nacional.

Dourados, no momento da expansão da produção agrícola no sul do antigo Mato Grosso, emerge como “fornecedor de produtos alimentícios e matérias-primas para os centros importadores, principalmente São Paulo” (ABREU, 2003, p. 284). Os crescentes incentivos para a produção econômica demandavam aumentar a demografia nas regiões de fronteira agrícola. Todos os investimentos dos governos para incentivar a produção agrícola e o crescimento demográfico produziram alterações sócio-econômicas (mudança de hábitos, encontro de diferentes tradições e costumes, aumento da produção agrícola, atração de investidores e trabalhadores rurais e urbanos, e aumento da população), que acentuaram alguns problemas existentes na cidade, como ruas esburacadas, segurança, controle e rigor eleitoral, e estrutura da cidade para acomodar quem chegava para trabalhar.

A cobrança dessas melhorias também foi assumida por dois personagens criados pelo jornalista, advogado, “dono e proprietário” do jornal *O Progresso*, Weimar

Torres, no final de 1950. “Colono” e “Zé Pinga” eram cidadãos fictícios, que representavam respectivamente um colono recém assentado na Colônia Agrícola Nacional de Dourados e um dos “bêbados folclóricos” que viviam nas ruas da cidade. Os diálogos travados entre os dois, intitulado *in vino veritas* – verdade do vinho – falavam da política e da situação nacional, estadual e municipal, e procuravam se contrapor a fronteira sertão.

Com atuação predominante nos anos 1960, as sátiras de “Colono” e “Zé Pinga”, brincavam com os problemas da cidade:

- Colono: Ouvi dizer que Dourados vai entrar no concurso dos municípios mais progressistas do Brasil...
- Zé Pinga: Se buraco na rua valer, nós tiramos o primeiro lugar (*O Progresso*, 11 de março de 1962).

As brincadeiras iam além e enfocavam a política nacional. Quando comentou com “Zé Pinga” o fato de Jânio Quadros ter subido ao poder na garupa do povo, na edição do dia 11 de fevereiro de 1962, o “Colono” obteve a seguinte resposta: “pois é... mas acabou metendo-lhe as esporas...”. Em abril de 1962, a piada com Jânio continuou:

- Colono: Como foi mesmo que a mãe de Jânio Quadros disse quando ele ia nascer?
- Zé Pinga: Me segurem que eu vou ter um troço.

Para o jornal, os dois personagens consolidaram o humor crítico. Eles faziam sátiras de tudo que acontecia, usando o humor para chamar a atenção da sociedade para os principais problemas da cidade e a ineficiência do governo municipal para resolvê-los. A falta de controle e rigor na fiscalização dos processos eleitorais rendeu uma “alfinetada” quando o “Colono” perguntou para o “Zé Pinga” se ele tinha assistido a posse do prefeito, e ele respondeu que não, pois só davam roupas para votar não para a posse (03 de fevereiro de 1963). A compra de votos era uma prática utilizada para garantir vitórias eleitorais.

Ao assumir o cargo de prefeito municipal em 1963, Napoleão F. de Souza discursou afirmando que colocaria as mãos à obra para substituir pela verdade o simulacro político da existência de Dourados entre outras cidades do Mato Grosso. Com fama de festeiro, ele não foi perdoado e também foi atingido pela “verdade do vinho”. Em um diálogo publicado em 17 de fevereiro de 1962, os personagens diziam que para resolver os problemas da prefeitura o novo prefeito teria que dançar muito.

As críticas também poderiam ser dirigidas à população. A presença constante de menores no Cine Ouro Verde (1962) foi o alvo. Muitas crianças freqüentavam o

cinema e na passagem de cenas provocativas (“beijos” e “pernas de mulher”) se manifestavam dizendo: “Oba” ou “Chupa, Juca”. Eles cobraram das famílias, mais educação aos filhos, da gerência do cinema, providências para proibir a entrada de crianças, e do delegado, dois agentes para acabar com a “molecagem”. Mesmo em tom de comédia, uma publicação deste tipo permite a leitura de que, na visão da imprensa, hábitos, como bom comportamento ainda não atingia toda a população. Portanto, ainda estamos falando de uma continuidade com relação à década anterior.

Em agosto de 1963, os dois personagens satirizaram a vida política municipal dizendo que uma escuridão mental pairava sobre a Câmara de Vereadores. Um mês depois, 22 de setembro, os sarristas destacaram a passagem do presidente João Goulart que recebeu o título de Cidadão Douradense e afirmou que como filho de Dourados, seria obrigado a atender as justas reivindicações da cidade. Nessa época a principal reivindicação era energia elétrica. Dourados, nessa época, recebia energia gerada por motores. Na Rádio Clube de Dourados, uma campanha foi realizada para tentar conscientizar as autoridades sobre a importância de se garantir energia elétrica para o município (*O Progresso*, 05 de julho de 1964). O assunto da energia elétrica durou, foram meses cobrando soluções, comissões formadas por vereadores e por lideranças empresariais foram para Cuiabá tentar negociar com o governo do Estado a liberação de recursos para a reforma da rede de energia, pois Weimar Gonçalves Torres, na época deputado estadual, havia apresentado um projeto de lei requerendo vinte milhões de cruzeiros para reformar a rede elétrica de Dourados.

Diante de tanta movimentação política e, até dezembro de 1964 foram poucos os resultados. O “Colono” sugeriu: “o melhor mesmo é colocar uma mulher no cargo de prefeito” e “Zé Pinga” concordou: “Isso mesmo. Só mulher é que pode dar a luz...”. Por meio desses personagens, *O Progresso* continuou publicando comentários sobre a vida cotidiana de Dourados.

Pelas publicações foram reivindicados os tapamentos dos buracos existentes nas ruas, melhores condições na assistência médica e sem nunca esquecer da sonhada energia elétrica, que embora existente não era em tempo integral. Em 06 de janeiro de 1968, o jornal noticiou o fornecimento de energia elétrica 24 horas por dia, sem interrupção. De posse da energia, a necessidade agora era o acesso às transmissões televisivas. Mesmo com a instalação da TV Morena que transmitia o sinal de televisão, o sinal era fraco, e não atingia todas as regiões da cidade.

Percebe-se, portanto, que de maneira ininterrupta a imprensa procurou sempre estar atenta aos problemas da cidade, exigindo soluções e sugerindo medidas políticas e de controle. Há uma continuidade entre o discurso do jornal *O Douradense* e do jornal *O Progresso*, no que se refere às linhas de atuação para reformar a população e a cidade. Atenta às transformações, a imprensa narrou o cotidiano douradense e mostrou-se sempre disposta a atuar ao lado dos munícipes.

2.2 A SITUAÇÃO MULTICULTURAL

O multicultural, pensado por Hall como um termo qualitativo descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade nas quais diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum (HALL, 2003, p. 50). Sabemos que na sociedade douradense diferentes comunidades tiveram de conviver de modo mais próximo e significativo desde o final do século XIX, e produziram encontros culturais nem sempre harmoniosos.

Os índios já estavam aqui quando Antônio João assumiu a Colônia Militar de Dourados em 1861. Depois da guerra (1870), ex-combatentes paraguaios permaneceram no território brasileiro trabalhando nos ervais da Mate Laranjeira. Com a Revolução Federalista ocorrida no Rio Grande do Sul, migrantes gaúchos chegaram à região e aumentaram o número de brasileiros não-indígenas. Na iminência do século XX, portanto, tínhamos várias culturas diferentes coexistindo: brasileiros, paraguaios e índios (Guarani e Terena), uma situação sem dúvida multicultural.

Em 1903 quando Marcelino Pires chegou, ele se instalou bem próximo de onde alguns indivíduos já se encontravam, ou seja, nas proximidades do Distrito Policial de Dourados. Este lugar futuramente seria conhecido como a sede do Patrimônio, dos Distritos (policial e de paz) e mais tarde como o centro da cidade. Mesmo sendo sede ou centro, segundo Moreira (1990), este espaço não teve importância significativa como lugar de residência fixa de um *grande* [grifo meu] número de pessoas. Quem se fixou primeiro, o fez para atender outros indivíduos. Para autora, era um lugar de encontro onde de tempos em tempos, as pessoas se reuniam em função do comércio, ainda pequeno, mas atraente, ou das festas religiosas

Depois da abertura da estrada do Porto Quinze (1907), a população aumentou de cinquenta pessoas (POMPEU, 1965) para seiscentos indivíduos, em 1912, (CAPILÉ JR., 1948, não paginado), o que prova que ocorreu um aumento significativo no número de habitantes ocasionado pela chegada de indivíduos em busca de terras. Com os atos legais: desmembramento de Nioaque (1912) que originou Ponta Porã e depois, o desmembramento desta em, 1914, que permitiu a criação do Distrito de Paz de Dourados (Resolução Estadual nº. 658 de 15 de junho) conferindo notoriedade à população que ali se estabelecera, e a criação da Colônia Indígena em 1915, pelo Decreto n. 401 de 03/09/1915), outros contingentes populacionais também se sentiram

atraídos, sobretudo nos anos vinte, quando japoneses (c.f. RACHI, 2003) e sírios libaneses (c.f. SOUZA, 2008) chegaram para prestar serviços e abrir casas comerciais a fim de atender as necessidades de uma população considerada, por muitos, atrasada. Soma-se às outras culturas distintas mencionadas acima, em meados da década de 1920, outros dois *ethos* cultural, oriundos do oriente. Temos, portanto, etnias e nacionalidades diferentes negociando seus códigos e comportamentos culturais e suas dinâmicas de trabalho.

Trabalhar, de fato, foi o verbo mais conjugado pelos discursos identitários. Uma conjugação feita para atender todos os pronomes pessoais com função de sujeitos da ação (eu, tu, eles, nós), em todos os tempos verbais (presente, passado e futuro) e suas derivações (perfeito, imperfeito, mais que perfeito). Para os memorialistas, como Rangel Torres, João Capilé Júnior, Armando Carmelo, Ercília Pompeu, o verbo estava sempre no gerúndio. Foi trabalhando que os indivíduos combateram a Mate Laranjeira, trabalhando emanciparam a cidade, trabalhando procuraram se diferenciar do restante do Mato Grosso, trabalhando trouxeram a CAND e trabalhando desenvolveram o município. Eles procuraram demonstrar que Dourados era terra de um povo trabalhador e próspero.

Diante da situação multicultural, que por definição é plural, tentou-se unificar os sentimentos de pertencimento coletivo dos douradenses. Sendo plural e aplicado ao lugar, construir uma vida comum com base nessa situação, exigiu a operacionalização de multiculturalismos que procuraram apagar as diferenças culturais da população até os anos 1980 a fim de estabelecer uma “identidade douradense”.

Embora, todos os exemplos com base no discurso memorialista e nas reportagens publicadas pela imprensa, sugerirem tentativas de unificação de pertencimentos coletivos, foi nas últimas duas décadas do século XX que se intensificou a busca dos memorialistas locais em construir e divulgar uma história baseada na memória dos pioneiros (BETONI, 2002, p. 24).

A divisão do Estado de Mato Grosso, criando o Estado de Mato Grosso do Sul em 1977, e a necessidade de construir uma identidade sul-mato-grossense encorajou autores locais a rememorem o passado. Intencionalmente esses escritos procuraram apresentar brasileiros especiais, comparados aos pioneiros norte-americanos quando da conquista do Oeste, e até mesmo com os primeiros cristãos (BETONI, 2002, p. 24).

Para afirmar que o imaginário coletivo é parte integrante da legitimação de regimes políticos, José Murilo de Carvalho (1990) cita Baczko, e afirma que é por meio

do imaginário que se atinge a cabeça e o coração, ou seja, as aspirações, as esperanças e os medos de um povo. É nesse imaginário coletivo que a sociedade define sua identidade e seus objetivos. Seus amigos e seus inimigos, e organiza seu passado, presente e futuro (p. 10). Manipular este imaginário social é, segundo Baczkó, “particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas” (apud CARVALHO, 1990, p. 11).

De fato, e ainda concordando com Betoni (2002), os memorialistas procuraram construir um passado consensual registrando e descrevendo acontecimentos, lugares e personagens considerados importantes. Produziram lembranças que se queria preservar valendo-se de fontes documentais oficiais para justificar seu caráter pseudocientífico, mas, também utilizaram e reiteraram muitas das informações disponibilizadas pela imprensa. Se para Betoni, os textos memorialísticos se apresentam como “manancial de dados empíricos sobre a realidade de Dourados” (p.25), para a construção da “identidade douradense” eles também são.

Segundo Stuart Hall, a identidade é um conceito que opera “sob rasura”. Para este autor, é no intervalo entre a inversão e a emergência que este conceito atua. E mesmo com ressalvas, a identidade é uma idéia “que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas” (HALL, 2003, p.104).

Tomamos por identidade o conjunto de características construídas a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são compartilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal (HALL, 2003). Nesse sentido todo projeto identitário sugere homogeneidade, unificação, estabilidade e continuidade. Em Dourados isso é percebido pela reapropriação do mito fundador e pela valorização dos elementos (construções identitárias) por ele disponibilizados. Nos anos 1970, portanto, surgem os símbolos oficiais, os elementos e uma tentativa de construção identitária para Dourados. Antes disso, o que temos são direcionamentos para pertencimentos coletivos, intrinsecamente ligados ao desenvolvimento, que buscaram estabelecer ordem.

2.3 OPERACIONALIZAÇÃO DE MULTICULTURALISMOS

A partir da observação de Bhabha sobre a expansão heterogênea do “multiculturalismo” e do significado oscilante do termo “multicultural”, Hall (2003) chama atenção para o fato de que esse termo tem sido utilizado universalmente, e que essa proliferação não contribui para “estabilizar ou esclarecer seu significado” (HALL, 2003, p. 49). Assim como outros conceitos, o multiculturalismo só pode ser utilizado “sob rasura”, e por falta de um conceito menos complexo, a estratégia é interrogá-lo.

Diferente do qualitativo, o “multiculturalismo” é tido como um substantivo. Diz respeito “às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais” (HALL, 2003, p. 50). O pluralismo do termo dá existência à “multiculturalismos” bastante diversos: o conservador, o liberal, o pluralista, o comercial, o corporativo e o crítico. Entretanto, todas as definições sugeridas estão longe de ser uma doutrina estabelecida tendo em vista a forte contestação que recebem. Mesmo com tantas críticas, “estamos inevitavelmente implicados em suas práticas”, conclui Hall, citando Wallace sobre a importância de se continuar buscando no multiculturalismo formas de valorizar a contribuição da diversidade cultural ao tecido da sociedade (HALL, 2003, p. 52).

Portanto, afirmar que a identidade douradense é a multiculturalidade não se sustenta. O mais correto seria afirmar que a partir de uma situação multicultural (coexistência de índios de etnias diferentes, ex-combatentes de guerra – brasileiros e paraguaios e imigrantes de várias regiões do país e do exterior), ou seja, diferentes tradições e costumes houve a oportunidade para a operacionalização de multiculturalismos. Sendo assim, a partir da situação multicultural verificada, quais foram os problemas de governabilidade gerados que permitiram a aplicação do multiculturalismo ou de multiculturalismos?

A realidade multicultural douradense, conforme já demonstramos, remonta ao final do século XIX. Mas, acreditamos ter sido a partir do incentivo à agricultura, a principal característica do município, sobretudo após a década de 1950, que o pertencimento coletivo douradense passou a ser organizado e demandou a aplicação de multiculturalismos. Seus pilares de sustentação são as memórias coletiva e individual, e sua principal defensora, a imprensa.

A agricultura trouxe em seu bojo transformações estruturais importantes para a sociedade douradense. A criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, em 1943, e a chegada das frentes de imigrantes trabalhadores oriundos de várias partes do Brasil e do exterior fizeram da civilização e do progresso palavras de ordem para a população.

É nesse contexto que as memórias (coletiva e individual) descrevem as características sociais e os problemas de governabilidade e tenta construir uma vida comum com base em uma identidade original – caracterizando o multicultural (HALL, 2003, p. 52). Já as estratégias e políticas para administrar os problemas da diversidade foram assumidas pela imprensa, pelas igrejas, pelas escolas e pelo Governo Municipal – caracterizando os multiculturalismos.

A grande migração provocada pela CAND alterou significativamente a vida econômica e social douradense. Na busca de elementos comuns, foram reforçados vínculos com a cidade por meio de sentimentos, como o amor a terra, ao trabalho e a produção de riquezas. O valor atribuído às coisas praticadas na terra, cria laços de identificação com a região, como se o indivíduo estivesse obrigado a fazer algo por si mesmo e pelo local. Trata-se de uma sensibilização, internalização, convencimento e mobilização para a consolidação do progresso e para a chegada civilidade. Há uma obrigação interna em contribuir para o desenvolvimento municipal. Sentimentos como esse, são sustentados por memórias que narraram o pioneirismo e forneceram os elementos comuns em torno dos quais os indivíduos deveriam se identificar.

Parte-se do pressuposto de que toda cultura define e delimita sua identidade, a partir das relações entre elas e o campo do que lhe é culturalmente externo. Dá relação entre esta tendência e a necessidade de definir e limitar uma identidade cultural para a cidade, a imprensa, o Estado, religiões e várias instituições ofereceram definições e contribuíram para a formação da memória e da identidade coletiva e social douradense.

A identidade é marcada por meio de símbolos, como a história, os heróis, o passado glorioso, as datas, os mitos, as tradições. Ela também é relacional, pois a identidade é criada em relação a um *outro*, os que não são douradenses. Quando reunidos, os elementos que compõem o conjunto de representações simbólicas de Dourados, como aqui estão não se percebe claramente se essas representações produziram um *outro*. Mesmo assim, o que se coloca aqui é o fato de que “todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído” (WOODWARD, 2003).

Não há menção direta a nenhum grupo, sociedade, nacionalidade, naturalidade ou etnia específica, mas, como fatores relacionais, a simbologia douradense sugeria que o *outro* era o oposto do construído (honesto, trabalhador, educado e progressista), produções feitas para unificar os sentimentos e aspirações dos indivíduos e os conduzir na direção de atender os interesses do município. Em Dourados, o solo “ubérrimo”, o clima favorável, as “matérias extensas” e “o rio caudaloso” compuseram o cenário perfeito para a ação dos “homens de tempera de aço”, “progressistas”, “idealistas” e honestos.

Muitas das mudanças pelas quais Dourados passou foram provocadas por situações adversas, o super povoamento da margem direita do Rio Dourados nos anos 1950 provocado pela intensa migração de colonos para a CAND que originou a atual cidade de Fátima do Sul, é um exemplo disso. Outras, porém, tinham uma finalidade específica como a reforma do caráter moral e cívico. A imprensa douradense, de modo intencional, acabou por fornecer, aos cidadãos, parâmetros pelos quais suas vidas deveriam ser ordenadas. Sugerimos uma periodização para a construção dessa identidade: 1930 – ensaio, 1940 – percepção, 1950 – desenvolvimento, 1960 – continuação, 1970 – oficialização, 1980 – reafirmação, 1990 – negociação.

Como estamos falando da operacionalização de multiculturalismos, é necessário frisar que, para Hall, eles descrevem uma série de processos inacabados que para serem eficientes precisam de linearidade. Como eles estão, no caso douradense, ligados à construção da identidade, o primeiro multiculturalismo a ser utilizado foi o liberal.

O multiculturalismo liberal, segundo Stuart Hall, busca integrar os diferentes grupos culturais o mais rápido possível ao *mainstream*, ou sociedade majoritária, baseado numa atividade individual universal (2003, p. 53). Quem procurou fazer esta integração, foi o jornal *O Douradense*, entre 1948 e 1951. Foi ele que propagou a idéia de que o pensamento de todos os douradenses era um só, e passou a defender a premissa “trabalho e ação em benefício da coletividade”. Em Dourados nesse período a sociedade majoritária, ainda apresentava relações baseadas em resquícios incompatíveis para os planos de civilização do município.

Para *O Douradense*, esse *mainstream* deveria refletir uma cidade educada e saudável, ocupado por indivíduos trabalhadores, honestos e pertinazes. O jornal não cita, tampouco define exatamente quem fazia parte desse grupo, mas percebe-se que uma das primeiras exigências para estar nele, era ser alfabetizado e estar disposto. Há

uma ligação direta entre alfabetização e disposição para a civilidade em suas publicações que representam as tentativas de uma elite letrada em unificar sentimentos e estabelecer modos de vida e comportamentos tidos como necessários para o sucesso agrícola da cidade e da colônia. Essa elite letrada solicitou para si e para os políticos lugares de destaque nesse grupo majoritário de onde emanaram discursos.

Incentivar a agricultura para garantir a introdução da diversificação agrícola e promover o desenvolvimento da cidade foram estratégias utilizadas pela imprensa e pela prefeitura municipal. Diversificar a matriz econômica significava avançar e tomar parte na dinâmica de incentivo à produção agrícola que estava sendo executada pelo governo federal. Consolidar Dourados como uma potência agrícola era consolidar um sonho – “a nova canaan”, “Maná de Deus a Mato Grosso”, “centro agrícola de primeira ordem” e “oásis do sertão”¹³.

Outra estratégia foi exigir mais escolas para formar mão-de-obra específica para a lavoura, por meio do ensino técnico – “educação de adultos”, “idealistas pela causa do ensino, em Dourados”, “uma escola profissional para Dourados”¹⁴. Sobre o caráter do indivíduo o jornal publicou que deveria ser de honestidade e afeição ao trabalho. Como a proposta era geral e pública, ela caminha na direção de homogeneizar todos os cidadãos em torno do trabalho, de modo que, não importava de onde vinham, quem eram ou a qual cultura pertenciam, se viessem trabalhar seriam bem-vindos, e trabalhando poderiam ficar. Assim a imagem do douradense trabalhador foi sendo composta de acordo com a pedagogia nacional, desconsiderando aspectos culturais do contingente populacional aqui instalado e baseando os comportamentos em uma cidadania universal. Práticas culturais particularistas, como a de imigrantes de outros países e das populações indígenas só eram toleradas no domínio privado. As diferenças culturais existentes eram negadas.

Latente nesse contexto é a situação das populações indígenas que permaneceram confinados na reserva indígena sendo assistidos, desde 1929, pela Missão Evangélica Kaiowá que oferecia educação, saúde e religião, poupando o governo municipal de esforços e preocupações. Por serem de outra cultura, tida como inferior quando o referencial é trabalho e civilidade, só lhes restaram a labuta doméstica: as mulheres nas residenciais como empregadas e os homens nas fazendas como peões da agricultura,

¹³ Títulos de reportagens publicadas pelo jornal *O Douradense* entre 1948 e 1951.

¹⁴ *Idem*.

pecuária ou extração da erva-mate. Carmelo (1973) sugere essa relação de patrão e empregado entre índios e não-índios; alguns índios também contam que depois do aldeamento muitos foram “de fazenda em fazenda, trabalhando para viverem, até que um dia essas famílias de *ava* foram sendo chamadas de ‘índios de fazenda’” (GRUENBERG & AOKI, 2007, p. 10).

Esta sempre foi uma relação marcada mais por conflitos do que por negociações. Conflitos pela posse de terras, pela falta de assistência e pela discriminação. Na mesma publicação, em 1973, Carmelo também afirma que os índios eram selvagens, arredios e violentos, atribuindo a sobrevivência de Joaquim Teixeira Alves entre eles, a uma benção de Deus. Gruenberg & Aoki (2007), recolheram algumas memórias indígenas em que eles afirmam terem sido espoliados em suas terras, confinados numa reserva, assassinados ou submetidos ao trabalho forçado.

A imprensa construiu uma realidade eximindo-se de manifestar-se sobre situações e conflitos e os memorialistas concordaram com isso. O que foi posto foram políticas de negociação, integração e adequação por meio do amor a terra. Depois delas, uma espécie de auto-regulação, seja pela saída dos indivíduos ou pelo assassinato – cabe lembrar da “lei do 44”, agiria. Só o “cabra macho” resistiria às dificuldades encontradas diante da ausência ou falta de incentivos do Estado que permitia relações violentas. Ainda distante, o Governo Federal não cumpriu com o oferecimento de toda a estrutura concordada nos contratos com os colonos, de modo que se o indivíduo não se dispusesse a enfrentar as dificuldades a solução era abandonar o lote. Sem policiamento suficiente ou justiça eficiente, por vezes, problemas eram resolvidos à bala.

Por conta disso, *O Douradense* procurou esconder e combater os discursos que estigmatizavam Dourados como um município violento, habitado por gente ociosa e violenta. Em 24 de julho de 1948, no artigo “*Na poeira da estrada...*”, refletiu que “*Fatos há, de repercussão lá fora, em lugares outros, não muitos distantes, às vezes, que fazem de certas regiões como a nossa, um verdadeiro espantinho*” - percebe-se claramente que algo aconteceu em Dourados e gerou comentários negativos, “*quando não passam, na verdade, de meros comentários de rua café e esquinas*” - atribuídos ao populacho, que de tão insignificantes “*ficam, porém, na poeira da estrada, ditos*

comentários”, ou seja, para trás, no passado. Reconhece-se, ao menos, que em algum momento a cidade foi violenta¹⁵.

A reportagem confere autoridade ao texto quando o vincula às observações do autor que veio “*com o propósito de trabalhar, neste ou naquele setor das atividades humanas*”, e procurou “*conviver com o povo, conhecendo-o de perto, auscultando as suas necessidades e os anseios*”. Depois de conviver, afirma que “*povo mais ordeiro e trabalhador do que este*” não há, pois “*pessoas radicadas aqui há longos anos, são verdadeiros padrões de honestidade e trabalho*”. Uma prova disto é o que “*nos demonstra o cadastro policial*”. “*Não há, na nossa Delegacia de Polícia, aquele ensurdecedor murmúrio de vozes que se queixam diariamente como em outros lugares que conhecemos*”. O texto aproveita a existência de sentimentos divisionista, e atribui a violência a outras cidades.

Em Dourados, “*o registro dos fatos policiais é diminuto e insignificante mesmo, em relação à densa população já existente no município*”, por conta da “*a afluência de trabalhadores de todos os cantos do Paiz para cá*”. E justifica tudo isso dizendo que “*para aqui esses trabalhadores veem e se embrenham pelas matas adentro na conquista do trabalho da terra*”. Trata-se de um texto construído para combater os discursos que afirmavam o elevado índice de violência e criminalidade. A reportagem é tão cuidadosa que nem a palavra violência é citada. A década de 1940, por fim, representa um campo fértil, no qual o multiculturalismo liberal se fez presente.

Nos anos 1950, é o multiculturalismo cooperativo (público ou privado) que foi utilizado para “administrar” as diferenças culturais. Este dispositivo administra essas diferenças a partir de quem está no centro. Como já se sabe que um projeto identitário sugere continuidade, no centro da vida cotidiana na metade do século XX, estava novamente à imprensa.

A imprensa assumiu a agricultura e a reforma da cidade como principais bandeiras de campanha, retomando, sempre que necessário a campanha pela educação. Com disponibilidade financeira, a elite agrícola passou a enviar seus filhos para os grandes centros para estudar. Lá fizeram faculdade e se envolveram, mais de perto, com a política nacional, como Weimar Torres, por exemplo. Novos hábitos de consumo e comportamentos sociais foram percebidos e passaram a ser vivenciados no Clube

¹⁵ É uma metáfora. Em uma estrada de terra, como as que eram comuns em Dourados, um cavalo, uma bicicleta ou um carro em movimento, neste caso para frente, espalhava o pó do chão deixando-o para trás. Como a poeira que fica para trás, os comentários foram colocados no passado.

Social. A partir do refinamento da população a cidade também precisou ser reformada. Exigia-se o tapamento dos buracos, energia elétrica constante, asfalto, subsídios para plantar e pesquisas para desenvolver a agricultura e pecuária.

As imposições peronistas no tocante a exportação da erva-mate, enfraqueceu ainda mais a indústria ervateira. Com a constante desestruturação dos ervais, nos anos cinquenta, a fama da cidade atraiu Geremia Lunardelli, importante investidor de café, que segundo *O Douradense*, plantaria mais de um milhão de pés de café. Os investimentos do comendador na cidade foram recebidos como um atestado de boa conduta e um sinal de que a cidade estava no caminho certo.

Depois de 1955 o engajamento político dos cidadãos aumentou, assim como a representatividade política de Dourados na Assembléia Legislativa Estadual e Federal. O governo federal financiou reformas na cidade e incentivou deliberadamente a agricultura no município. Os deputados douradenses, estaduais e federais, pleiteavam verbas públicas para obras no município, ao mesmo tempo em que estreitavam suas relações com a nascente elite agrícola. Esse estreitamento uniu políticos e fazendeiros, muito bem representados, pela imprensa, que os colocaram no centro, no *mainstream*. Foi do ponto de vista dessa elite que o multiculturalismo corporativo foi aplicado.

Weimar Torres, além de deputado era diretor do jornal *O Progresso*. Enquanto representante político e jornalista utilizava o jornal para manter o vínculo entre ele, a população e o grupo majoritário. Conseguia verbas e cobrava resultados. Escrevia projetos e matérias. Era através de suas páginas que a população era informada sobre os acontecimentos culturais da cidade, tais como, festas lítero-musicais, promoções de grêmios estudantis, de grupos teatrais e etc. (LORO & FERREIRA, 1985). Procurando melhorar os hábitos de leitura e consumo cultural da população, *O Progresso* dá início a valorização do produto cultural elitizado, incentivando a população em geral a consumi-lo.

A partir desse incentivo feito pelo jornal, a população é orientada para valorizar e adquirir hábitos mais civilizados. O grupo *ABC Literário* do Colégio Oswaldo Cruz, organizou um concurso para reunir mais poemas, crônicas, e informações para aumentar a qualidade das publicações do *O Progresso*. Ele definiu o centro e a partir de seus interesses disponibilizou elementos para o múltiplo. Os políticos e a classe agrícola passaram a ser mais valorizados pelo jornal e melhores vistos por ele e pela população. Embora ainda com problemas a serem resolvidos, a cidade crescia e se desenvolvia. Como estratégia para facilitar a organização do pertencimento coletivo, lançou-se a

proposta de organizar oficialmente a História do Município. Em 1965 a população pôde ler a monografia “Histórico do Município de Dourados”, escrita por Ercília Oliveira Pompeu. Este foi o primeiro símbolo douradense a ser oficializado. Na década de 1970, brasão, hino e bandeira surgiram e concentraram em sua simbologia a maioria dos apelos de pertencimento.

Com a criação do Mato Grosso do Sul, em 1977, concomitante com a busca por uma identidade sul-mato-grossense, os memorialistas viram a oportunidade de reforçar os vínculos dos cidadãos com a terra, solicitando mais uma vez a autoridade de seus discursos. Essa cisão, repaginou a identidade social douradense, porque trouxe à tona memórias coletivas e individuais.

Betoni, em “Dourados: entre a Memória e a História”, apresentou uma análise da historiografia memorialista de Dourados, feita a partir de quinze obras (memorialistas, trabalhos acadêmicos e um observador estrangeiro). Este autor atribuiu aos memorialistas a sustentação do *pioneirismo*, da luta da “civilização” contra a “barbárie”, do “heroísmo militar”, da construção de uma “história consensual” e da identificação das “especificidades locais”. Os memorialistas foram os responsáveis pelo estabelecimento das diferenciações locais, tanto para a História quanto para a unificação identitária pretendida.

A memória como escreveu Pollak (1992) *a priori* parece ser um fenômeno individual, próprio. Mas Halbwachs (1990), em “A memória coletiva”, aponta o fato da memória individual existir a partir de uma memória coletiva. Para este autor todas as lembranças são construídas no interior de um grupo. Do mesmo modo que muitos sentimentos atribuídos a nós são, na verdade, inspirados pelo grupo, enquanto que a memória individual refere-se apenas a uma “intuição sensível”. A memória individual é construída a partir de referências e lembranças vividas em grupo, ela é um ponto de vista sobre a memória coletiva (CARVALHAL, 2006). Neste olhar deve-se considerar o lugar social ocupado pelo sujeito e as relações que ele mantém.

Em Dourados, as experiências coletivas – mudanças estruturais e sociais, crescimento econômico, violência, oportunidades e falcatruas, foram percebidas diferentemente variando pelo lugar social ocupado por cada indivíduo. Capilé Júnior organizou sua memória individual guardando para si o que considerava mais importante de ser citado e lembrado. É o ponto de vista de um letrado, progressista, culto e civilizado. Para sustentar seu discurso que representou a cidade em 1948, ele precisou

trabalhar com a diferenciação da diferença, ou seja, ajudar a compor o conjunto de especificidades locais e valorizar os homens anteriores a ele.

Ercília de Oliveira Pompeu, narrou a formação da cidade a partir do seu lugar social, ou seja como filha de pioneiro, cidadã honesta e letrada. Sua autoridade é atribuída ao fato de ter sido testemunha ocular de muitos fatos, outros, porém, obteve por oralidade dos pais e familiares. A vivência em grupo pode originar memórias reconstruídas ou simuladas, ou ainda, criar representações do passado com base na percepção de outras pessoas. Para Halbwachs, lembrança é “imagem engajada em outras imagens” (HALBWACHS, 1990, p. 76-78). As imagens oferecidas pela oralidade somaram-se com as realmente observadas e compuseram o projetor de imagens sócias que se queria transmitir.

As lembranças reconstroem o passado com a ajuda dos dados emprestados pelo presente, é algo como tocar o passado pelo lado de cá (HALBWACHS, 1990, p. 76-78). Lembranças podem ser simuladas quando entram em contato com as lembranças do outro. Quando isso acontece, expandimos nossa percepção sobre o passado por meio de informações dadas por outros integrantes do grupo. A construção da memória passa por um referencial: o sujeito, e por isso não há “imaginação pura e simples” (HALBWACHS, 1990, p. 78-81). Isso significa que não se trata de mera ficção. O que os memorialistas disponibilizaram para a cidade foram percepções individuais do real, do coletivo. Percepções próprias, muitas vezes portadoras de intenções e objetivos, que poderiam ser particulares ou públicos. Entretanto, a memória individual não está isolada. Para o autor ela toma como referência pontos externos ao sujeito. O suporte da memória individual relaciona-se com as percepções produzidas pela memória coletiva (pautadas na continuidade e no plural – memórias coletivas) e pela memória histórica (sucessão de acontecimentos marcantes na história de um país). A memória, ao apoiar-se sobre o passado vivido, permite a constituição de uma narrativa sobre o passado do sujeito de forma viva e natural (CARVALHAL, 2006).

Halbwachs também escreveu que a memória individual mais a memória coletiva dão origem a uma formulação de identidade, na qual a continuidade é uma característica marcante. Ao contrário da História, por exemplo, que está pautada na síntese dos grandes acontecimentos. Sendo assim, ele considera que para a História a memória coletiva é um detalhe. Outra proposta do autor é a soma desses detalhes. Detalhe mais detalhe resultariam num conjunto, que é o resultado de todas essas sucessivas somas. Mesmo assim, nada está subordinado a nada, qualquer fato é tão interessante quanto o

outro (CARVALHAL, 2006), por isso a narrativa de Capilé Júnior (1948) e de Ercília Pompeu (1965) são igualmente interessantes.

Valemo-nos do que escreveu Maurice Halbwachs para justificar a utilização das memórias como representações individuais e coletivas. Cada memorialista (Pompeu, Capilé Júnior, Carmelo, Bosco) nos fornece percepções particulares dos acontecimentos e pessoas, entretanto, essas percepções estão alocadas em um lugar social distinto (escola, igreja, imprensa, governos e pioneirismos). Em síntese, segundo este autor, a memória é um fenômeno construído coletivamente, submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes.

Outro auxílio importante é o de Pollak (1992) e os elementos constitutivos da memória. Em primeiro lugar os *acontecimentos - vividos pessoalmente e por tabela*. Para Pollak, os acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou podem, no imaginário, tomar relevo ao ponto dela não saber se participou ou não. Indo mais longe, esses acontecimentos vividos por tabela se juntam aos acontecimentos fora do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo, onde ocorre o fenômeno de projeção ou identificação a partir de uma memória herdada (p. 201). Cabe lembrar que em Dourados estes acontecimentos são fruto de uma situação fronteiriça e multicultural. A partir desta afirmação, é possível entender o significado da Colônia Militar comandada por Antônio João na História e nas memórias douradenses. Trata-se da herança de uma imagem projetada pela nação brasileira ao enaltecer o heroísmo e bravura do tenente, comprada pelo município para inspirar e conduzir os sentimentos das pessoas.

Em segundo lugar, estão os *personagens*. Pode-se utilizar o mesmo esquema, ou seja, falar de personagens realmente encontrados ao longo da vida, ou de personagens conhecidos indiretamente, fora do espaço-tempo do grupo ou da pessoa, mas que se tornaram conhecidos, como é o caso de Antônio João. Há ainda, o terceiro elemento constitutivo da memória, os *lugares*. Lugares que ativam as lembranças, como os de infância, por exemplo. No caso douradense nos ateremos aos lugares de apoio às memórias. Estes, segundo Pollak, podem ser os monumentos aos mortos que servem de base para lembrar um período vivido pessoalmente ou por tabela (1992, p. 202). Acreditamos serem eficientes os pressupostos de Pollak, principalmente quando utilizamos os monumentos que homenageiam os colonos, os pioneiros, os heróis de guerra ou personalidades políticas como instrumento de legitimação e reconhecimento dessa memória coletiva douradense.

Capítulo 3

3 O DISCURSO OFICIALIZADO: A CONSTRUÇÃO DE UM PASSADO COMUM.

Na década de 1960, todas as mudanças ocorridas até ali exigiram do governo municipal medidas eficazes para fazer com que os indivíduos se sentissem pertencidos como cidadãos. Segundo Carvalho (1990, p. 11), “a manipulação do imaginário social é particularmente importante no momento de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas”. Era necessário oficializar os símbolos que representariam Dourados a fim de criar uma homogeneidade identitária. Para isso a Prefeitura Municipal realizou um concurso de monografias, em 1965, sobre a história do município a fim de organizar o passado e contar a história do lugar. A vencedora foi Ercília de Oliveira Pompeu, com o trabalho “Monografia do Município de Dourados”. O texto de Ercília Pompeu legitima a construção da “história consensual” identificada por Betoni (2002), depois da análise da produção memorialista. Uma construção iniciada, em 1948 com a *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Dourados* de João Capilé Júnior.

Uma vez que estamos utilizando o discurso da imprensa, cabe afirmar que o jornal *O Progresso*, elogiou o texto da monografia, reconhecendo-o publicamente e o publicou na íntegra. Publicar essa monografia (memórias) significava reafirmar o compromisso com a cidade e o respeito, por um lado, às experiências da população e, por outro a um discurso oficial. Sem competir, reconheceu a autoridade da narrativa de Ercília quando a publicou. Uma estratégia eficiente para demonstrar sua aquisição de poder. Isso significa, que o jornal *O Progresso* descentralizou os poderes, no sentido de que teve que dividir com o governo municipal a oferta de símbolos de pertencimento coletivo, ou a gestão da “identidade douradense”.

Ercília Pompeu discorre sobre o povoamento e a formação do município. Entra no texto e reforça sua para registrar o acontecimento quando escreve, *lembro*. Procura guardar os fatos considerados pela autora e pelo município como importantes para a história da cidade, para que as gerações futuras pudessem lembrar suas origens e o passado histórico. Esta monografia, segundo Betoni (2002), foi destinada ao consumo interno, fato justificado quando se observa que a autora escrevia “onde é hoje” se remetendo a lugares de memória. Lugares que só podem ser identificados por quem conhece a cidade.

No texto de Capilé Júnior, a preocupação em elencar datas e nomes é menor do que o de Ercília Pompeu, porém, ambos o fazem. Sobre o passado, o primeiro, de 1948, remete à criação da Colônia Militar comandada por Antônio João em 1861. No segundo, de 1965, a autora, remonta ao final do século XIX (1884) para descrever a formação do povoado. Sobre o nome da cidade, ele afirma que “não havia título mais nobilitante que o do reduto imortalizado pelo tenente” (*O Douradense*, 1948, não paginado) – ele está se referindo ao nome *Dourados*; ela, entretanto, já trabalha com a denominação de *Três Padroeiras*. Se comparadas elas podem atestar um meteórico crescimento demográfico verificado entre 1907 e 1912. Pompeu afirma que em 1907 havia cerca de cinquenta pessoas no patrimônio, Capilé Júnior, afirmou que em 1912 eram cerca de seiscentas almas que viviam somente na sede do patrimônio (Pompeu, 1965).

Capilé Júnior valoriza moradores que chegaram até 1935 e os transforma em pioneiros por ocuparem um espaço não dominado, ainda, pelo não-índio. Cria a figura do pioneiro, no sentido de quem chegou primeiro. Com a chegada dos colonos da CAND, passa a existir outro personagem a ser lembrado, não mais o desbravador, mas o portador de um ímpeto agricultor. Pompeu, por sua vez, concorda e valoriza os

primeiros moradores classificando-os como pioneiro. Seriam os portadores da semente do progresso, mas atribui ao colono agricultor a matriz do desenvolvimento municipal.

Nos dois escritos os índios pouco aparecem. Na publicação de 1948, definitivamente eles são desconsiderados. Na de 1965, Pompeu afirma no primeiro parágrafo que a região era habitada por índios “Caiuás”, e no parágrafo seguinte nega completamente a existência deles ao escrever que data de 1884 a chegada dos *primeiros habitantes*. Os dois textos, portanto, são fontes importantes para entender o papel da imprensa na elaboração de uma História Oficial. Uma vez escrita e oficializada a História do Município, os anos 1970 trouxeram a necessidade de eleger os símbolos oficiais que compõem o conjunto de armas municipais. Os símbolos oficiais que representam Dourados são o hino, a bandeira e o brasão, todos instituídos pela Lei Municipal n.º 743, de 30 de Dezembro de 1970, no último ano da administração de João da Câmara.

Os símbolos são as formas de representação mais expressivas das comunidades imaginadas. Para Dourados, são figuras simbólicas, insígnias que representam a identidade do município e sintetizam a sua evolução política, administrativa e econômica, bem como os seus costumes, tradições, artes e religiões. Estes símbolos significam, num primeiro momento, como o passado foi organizado.

O brasão é relativamente simples, nas cores azul e amarelo traz elementos que simbolizam a eternidade dos componentes originais da cidade. A interpretação oficial¹⁶ sugere em primeiro plano, lâminas de aiveca e ramos de arroz. As aivecas simbolizam o colono e a agricultura, que junto com os ramos de arroz fazem referência à diversidade agrícola. O colono contemplado pelo brasão é o mesmo homenageado com a estátua na praça central, ou seja, o homem trabalhador que ocupou o território à mercê da sorte.

A oficialização desse conjunto de trabalhadores como componentes originais da formação do município concretizou o que desde 1960, com a instalação do monumento em homenagem ao colono, era esperado. A agricultura, base do desenvolvimento municipal, principal atividade econômica, celebra, nos campos, a vitalidade da cidade. No futuro, uma cidade agrícola e industrializada.

¹⁶ Documento produzido pela Prefeitura Municipal de Dourados e publicado pela administração Braz Melo no final dos anos 1980, disponível no Museu Histórico de Dourados.



FIGURA 2: Brasão Oficial do Município de Dourados

O livro aberto simboliza que o passado foi reunido, que uma parte da história foi escrita, a história da “nova canaan”. A página que é apresentada está em branco, anunciando que ainda faltam textos, histórias a serem escritas, e todos são convocados a escrever e contribuir para o progresso e civilização do município. Sugere, também, que há espaço para que novas histórias sejam narradas no mesmo ritmo da “marcha vertiginosa para o progresso”. O branco, por sua vez, comporta o que é puro, culto e digno.

A linha horizontal sem relevo faz menção à geografia, localizada no planalto de Maracajú. A chaminé se remete ao futuro promissor e ao progresso. Ele traz ainda o nome da cidade, a data de emancipação (20 de Dezembro de 1935) e no meio onze traços que significam os distritos municipais e a sede ao centro.

A cor amarela retrata a riqueza do solo e a azul a grandeza do município. Acima a uma coroa heráldica. Abaixo, uma faixa com os dísticos: “Terra de Antônio João”, uma homenagem ao “defensor” do solo. Nomeadamente só o tenente Antônio João é lembrado. As outras categorias são amplas e tentam abarcar de modo abrangente a população: o colono é o indivíduo que abriu a mata, aldeou os índios, cultivou a terra, e ajudou a construir a cidade. Os “demais imigrantes” devem se sentir pertencidos a

terra por um livro aberto com páginas em branco, estando por conta de eles inserirem sua participação na história municipal.

No conjunto de elementos, cores e significações do brasão há a intenção clara de disponibilizar para a população meios de se sentir pertencida. O tenente era motivo de orgulho para a nação, e mais orgulho ainda para as muncípes, que agora ocupavam o solo defendido por ele, sendo preciso estar sempre a zelar pelo pedaço de chão conquistado. Esses ideais procuravam despertar o patriotismo e unir a história local à história nacional. Colonos poderiam ser todos aqueles que chegaram antes e depois da CAND, exceto os índios. Por fim, os imigrantes, todos bem vindos, não importa a origem ou nacionalidade, desde que tenham a chaminé em mente e as aveicas na mão, seriam aceitos. O brasão sugere, por fim, uma convivência pacífica e harmoniosa entre todos, sustentada pela dignidade de um povo culto, educado, trabalhador e puro.

Outro símbolo importante para a identificação coletiva é a bandeira. Oficialmente, a bandeira tem as cores do município, azul, amarelo e branco. O amarelo pelo significado heráldico é grandeza, riqueza, esplendor e soberania; na bandeira representam as riquezas do solo, que sustentam o município. O azul simboliza a justiça, a nobreza, a perseverança, o zelo e a lealdade. O branco é o símbolo da paz, da amizade, do trabalho, da prosperidade, da pureza e da religiosidade. A faixa da bandeira também traz a data 20 de Dezembro de 1935 - emancipação política do município de Dourados.



FIGURA 3: Bandeira Oficial do Município de Dourados

A bandeira municipal corrobora a simbologia do brasão ao reutilizar as cores, azul, amarelo e branco reafirma a história de um lugar privilegiado por Deus e pela natureza. A grandeza do território por ser fértil e vasto, concomitantemente com a das pessoas que imbuídas por um sentimento altruísta com relação à nação, se dispuseram a migrar. O amarelo faz referência às riquezas do solo. Colocado no quadrante inferior da bandeira, ele simboliza a base sobre a qual a o município se solidificou, por meio da economia ervateira, da expansão da pecuária e da agricultura, num primeiro momento de modo menos intenso com arroz, feijão, milho, e amendoim, e num segundo momento, com a introdução da soja em meados da década de 1970. O esplendor que o amarelo traz consigo é reverenciado pelo brasão a partir do momento em que se verificam as potencialidades e riquezas do lugar. Depois da criação da CAND (1943), Dourados parece despontar no cenário nacional, como “centro agrícola de primeira grandeza”, esplendorosa, seria ela também, uma das responsáveis pela manutenção da soberania brasileira numa região fronteira com o Paraguai.

O azul, no quadrante superior, revela os valores sobre os quais foram erigidas a tradição e a história do município. Para a tradição heráldica, a justiça é contemplada pelo amarelo. Na bandeira, esta cor simboliza a existência de uma orientação de progresso pautada na justiça, tanto na consolidação do município, quanto do trato dispensado aos indivíduos. A intenção é clara, com justiça, os povos que aqui chegaram, foram tratados. A mesma justiça procurou apaziguar os ânimos e atender, na medida do possível, os interesses de cada segmento (colonos, pioneiros, imigrantes, comerciantes). A nobreza, também revelada pelo azul, deveria tocar o coração de todos, de modo a arrematar o linhavo de uma história aparentemente de sucessos, escrita pela perseverança de um povo ordeiro e trabalhador. Pessoas que deixaram seus lugares de origem e se dispuseram a recomeçar num lugar desconhecido e distante.

Os migrantes deveriam observar a noção de trabalho, visto como redentor da alma e dedicar-se a agricultura e a pecuária. A identificação deles passa, portanto, pelo discurso dos “homens de trabalho”, e o povo que aplaude, é o povo que sente, ou seja, se trabalho pertence. O zelo vincula-se à lealdade e está intimamente ligada à nobreza dos espíritos desafiados pela natureza, pelo clima, pela migração, pelo trabalho, pela sorte e pela competição.

Além disso, o branco, símbolo máximo da paz, representado por uma faixa colocada entre o quadrante azul e amarelo, sugere a tranquilidade do lugar, lugar de se viver em paz, e do encontro amistoso entre povos diferentes. Por outro lado, no meio da

bandeira, entre o azul e o amarelo, há intenção de mostrar que a transição entre a consolidação e o desenvolvimento do município se deu de maneira pacífica e ordeira. O branco também sugere laços fortes de amizade, sejam eles entre povos ou culturas diferentes.

A cor branca contém todas as outras, ou seja, ela é ampla e serve de apelo para qualquer tipo de identificação. Por ser possível que o branco se revele em qualquer outra cor, a prosperidade que ele representa justifica a sua colocação neste símbolo oficial. Além de próspero o branco é puro, como deveria ser os corações de todos os indivíduos, que contribuíram para a formação da cidade. A pureza do branco serve, também, para contemplar as religiões existentes, como o catolicismo, protestantismo e o kardecismo, umbanda e candomblé. Contudo, percebe-se a utilização de elementos amplos, com significados heráldicos, capazes de agregar as emoções e as histórias de qualquer nacionalidade, religião e costume.

O Hino a Dourados é outro símbolo eficaz para a legitimação da identidade coletiva. A letra é de Armando da Silva Carmello, poeta, jornalista e diretor chefe do jornal *O Douradense*, e a música é de José Oliveira Silva, maestro. Composto apenas por duas estrofes, cada uma com quatro versos, e um estribilho, ao contrário da maioria dos hinos tradicionais, geralmente compostos por textos longos e, semântica carregada de sentidos múltiplos, este é de fácil assimilação para uma população com baixa escolaridade formal. Embora ele tenha essa característica, o Hino a Dourados, é significativo, principalmente para o poeta que o escreveu, pois narra em versos cantados a origem e o destino da cidade, que se confunde com a do autor, radicado aqui desde a década de 1940.

A primeira estrofe permite ao leitor identificar a chave que garantirá a passagem para a compreensão do texto, identificando os três elementos (origem, otimismo e destino) que, em seqüência, se sucedem construindo o poema. O anúncio do surgimento de Dourados é feito através das características dos substantivos amor e afeto, desígnios presentes no brasão e bandeira representados pelas cores (azul, amarelo e branco). Amor e afeto são sentimentos paternalistas, quem ama cuida, tem carinho e zela (*ibidem*).

De acordo com a interpretação oficial em uma *alvorada fagueira*, ou seja, no crepúsculo matutino, ao nascer do dia, surge Dourados, *vibrante* – vigorosa, cheia de possibilidades e disposição, e *altaneira* – soberba de si, com o olhar cravado no futuro. Alinhavando a narrativa, o autor que nasceu no Mato Grosso (Cuiabá), ao escrever

nosso berço refere-se ao Estado do Mato Grosso, e a Dourados, como *rincão predileto*. Predileto, porque ele escolheu, dentro do espaço mato-grossense, o recanto onde queria viver.

*Sob um céu de alvorada fagueira
Surge a terra de amor e afeto,
Eis Dourados vibrante, altaneira,
Nosso berço, rincão predileto*

Ainda na primeira estrofe, outro elemento chama atenção. Dourados aparece individualizada pelo monema “a” – *surge a terra*. Para depois, no terceiro verso, ser anunciada pelo denotativo *eis* – *eis Dourados vibrante, altaneira*. O monema revela uma vinculação com o imaginário em torno do surgimento do município, uma cidade cujo embrião remonta ao início do século XX com a chegada dos pioneiros. Um lugar que depois de criado, precisou de tempo para ficar pronto para ser apresentado. Metaforicamente cada verso significa um período que corresponde à formação da cidade. Lugar fecundo em amor e afeto, *surge a terra*, refere-se a terra ocupada pelos pioneiros. Depois de criado o município, *eis*, ou seja, semipronto, porém, com vontade de ir além.

O estribilho revela o otimismo do poeta em relação ao futuro da terra. *Cintilante*, porque produtiva, viva, próspera. *De labor*, enquanto necessidade de mão-de-obra e propensa ao trabalho. *Num futuro confiante*, quando do vôo altaneiro e certo, *lindo oásis do Brasil*, quer dizer, lugar tranquilo, fresco, celeiro produtivo, fonte de riquezas, esperança de um país que almejava economicamente crescer.

*Eis Dourados cintilante
De labor e anseios mil,
No futuro confiante,
Lindo oásis do Brasil*

A segunda estrofe se dispõe a fortalecer e a esclarecer as idéias expressas no estribilho. A noção de distância é colocada no espaço temporal longínquo e com glória, numa referência ao epíteto de Antônio João, ao desbravamento e à colonização. Isto feito, *seu nome desponta na História*, com letra maiúscula, ou seja, na história oficial do Brasil, como uma *flor* de esperança, flor – planta, planta- agricultura, fertilizada pela beleza, pela paz e pelo amor – o de Antônio João e de quem chegou e ficou. Dourados estava predestinada a ser o celeiro do Brasil.

*Seu passado vai longe, com glória,
Da esperança foi sempre uma flor
O seu nome desponta na História,
Com beleza, com paz e amor.*

O texto traz o vocabulário típico das composições cívicas, por um lado, sempre que o poeta se refere ao patriotismo (alvorada, fagueira, altaneira, rincão); e por outro um vocabulário indicador de emoções, sentimentos que deveriam ser comuns a todos (amor, afeto, predileto). Há predominância de substantivos abstratos, que exaltam pelas palavras do poeta, as qualidades que identificam a cidade.

Restava, então, diante de uma população heterogênea, solidificar o pertencimento sobre uma base, paradoxalmente concreta e abstrata. Concreta, porque, real, a cidade definitivamente era composta por culturas diferentes com nacionalidades diferentes; e abstrata, porque genérica, a ponto de tocar o passado pelo lado de cá, com sentimentos transversais sobrepondo-se às diferenças. O objetivo era criar laços de identificação coletiva, tocar os corações e mentes.

Há nesse caso uma exceção, as populações indígenas Guarani – Kaiowá e Nandeva, e Aruak - Terena. Para estes povos, o referencial cultural e de civilização eram diferentes em relação à sociedade envolvente. Nesse sentido, os índios não são convocados a pertencerem a Dourados. Os índios aldeados numa reserva a cinco quilômetros da cidade continuaram a ser observadores de um projeto que não os contemplava como cidadãos, mas sim como força de trabalho doméstica e rural. A desconsideração do seu modo de vida e de sua presença, bem como de sua estrutura cultural tradicional, transformaram-lhes em caçadores e coletores urbanos. Entre a reserva e a cidade forjaram-se fronteiras simbólicas que excluem e silenciam. Eles negariam os ideais mais caros à identidade douradense: o progresso e a civilização. Por outro lado, a presença desse outro foi importante para a construção da identidade douradense. Por serem portadores de negatividades, traduzidas pela sociedade em, alcoólatras, preguiçosos, selvagens e violentos, criariam o *nós* normal, trabalhadores, civilizados e com iniciativas. Porém, enquanto diferença cultural foram silenciados e nenhum dos símbolos oficiais se referem aos povos indígenas presentes na Reserva de Dourados.

A oficialização destes símbolos na década de 1970 permitiu ao município divulgar de modo mais coeso os elementos constitutivos da identidade local. Embora

fechados, estes símbolos carregam um poder grande de identificação coletiva, a partir da generalização proposta pelas cores e pelos significados. O que não exclui as diferenças que foram homogeneizadas, a fim de construir uma sociedade que pretendia ser letrada, rica, trabalhadora e burguesa. Estes símbolos estão inseridos em um multiculturalismo corporativista, no sentido definido por Hall, que procura administrar as diferenças de acordo com quem está no centro. Eles estão dispostos a administrar estas diferenças, todavia, novas necessidades e novos problemas pedem novas soluções.

Depois deles, a produção e o espaço urbano douradense são reorganizados. Novos loteamentos são abertos e a legislação passou a direcionar a ocupação dos espaços urbanos a fim de acomodar novos migrantes. Neste contexto, a construção de conjuntos habitacionais foi à opção encontrada para efetivar uma política de moradia igualmente dirigida, um exemplo disso é o loteamento BNH – 1 Plano, uma antiga cooperativa de bancários.

Continuaram exigindo melhores condições de vida, que se traduziam em vida mais moderna, como melhorias na transmissão do sinal de televisão que chegava mais falhava. Em 1972 a ampliação das linhas telefônicas foi comemorada com sátira, “Zé Pinga” dizia que comprara uma linha para segurar a mulher em casa, fofocando pelo telefone. Eles também criticaram muito, ao longo de 1974, a falta de infra-estrutura do município, a iluminação pública e as altas tarifas da energia elétrica. Também deram destaque para a violência que crescia no mesmo ritmo que a cidade. Roubos, furtos e assaltos ainda eram corriqueiros em Dourados. Uma das críticas publicada em 1974 dizia que vários carros foram roubados no mesmo dia, inclusive o “fusão 73 da Elza Mitiko” que estava estacionado em frente ao cinema.

A polícia existente tinha dificuldade para conter a violência e os crimes porque não tinha viaturas, nem telefone para receber denúncias ou pedidos de socorro. Segundo o jornal, brigas originadas nos bares se estendiam pelas ruas tumultuando a vida noturna. Sobre um tiroteio acontecido em um domingo na Avenida Marcelino Pires, “Zé Pinga” indignou-se: “só faltava isso. Não bastava a buraqueira e a sujeira, agora tiroteio dominical...”. Emergia assim, uma Dourados violenta e repleta de crimes. Atentos nas políticas nacionais e discussões do Congresso, eles se questionaram sobre a aprovação da lei do divórcio. Partiram em defesa das lavouras, principalmente as de laranjas, que foram atacadas por cancro cítrico. Guardaram luto pela morte de Juscelino Kubitschek e criticaram o abrutimento dos comícios das eleições de 1976.

Passando por constantes mudanças, a cidade se via obrigada a moldar-se. Mas, parece que a velocidade das mudanças era maior do que a das adequações. A população triplicou entre 1965 e 1975, sendo que a maioria se concentrou no perímetro urbano. A organização da História e a oficialização dos símbolos representam uma outra fase na construção da “identidade douradense”. Uma fase que procurou reconhecer por meio dos símbolos oficiais todas as estratégias de unificação coletiva elencadas até aqui. Os símbolos oficiais remetem o pensamento à figura do colono e do pioneiro, sem deixar de sugerir os avanços pró progresso e civilização.

O agradecimento pelo trabalho prestado por eles à cidade, aparece desde a publicação da Monografia Histórico-Corográfica do Município de Dourados que enalteceu feitos e nomes; a publicação do trabalho de Ercília Pompeu reiterou esse agradecimento, ao mesmo tempo em que procurou valorizar mais as iniciativas dos colonos da CAND transformando-os em personagens políticos por conta das iniciativas para o desenvolvimento da cidade, sugerindo uma nova conotação para o termo pioneiro. Depois da monografia “Histórico do Município de Dourados”, os pioneiros se tornaram os agentes do desenvolvimento. O monumento aos colonos solidificou este reconhecimento e agradecimento. De 1965 para frente, foi necessário voltar os olhares para a nova realidade que se configurava com a constante chegada de trabalhadores, com o crescimento urbano e a diversificação da matriz econômica.

Todas as transformações ocorridas são responsáveis pelo conjunto de representações simbólicas que identificam o município, seja pelos símbolos oficiais, pela construção de um passado comum e por valores a serem partilhados. Esse conjunto de bens e de práticas tradicionais que nos identificam como nação ou como povo, segundo Canclini (2003, p. 147), é apreciado como um dom, algo que recebemos do passado com tal prestígio simbólico que não cabe discuti-lo. As únicas operações possíveis são: preservá-lo, restaurá-lo e difundi-lo, essas são as bases mais secretas da simulação social que nos mantém juntos.

Percorrendo esse processo de construção identitária, encontramos num primeiro momento, monumentos relacionados ao passado histórico, como a estátua do Tenente Antônio João. O enaltecimento de heróis é um dos elementos da identidade local, que além de ressaltar o pertencimento ao Brasil, delimita o campo de identificação dos sujeitos. Nos anos 1980, uma política de reafirmação dos elementos até aqui reunidos e oficializados é posta em prática. A restauração de monumentos antigos e a instalação de novos tentaram manter aceso nos corações da população os grandes exemplos, os

grandes homens para servirem de inspiração. Embora o jornal *O Douradense* tivesse pedido um monumento a Antônio João em 1948, a primeira estátua instalada foi a de um colono, “monumento ao colono”, em 1964. Em 1966, os funcionários do Departamento Federal de Segurança Pública, homenagearam Antônio João com uma estátua. A proposta de significação da estátua é evidente. Instalada na Praça Antônio João, na esquina das avenidas Marcelino Pires e Presidente Vargas, ela apela para o sentimento das pessoas, e sugere que se valorize, defenda e se tenha orgulho desta terra através do amor pelo tenente. Este apelo ativa a memória dos munícipes e leva adiante a idéia de que a região de Dourados, desde o século XIX, está vinculada, está vinculada à História do Brasil.



FIGURA 4: Estátua de Antônio João instalada na Praça com o mesmo nome.
Foto: Homero Torres – Maio de 2008.

A estátua do tenente instalada em Dourados teve como inspiração a escultura de Antônio Pinto de Matos que está no monumento aos heróis de Laguna e Dourados, na Praça Vermelha no Rio de Janeiro inaugurado em 29 de Dezembro de 1938. Ambos os monumentos, representam Antônio João no instante em que foi baleado. As pernas vergam dobrando-lhe o corpo para traz, enquanto os olhos no último lampejo fita o céu. Foi o último instante de vida de um militar que cumpriu com o seu dever patriótico: morrer pela pátria.

Para o poeta Weimar Gonçalves Torres, o sangue do tenente foi espalhado na terra e fertilizou o solo, transformando a terra ubérrima no celeiro brasileiro da produção agrícola (poema in: LORO & FERREIRA, 1985, p. 74). Adotado como douradense depois de sua morte, os relatos sobre o tenente fundam uma tradição que é tornar o espaço de onde se fala como ponto de referência para descrever o tipo de comunidade imaginada que se pretende formar. No percurso de constituição dessa comunidade, o indivíduo procura uma forma de inclusão. Esta compreensão – da “necessária” identificação, do sentimento de “pertencimento” – acontece porque o “verdadeiro indivíduo somente passa a ser indivíduo depois que chega a um acordo com sua comunidade” (FRYE, 1973, p. 164), o que lhe permite (usu)fruir dos mesmos direitos (e deveres).

A comunidade para existir necessita da criação de fulcros de identificação coletiva. Para poder usufruir dos direitos que ser douradense poderia garantir, o indivíduo precisava se reformar e assumir os deveres para com o município, o estado e o país. A homenagem a Antônio João procura manter vivos sentimentos de amor à pátria e a terra, de bravura, coragem, resignação, heroísmo, altruísmo e determinação em morrer para defender a soberania nacional.

Em sua base existem duas placas diferentes. A primeira, foi colocada pelos funcionários públicos federais do Departamento de Segurança Pública, em 1966, quando o monumento foi instalado.



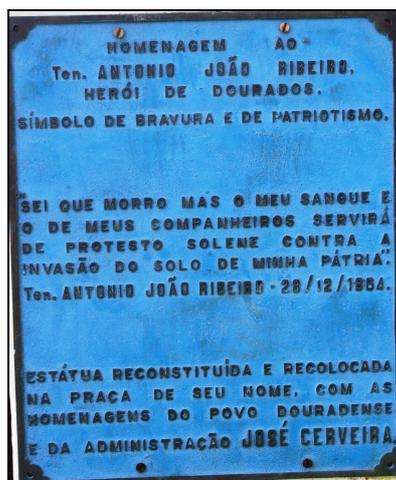
TENENTE ANTÔNIO JOÃO RIBEIRO,
28 de Dezembro de 1864

“SEI QUE MORRO, MAS O MEU SANGUE E O DE MEUS COMPANHEIROS SERVIRÁ DE PROTESTO SOLENE CONTRA A INVASÃO DO SOLO DA MINHA PÁTRIA”. HOMENAGEM DOS FUNCIONÁRIOS DO DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Brasília, 20 de 12 de 1966.

FIGURA 5: Placa de instalação do monumento em 1966

Foto: Homero Torres – Maio de 2008



HOMENAGEM AO
Ten. ANTÔNIO JOÃO RIBEIRO,
HERÓI DE DOURADOS
SÍMBOLO DE BRAVURA E DE PATRIOTISMO

“SEI QUE MORRO, MAS O MEU SANGUE E O DE MEUS COMPANHEIROS SERVIRÁ DE PROTESTO SOLENE CONTRA A INVASÃO DO SOLO DA MINHA PÁTRIA”. ESTÁTUA RECONSTITUÍDA E RECOLOCADA NA PRAÇA DE SEU NOME, COM AS HOMENAGENS DO POVO DOURADENSE E DA ADMINISTRAÇÃO JOSÉ CERVEIRA.

FIGURA 6: Placa de instalação do monumento em 1966

Foto: Homero Torres – Maio de 2008

A administração de Braz Melo também utilizou a manipulação do imaginário coletivo para se legitimar. No período de 1989 a 1992, ele inaugurou inúmeros monumentos em

reconhecimento aos grandes homens do passado. O primeiro foi em homenagem ao Presidente Getúlio Vargas, criador da *marcha para Oeste*, do Território Federal de Ponto Porã (1943) e da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1943).



FIGURA 7: Estátua do Presidente Getúlio Vargas, instalada no cruzamento entre as avenidas Presidente Vargas e Joaquim Teixeira Alves.
Foto: Homero Torres – Maio de 2008

A epígrafe dessa placa traz as frases: “... a vontade política, um Decreto-Lei, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados...”, uma afirmativa para agradecer o presidente pela criação da CAND e lembrar a população que só com “vontade política” é que se conseguiam melhorias. Outra frase: “... colonos, heróis anônimos, fizeram da idéia realidade...”, esta estabelece continuidade, Getúlio decretou e os colonos (anônimos) atenderam. A continuidade é parte integrante da identidade coletiva. Com estas duas frases, a administração retoma o passado, valorizando o presidente e os colonos. Uma forma de dizer, no presente, que a inspiração provocada por estes ícones ainda existia. A terceira e última frase, negocia bem, pois oferece o monumento como uma homenagem de um povo agradecido (“... ao notável estadista, presidente Getúlio Vargas, responsável por essa história de progresso e desenvolvimento, a justa homenagem...”).

A administração Braz Melo investiu em inúmeras melhorias, como asfaltamento de ruas até então de chão batido, exceto as ruas centrais, e no embelezamento da cidade. Entre elas a instalação de monumentos, estátuas e bustos de personagens importantes, e continuou, no ano seguinte, as homenagens. Foram contemplados por esta dinâmica, em setembro de 1992, Januário Pereira de Araújo, João Cândido da Câmara, Marcelino Pires e Weimar Gonçalves Torres. Para o governo municipal, eram todos homens resolutos e verdadeiros exemplos de inspiração. Um par cada momento da História da cidade: Januário e João, para o período do desbravamento na passagem do século XIX para o XX; Marcelino Pires nos anos 1910 pela fundação do Patrimônio, e Weimar depois de 1950, pela propriedade do jornal e pela representatividade política.

Todos os homens que ajudaram a construir Dourados deveriam se sentir contemplados através da homenagem a estes indivíduos. A seqüência cronológica de instalação dos monumentos também revelam que existia uma certa ordem de importância para isso. Primeiro Getúlio Vargas (criador da CAND), depois os escolhidos para simbolizar a luta, o progresso e o desenvolvimento da cidade (Januário, João, Marcelino e Weimar). Todos os migrantes tinham sido homenageados com a estátua do colono instalada em 1964. Quem não foi homenageado com estátua própria, o legislativo pegou o nome emprestado e batizou ruas públicas (c.F. Gressler, 1996). Estes monumentos funcionam como lugares de apoio às memórias coletivas. Eles reafirmam e oficializam constantemente o pioneirismo dos homens aos quais é atribuído o progresso.

Todos eles procuram manter presente no imaginário coletivo as lembranças de um passado glorioso. As dificuldades por ventura encontradas serviram para atestar o caráter deles. Todos os douradenses, portanto, devem se orgulhar e se espelhar nestes homens, em suas idéias e ações. No conjunto, todos os olhares que representaram Dourados (religiosos, regionais, imprensa e governo municipal) sugerem a construção de uma unidade identitária.

Esses monumentos representam uma estratégia de operacionalização do multiculturalismo plural. Trata-se de uma manipulação do imaginário para vincular e afirmar o compromisso da administração vigente (1989/1992) com a história da cidade e seus pioneiros. Em 1990, foi publicado o álbum “Memória Fotográfica de Dourados”, de Regina Heloiza Targa Moreira. A pesquisa da autora foi realizado com respaldo acadêmico e publicada em conjunto, pelo município, pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, e pela Fundação Nacional de Arte – FUNARTE. O livro está

dividido em quatro partes, sendo a primeira atribuída ao Patrimônio de Dourados; a segunda aos primeiros anos do município com recorte temporal estabelecido de 1936 até 1940; a terceira discorre sobre a transformação do povoado em cidade e a quarta e última enfoca Dourados.

O livro de Moreira se insere naquilo que Le Goff chama de Documento/Monumento. Por meio de fotografias, ele reforça discursos oficiais acerca da homogeneização das diferenças e das construções e reconstruções pelas quais passaram a identidade douradense. O discurso acadêmico reconhece e reafirma as inúmeras invenções e reelaborações em torno dos aspectos que constroem a identidade, porém com a autoridade do discurso científico e acadêmico.

Ele reforça também, autoridade dos pioneiros e dos colonos, das datas e dos principais empreendimentos feitos por estes homens. Contribui para o entendimento da história de Dourados como gloriosa e corrobora com a vitória da civilização sobre a barbárie. No tocante à identidade, procura transmitir a sensação de cooperação entre os envolvidos na execução de um projeto de cidade próspera, rica e burguesa. Ao longo das páginas deste livro, percebe-se a intenção de conduzir o leitor a pensar no surgimento da cidade a partir da boa intenção dos pioneiros.

No conjunto, o álbum reafirma os mitos fundadores ao afirmar que Dourados foi e continuava ser formada por um povo trabalhador, honesto, religioso, empreendedor, dedicado, religioso, ordeiro, pacífico, progressista e nacionalista. Além disso, este livro funciona como um compêndio que arremata todos os olhares que representaram Dourados ao longo de sua existência.

A autora utilizou obras memorialistas, reportagens da imprensa, documentos e fotografias para construir uma linearidade para o desenvolvimento municipal. A iconografia utilizada permite o leitor sentir que está diante de um documento que atesta uma história de sucesso e boas intenções. Moreira, assim como os demais memorialistas, escreveu para guardar fatos e histórias para que não fossem esquecidos. Trata-se de uma *atualização* do passado, uma retomada de discursos representativos e fundantes.

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE DISCURSOS EMERGENTES

A proposta identitária oficializada é definitivamente homogeneizadora. Isto é, segundo Hall (2006, p. 50) um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. Estes sentidos estão contidos nas estórias que são contadas e nas imagens construídas de uma comunidade imaginada, no sentido de Benedict Anderson (1983). A identidade douradense é sustentada por imagens, histórias e estórias, eventos históricos, símbolos e rituais, ou seja, um conjunto de elementos que representam experiências partilhadas, perdas e triunfos (HALL, 2006, p.52), que compõem e dão sentido à essa “identidade douradense”.

Quando somado ao mito fundador, a narrativa da identidade douradense enfatiza as origens, estabelece continuidade e propõe intemporalidade. Para ela, não tem como negar esse sentimento de apego a terra, de amor à cidade e de valorização e respeito aos heróis escolhidos. Enquanto comunidade imaginada, esse discurso se constitui pelas memórias do passado, pelo desejo de viver em conjunto e pela perpetuação da herança. Foi em consequência das tentativas de perpetuar o discurso homogeneizador das diferenças, que a partir de 1980 alguns grupos sociais começam a requerer participação efetiva na história e conseqüentemente nessa “identidade douradense”.

Os índios, por exemplo, retornam à discussão querendo ser percebidos e rompem o silêncio sobre as relações entre eles e a comunidade. Gaúchos e japoneses se organizaram em centros culturais com a fundação do Centro de Tradições Gaúchos e do Clube Nipônico. Nordestinos e paraguaios seguiram o mesmo caminho ao criarem o Centro de Tradições Nordestinas e a Casa Paraguaia. Diante disso, o imaginário coletivo passou a ser constantemente manipulado e modificado para tentar contemplar as diferenças culturais existentes.

Segundo Amarilha (1997), os paraguaios, no final dos 1980 criaram a Casa Paraguaia porque sentiram que seus descendentes aqui radicados assimilaram a *cultural local* e perderam suas características iniciais. A Casa Paraguaia, segundo o mesmo autor tinha como objetivo unir os descendentes paraguaios e simpatizantes para juntos ocuparem seu espaço perante a sociedade. A intenção não era desprestigiar a *cultura local*, mas sim intercambiar com ela para que todos fossem reconhecidos como iguais independente das origens. Embora sejam afirmações um pouco confusas teoricamente,

pois como reconhecer igualdade no que é originalmente diferente? O que nos serve é que nasce um discurso atrelado a um movimento de fixação da cultura paraguaia. É uma proliferação subalterna da diferença, como afirmou Hall (2003). Amarilha (1997, p. 16), afirma que não era objetivo da Casa Paraguaia *medir forças, mas somá-las, por que somos “a semente de um povo”*. Para o município, instituir a diferença no corpo social oficializado reafirmando suas características culturais, através da difusão das comidas típicas, músicas, danças, costumes, crenças e idioma (guarani e espanhol), poderia desorganizar o múltiplo e abrir precedentes para outras culturas se manifestarem, contestando a homogeneização almejada.

O Clube Nipônico de Dourados possui um significado diferente, ele era bem visto pelo governo municipal. Interesses econômicos levaram o município a administrar esta diferença e a considerar os japoneses como parceiros a partir do reconhecimento da participação deles na história da agricultura douradense, conseqüentemente no desenvolvimento da cidade.

A agência de comunicação oficial de Dourados publicou, também no final dos anos 1980, reportagens alusivas e em agradecimento aos nipônicos. Oportunamente quando o vice-governador era japonês (George Takimoto) e por ocasião da visita do cônsul do Japão no Brasil a Dourados.

O prefeito Luiz Antônio, discursou em 16 de maio de 1988, dizendo que era portador do reconhecimento do povo de Dourados para com os japoneses. Os japoneses, por sua vez, reiteraram o apoio ao mandato homenageando o prefeito com uma placa entregue pelo presidente do Clube Nipônico. Dessa relação surgiram projetos de cooperação técnica pró agricultura, ações da Secretaria de Promoção Social na assistência de novos imigrantes japoneses como o albergue para abrigá-los até se alocarem definitivamente em Dourados. O vereador João Vasconcelos propôs, ao legislativo, a instalação de um busto para homenagear a comunidade nipo-brasileira douradense.

O fato de existir um clube organizado significa que a cultura japonesa se impunha enquanto diferença e procurou manter suas tradições nesse círculo privado. No final dos anos 1980, porém, decidiram romper este círculo e torná-lo público, desconstruindo a identidade unificada dos douradenses. Os paraguaios para tornar explícita as diferenças culturais, organizaram diversos bailes pelos clubes da cidade com o grupo Los Tammy, de Pedro Juan Caballero; Fizeram a Noite da Seresta, jantares dançantes com comidas e músicas típicas; participaram da Festa Junina tradicional em Dourados; desfilaram seus

trajes típicos em um concurso; organizaram a Festa do Folclore e criaram uma biblioteca com livros em espanhol e guarani para atender a comunidade. E de tanto insistir, em 1998, veio o reconhecimento, a Praça Paraguaia. Um espaço de manifestações culturais e religiosas para os paraguaios.

A articulação com os japoneses e as evidências de que os paraguaios encontraram resistência, nos incita a retomar Stuart Hall e os multiculturalismos. Neste caso o multiculturalismo aplicado foi o liberal, aquele que administra as diferenças a partir do grupo majoritário e que só permite práticas culturais distintas no domínio privado. Os japoneses foram aceitos nesse *mainstream* porque se envolveram com a agricultura e a prestação de serviços, um desejo e uma carência da cidade, ou seja, eles eram imprescindíveis. Economicamente passou a ser interessante possuir uma grande colônia japonesa, sobretudo depois do estreitamento das relações com o consulado. Essa política de assimilação e tolerância foi prática comum tanto para a imprensa quanto para o discurso oficial(izado). Cada vez que uma solicitação de reconhecimento das diferenças aparecia, a estratégia era classificar, enquadrar e manipular.

Os anos 1980 também foi palco de inúmeros conflitos envolvendo fazendeiros e a populações indígenas. Esses conflitos aconteceram porque os índios romperam o silêncio a eles imposto e passaram a denunciar o descaso do município para com eles. A desestruturação do território, o choque cultural duplo, num primeiro momento por conta do contato e da vivência próxima com a sociedade não-índia; e num segundo instante pela introdução dos Terena. A história dos índios Guarani e Terena existentes em Dourados é marcada por assassinatos, suicídios, fome, desnutrição, enfermidades, confinamento, e insalubridade. Houve conflitos ideológicos e físicos. Tudo isso provocado por um governo ausente e omissos e uma sociedade agrícola excludente.

Procurando minimizar a situação conflitante, a imprensa mais uma vez aparece como formadora de opinião e estratégias de ação diante do coletivo, do plural. O jornal *O Progresso* é o mais antigo de Mato Grosso do Sul em circulação ininterrupta (SCHWENGBER, 2005), e por isso ele representa para a década de 1980 um importante discurso homogeneizador quando a situação dos índios passou a ser inquietante.

Silva (2007) em “As Representação dos Kaiowá-Nandeva no jornal *O Progresso* na década de 1980”, faz considerações interessantes sobre as imagens produzidas sobre eles. Segundo o autor fica claro que durante o período analisado a questão indígena oscilou entre o silêncio, num primeiro momento, e a entrada na pauta num outro. Para nós, é significativo o segundo momento, o da entrada dos índios na pauta de discussão.

O jornal tratou os índios a partir de dois exemplos etnicamente distintos e historicamente opostos, Ramão Machado e Marçal de Souza. A onda de violência verificada na Reserva Indígena, fez com que a figura do capitão Ramão Machado sobressaísse sobre os demais na resolução dos conflitos (SILVA, 2007, p. 38). Porém eles eram muitos e o capitão passou a utilizar a mesma violência como forma de coerção.

Enquanto isso, sem esquecer dos problemas relacionados à terra Marçal de Souza passou a denunciar também esta violência aplicada aos índios. Famoso internacionalmente por seu discurso de fortalecimento dos povos indígenas, seu assassinato no final dos anos 1980, era uma boa matéria e despertava a atenção dos leitores e o veículo diário passou a publicar com mais frequência reportagens que denunciavam os problemas existentes na Reserva. Segundo Silva (2007), o jornal *O Progresso* criou a representação do índio mal (Ramão Machado) e do índio bom (Marçal de Souza). Os conflitos e a morte de Marçal, marcam a entrada dos índios na pauta de discussão da imprensa douradense.

A região de Dourados é a mais urbanizada e populosa de Mato Grosso do Sul e possui diferenciação em seus extratos sociais e uma densa história política, onde o trabalhismo nasceu com força junto à CAND e permaneceu com os herdeiros da colônia (SCHWENGBER, 2005). Tudo isso significa que havia um discurso homogeneizador e que ele passou a ser questionado.

Em suma, apesar das identificações assertativas, as culturas de origem permanecem fortes, embora não sejam a única fonte de identificação. Como sujeitos de diásporas, suas identidade tornam-se deslocadas e vivem em trânsito. Para Hall, na situação de diáspora as identidades sempre se tornam múltiplas e conflituosas (Hall, 2003, p. 26/27). Ou seja, as identidades tornaram-se cada vez mais provisórias, fluídas, contingentes e plurais, evidenciando que pluralidade e identidade não são excludentes.

As construções e reconstruções identitárias revelam uma gama variada de possibilidades dentro de um mesmo grupo ou a um indivíduo. Identidades étnicas, profissionais, sexuais, regionais e nacionais emergem como construções fluídas, que se constroem e reconstroem por meio de processos de apropriações, ressignificações culturais nas interações ente grupos e indivíduos. Assim, as identidades são continuamente reinventadas e reinvestidas de significados e sentidos. Ser japonês, douradense e heterossexual, por exemplo, são possibilidades que os indivíduos negociam nas suas experiências cotidianas. A emergência destes discursos

contestatórios possibilitou constantes reivindicações de pertencimentos e demandou o reforço da multiculturalidade.

3.2 REFORÇO DO MULTICULTURAL

A dinâmica cambiante que as identidades assumem na atualidade, incentiva investimentos públicos e privados na ressignificação do passado, na retomada de discursos fundadores. A manipulação do imaginário coletivo com a construção de monumentos ou lugares de apoio às memórias é eficiente para a legitimação política. Em 2008, a Prefeitura Municipal de Dourados por meio da Fundação Cultural e de Esportes, com recursos do Fundo de investimento à Produção Artística e Cultural financiou o documentário *Dourados terra de todos nós* que, reforçou o discurso da multiculturalidade construído no final dos anos 1990.

O documentário tem aproximadamente cinco minutos e foi baseado na obra de Jorge Furtado, Ilha das Flores. Na narrativa, a feira livre é utilizada como ponto de encontro das várias manifestações étnicas e culturais existente em Dourados. A partir dos alimentos vendidos pelos feirantes o vídeo discute a multiculturalidade: uma feirante compra erva para tereré na barraca de um japonês, sushi na banca de um libanês e um quibe da estufa de salgados de uma paraguaia. No texto falado, há a afirmação de que: “os douradenses se distinguem dos demais seres humanos por terem nascido em Dourados”, mesmo embora “existirem outros seres humanos que nasceram em outros lugares, mas também se consideram douradenses”. O texto também informa que isso ocorre “porque as pessoas aderem aos mesmos costumes, frequentam os mesmos lugares e estão sujeitas às mesmas informações de quem é nascido aqui, portanto, também são douradenses”. No final define que “douradense é todo aquele nasceu em Dourados, veio para Dourados ou simplesmente ama Dourados”.

Enquanto termo qualitativo, conforme Hall (2003) afirmou, o multicultural, procura reter algo da identidade “original” (HALL, 2003), que neste caso é a multiculturalidade. Para administrar as diferenças, a imprensa, os memorialistas e o governo municipal, constroem narrativas com o intuito de unificar o sentimento dos cidadãos, homogeneizar seus pertencimentos.

Há uma necessidade constante de gerenciar o plural, o múltiplo a partir de um ponto comum. Dourados, para estes discursos, é a terra de todos os povos, um lugar onde todos são bem-vindos, pois, aqui convivem de forma amistosa e feliz, e tem oportunidades iguais para progredir. Uma *terra dourada*, a nova Canaan. Nesse discurso, diluíam-se, as heterogeneidades, os silêncios, os conflitos e as exclusões. A tentativa de unificação identitária calcada no amor pela terra, no progresso, no

desenvolvimento, no trabalho, na honestidade e na coexistência pacífica, escamoteia as diferenças e os conflitos existentes.

Posto à prova essa unificação, o discurso da *identidade douradense* e sobre ela, precisou encontrar uma estratégia para continuar a existir, reconhecer esta pluralidade, e administrá-la. Reconhecer a heterogeneidade é mexer na estrutura de tudo o que fora construído até aqui. Significava questionar a *catolicidade*, a *honestidade*, a *igualdade social* da população, ao mesmo tempo em que revela mazelas de um passado violento que para atingir seu objetivo de progresso, valeu-se muitas vezes, da subjugação dessas culturas e diferenças.

A frente do discurso oficial, o da prefeitura, Braz Melo construiu, em 1992 o Monumento aos Colonos, situado na Avenida Marcelino Pires, saída para Campo Grande, próximo aos bairros Santa Maria e Parque das Nações. Trata-se de uma construção de concreto, onde se vê braços e mãos simbolizando o trabalho dos colonos da CAND.



FIGURA 8: Monumento aos Colonos
Fotos: Goldemberg Fonseca – set. de 2007 e Homero Torres - maio de 2008

Ao redor desses braços, na base do monumento, estão canteiros de flores que representam as cidades que surgiram a partir do desmembramento da Colônia Agrícola

Nacional de Dourados. A construção deste monumento foi alvo de críticas e caiu no populacho sob o vulgo de *mão do Braz*. Alvo de críticas, tanto no valor da obra quanto em sua eficácia, a população passou a tratá-lo com deboche, pois na Praça Antônio João já tinha uma estátua em homenagem aos colonos desde a década de 1960. Era redundante, era insistir no óbvio. Sem muita eficiência, com mais recusa do que aceitação, este monumento não deu conta de contemplar a situação multicultural, ou seja, comungava com o discurso homogeneizador e não reconhecia de modo explícito, as diferentes culturas e costumes existentes na cidade.

Ao longo dos anos 1990, Clube Nipônico, Centro de Tradições Gaúchas, Casa Nordestina, Casa e Praça Paraguaia e a comunidade Indígena, evidentemente que nem sempre de modo amistoso, continuaram reafirmando suas diferenças, exigindo seu reconhecimento e inclusão nessa história e construção indentitária. A existência dessas culturas e costumes passou a ser mais divulgada e vivenciada em lugares específicos, onde pares costumam se encontrar por condição de origem ou afinidade cultural.

Os japoneses realizam anualmente o *Japão Fest* e o *Bom Odori*. Os nordestinos, o *Festival da Carne de Sol*, os gaúchos a *Semana Farroupilha*, os paraguaios na mesma linha realizam festivais, bailes, jantares e apresentações de grupos folclóricos. Os índios comemoram o 19 de abril com festa e atividades dentro e fora da comunidade; fazem o *batismo do milho* depois da colheita; realizam *Aty Guassu* – o grande encontro, em guarani, uma assembléia geral de todas as aldeias e desfilam os trajes típicos e a beleza dos traços físicos da cultura no concurso de *Miss Indígena*.

Todas essas manifestações são decorrências de sentimentos de necessidade de auto-afirmação e de auto-valorização. Elas significam que estes grupos não estão mais dispostos a serem homogeneizados. Na medida em que esse discurso foi engrossando, e essas práticas se tornaram *tradições* em Dourados, não houve outro jeito a não ser tentar reconhecê-las. Muitas delas foram colocadas no calendário cultural oficial do município, outras são amplamente divulgadas pela imprensa que procura motivar a população a comparecer.

Após 1999, com a administração de Laerte Tetila do Partido dos Trabalhadores – PT investiu na ornamentação das rotatórias onde estão fixados os bustos e estátuas que homenageiam os *homens de bem*. Fez jardins para decorar e cuidou da manutenção. Nas rotatórias vazias, onde havia espaço para novos monumentos, esta administração colocou réplicas de animais, e vasos de cerâmica. Os animais vinculariam a cidade à política estadual de valorização do Pantanal, num momento em que o governo do

Estado pertencia ao mesmo partido e propunha a troca do nome do Estado de Mato Grosso do Sul para Estado do Pantanal. Os vasos de cerâmica, por sua vez, que não são das etnias da reserva de Dourados, representariam as comunidades indígenas.



FIGURA 9: Réplicas de animais da fauna pantaneira e vaso de cerâmica com pintura tribal
Foto: Homero Torres - Maio de 2008

A não aceitação dessa ornamentação culminou com o ataque. As capivaras sofreram depredações e foram roubadas. Os artistas plásticos, arte educadores e intelectuais criticaram esses ornamentos por não se identificarem com essas referências que estariam mais próximas do Pantanal do que de Dourados. Outra tentativa frustrada foi a homenagem ao ervateiro ou *minero* que além de ter sido colocada no cruzamento das avenidas Marcelino Pires e Presidente Vargas, local desfavorável ao monumento, foi considerada de pouco valor artístico e desconectada da real imagem de um ervateiro. Como referência passou a ser denominada de “João Grandão” fazendo referência ao deputado federal do PT.

O financiamento pela prefeitura municipal do documentário *Dourados - terra de todos os povos*, procurava valorizar as diferenças culturais de Dourados. Porém, esse também não fugiu do discurso unificador, ao afirmar que Dourados é a terra de todos os povos, resultado de um encontro amistoso, feliz e sem conflitos. Na contemporaneidade emergem novas identidades: pecuaristas, agricultores, agropecuaristas, médicos, comerciantes, comerciários, bancários, jornalistas, gaúchos, nordestinos, paraguaios, japoneses, árabes, negros, gays, lésbicas, travestis, mulheres, entre outras.

Foi tentando atingir todos esses grupos sociais com o objetivo de fazê-los se sentirem pertencidos ao município, que o governo do Partido dos Trabalhadores se sustentou por oito anos à frente da administração pública. Durante oito anos de mandato viu-se florescer as discussões sobre a restauração da Usina Filinto Muller, a Usina

Velha, a reestruturação do Museu Histórico, a valorização do trabalhador dos ervais - o *minero* e suposta existência de comunidades quilombolas. Houve a reforma da Avenida Toshinobu Katayama, a rua que representa e homenageia a comunidade japonesa de Dourados; o apoio para a criação da Associação de Gays Lésbicas e Transgêneros de Dourados – AGLTD, e para a Secretaria de Assuntos Indígenas.

O reforço do multicultural tem sido a proposta atual e a tendência é que seja continuada. Atualmente as identidades únicas não funcionam mais. Numa era em que somos constantemente requisitados por pertencimentos múltiplos, tem que se falar em *identificação*, não em identidade. Identificação sugere trânsito, mudança, movimento, é a conjugação do *estar* e não do *ser*.

Ainda falta reconhecer dignamente as populações indígenas, elas sempre foram tratadas como ações de segunda ordem, e por isso enfrentam ainda, falta de água, de comida, de assistência médica; sofrem preconceito e continuam sendo obrigadas a pedir de porta em porta, utilizando a mesma expressão que inspirou o poeta Emmanuel Marinho a retratar a marginalidade da presença indígena na sociedade: *tem pão velho?*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente afirma-se que a identidade douradense é a multiculturalidade. Uma afirmação problemática, conforme procuramos demonstrar ao longo deste trabalho. Ela só se sustenta teoricamente quando interrogada e compreendida como uma construção simbólica ou uma comunidade imaginada. Em ambos os casos a proposta é a unificação dos pertencimentos coletivos por meio das memórias, da história, dos símbolos, dos heróis e dos mitos. É esse conjunto de representações simbólicas que dá origem a formulações de identidades. Neste sentido, foi construída uma identidade para os douradenses que procurou homogeneizar as diferenças por meio do discurso do progresso e da civilização.

A construção de uma identidade para os douradenses remonta ao início dos anos 1920, no qual as características regionais verificadas não contribuía para a superação dos estigmas atribuídos ao antigo Mato Grosso (atraso religioso, econômico e político; população inculta, analfabeta, indolente, miscigenada e pobre; situação fronteiriça; existência de populações indígenas e violência). No momento em que as elites cuiabanas propuseram uma identidade para todos os mato-grossenses, discursos emanados do interior do estado ressignificaram esta identidade com o objetivo de diferenciar o sul do norte.

Para atingir este objetivo, no extremo sul, em Ponta Porã a imprensa passou a publicar reportagens que enalteciam as qualidades da região para se contrapor a realidade fronteiriça e sertaneja. As qualidades do Distrito de Dourados foram descritas por Rangel Torres em quatro reportagens publicadas pelo jornal *O Progresso*, em 1921. Elas descrevem uma cidade promissora, com clima agradável, solo fértil, e gente disposta a progredir, uma imagem oposta a da *fronteira sertão*. Progresso que viria da união de todos em busca de melhores condições sociais, econômicas e políticas. Essas reportagens constituem-se no mito fundador da identidade construída para os douradenses.

Com a emancipação política ocorrida em 1935, mudanças estruturais foram executadas pelo governo municipal para dar ao povoado características de cidade no mesmo instante em que o governo federal procurava integrar o interior do país com o litoral, onde estavam localizados os principais centros políticos e econômicos. Por uma

intervenção direta, Getúlio Vargas, depois de criar o Território Federal de Ponta Porã criou, também, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Com a CAND, a vinculação com a política nacional se fortaleceu e os douradenses foram representados como brasileiros autênticos.

Superar as características da fronteira sertão exigiu esforços da imprensa, sobretudo, depois da chegada de milhares de indivíduos para trabalhar nos lotes da colônia. O jornal *O Douradense* que circulou na cidade entre os anos de 1948 e 1951, por meio de dezesseis reportagens procurou legitimar o discurso de Rangel Torres, disponibilizando, a partir da nova realidade, laços de solidariedade para unificar a memória social da cidade. O trabalho árduo dos colonos que desbravaram a mata semi-tocada e construíram a cidade e a bravura de quem resistiu deveriam ser reconhecidos por todos. A valorização do pioneirismo em reconhecimento aos homens de bem, foi horizontalizada, destaca-se entre os pioneiros, Marcelino Pires.

O mito fundador e o pioneirismo difundido pela imprensa adentraram os anos 1950 para conduzir o múltiplo a uma direção específica, com um objetivo bem estabelecido, novamente, progresso e civilização. Alcançar estes objetivos significava alfabetizar a população, reformar seu caráter e seus hábitos e mantê-la unificada a partir de elementos comuns que não fossem suas origens étnicas ou culturais. Uma missão difícil diante de uma cidade heterogênea. Para homogeneizar o pertencimento coletivo a imprensa procurou despertar sentimentos de amor a terra e apego a cidade e vinculá-los ao sucesso dos indivíduos, de modo que só quem amasse Dourados e trabalhasse por ela seria bem sucedido.

Para garantir que amor pela terra e o trabalho pelo progresso fossem incutidos na população exemplos foram disponibilizados: o tenente Antônio João que defendeu com a própria vida o território brasileiro da invasão paraguaia foi adotado como douradense; o pioneiro Marcelino Pires a quem é atribuída a fundação da cidade foi constantemente lembrado; e os desbravadores representados por uma estátua na praça central foram exemplos edificantes, pontos de identificação coletiva. Acontece que as transformações eram muitas e constantes. Contribuíam para a pluralidade douradense, índios, paraguaios, japoneses, sírios, libaneses, gaúchos, nordestinos e muitos outros, de modo que unificar tradições tão distintas exigia mais que exemplos edificantes.

Diante da situação multicultural, recontar a história da formação da cidade valorizando personagens, datas e fatos, foi o primeiro passo para estabelecer, de fato, o conjunto de representações simbólicas que compõem a identidade construída para os

douradenses. A História Oficial de Dourados foi construída a partir do discurso memorialista de Ercília Pompeu, que legitimava as memórias coletivas e individuais selecionadas a partir da posição social ocupada pela autora. Do lugar social onde ela se encontrava o passado foi retomado e reconstruído como uma história de sucesso.

Como toda construção identitária sugere continuidade, o discurso de Ercília Pompeu oficializado em 1965, estabeleceu uma ligação entre o passado e o presente ao reproduzir o discurso fundante de Rangel Torres e valorizar os elementos disponibilizados pela imprensa. A proposta continuava sendo unificar. Para tanto não se falava sobre diferenças, pelo contrário, a História Oficial aplicou sobre elas multiculturalismos a fim de homogeneizá-las e integrá-las, de forma corporativista e liberal conforme as premissas de Stuart Hall (2002). Nessa aplicação foram escamoteadas as origens étnico-culturais dos douradenses.

Os símbolos que compõem as armas municipais corroboram o discurso homogeneizador. Brasão, Hino e bandeira, foram criados, na década de 1970, para representar uma cidade pacífica, próspera, hospitaleira, rica e ordeira. Eles são representações de uma realidade almejada e foram divulgados amplamente nas escolas, nas cerimônias oficiais, em datas comemorativas ou eventos cívicos. Assim como a história oficializada, estes símbolos não se referem às diferenças tradições que existem em Dourados, o objetivo deles é fortalecer a coesão social.

Quando se pensa na identidade douradense deve-se, então, considerar que trata-se de uma construção simbólica feita pela imprensa, pelos memorialistas e pelo governo municipal. Uma proposta homogeneizadora, que tinha como objetivo organizar e gerenciar a coletividade para que o progresso e a civilização se consolidassem. O pioneirismo e o mito fundador prepararam a população para tornar eficiente a aplicação dos símbolos (história, hino, brasão e bandeira) que representaram o douradense como honesto, trabalhador, alfabetizado, católico, e cidade como próspera, rica, hospitaleira e pacífica. Esta construção propôs que as diferenças culturais fossem substituídas por estas representações. Não era interessante valorizar a multiculturalidade.

Nos anos 1980, porém, este discurso começa a ser ineficiente, japoneses, paraguaios, gaúchos, nordestinos e índios, solicitaram o reconhecimento público de suas diferenças culturais, contestando o silêncio que lhes fora imposto. O governo municipal investiu na instalação de monumentos para, mais uma vez, tentar homogeneizar a população. Instalados nas rotatórias da cidade, eles não alcançaram o objetivo proposto, e as várias culturas existentes em Dourados se organizaram em clubes e associações

para vivenciar e divulgar suas origens. O caso mais complicado é o das populações indígenas. Durante esta mesma década, os problemas da reserva se acentuaram de forma que a violência verificada entre os índios era reflexo da formação histórica da cidade.

Ao contrário de outras culturas, ou seja, sem reconhecimento público do governo municipal, os índios só fizeram parte do discurso da imprensa, e mesmo assim, só a partir do momento em que passaram a dar *ibope*. Foi só depois do prestígio adquirido por Marçal de Souza na luta pela retomada dos territórios tradicionais e pelas denúncias de tortura e opressão interétnica na reserva é que eles foram ouvidos pela imprensa. O governo municipal, tentando se fazer presente, apoiou inúmeros projetos estaduais e federais para integrá-los. Uma sucessão de erros teve início em consequência de posturas etnocêntricas, julgamentos de valor e projetos inacabados.

Dos anos 1980 para cá, as manifestações culturais que procuram demarcar as diferenças entre os povos ganharam força. As desconstruções identitárias provocadas pela pós-modernidade reafirmam que Dourados é multicultural, e sendo assim, projetos homogeneizadores não funcionam mais. O desafio está em garantir constantes solicitações de identificação com as culturas existentes sem tentar unificá-las. Tentar estabelecer pontos de identificação coletiva pode ser frustrante, principalmente para uma cidade que se apresenta como universitária e continua atraindo pessoas de todas as regiões do país; para a maioria dos estudantes o vínculo com a cidade tem prazo de validade.

Por fim, consideramos que procurar uma identidade para os douradenses é insistir na tentativa de unificar o múltiplo, homogeneizar a heterogeneidade. A unificação construída só faz sentido para o período em que ela era eficiente. Hoje, a proliferação da diferença é que está em voga. Nesse sentido ainda há muito que se considerar sobre Dourados e os douradenses. Este trabalho não pretende ser absolutamente conclusivo ou taxativo, ele simplesmente quer suscitar reflexões sobre as construções que deram origem a discursos que procuram subjugar as diferenças culturais. Uma reflexão oportuna para o momento que a cidade vive: conflitos entre fazendeiros e índios pela demarcação de terras; consolidação de uma nova administração; discussão sobre a existência de comunidades quilombolas; reconhecimento de gays e lésbicas enquanto organização civil e manipulação do imaginário coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Silvana de. *Ocupação, racionalização e consolidação do Centro-oeste brasileiro: o espaço matogrossense e a integração nacional*. In: MARIN & VASCONCELOS (org.). História, Região e Identidades. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.

ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2001.

AMADO, Janaína. *Região, Sertão e Nação*. Estudos Históricos, n.º 15. Rio de Janeiro, FGV, 1995.

AMARILHA, Carlos Magno Mieires. *A casa paraguaia de Dourados (1991-1993)*. Dourados: 1997. Digitado.

ARAKAKI, Suzana. *Dourados: memórias e representações de 1964*. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: UFMS, 2003.

BELLAMY, Richard. *Liberalismo e sociedade moderna*. São Paulo: UNESP, 1994.

BARROS, Carlos Gonçalves. *Migrantes da fé: contribuição ao estudo do protestantismo em Mato Grosso*. Dourados: 2009. Digitado.

BETONI, Walteir Luiz. *Dourados: entre a memória e a história*. Dissertação de Mestrado. Dourados: UFMS, 2002.

BOSCO, Maria Goretti Dal. *Viajantes da ilusão: os pioneiros*. Dourados, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região*. Lisboa: Difel, 1989.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2003.

CAPILÉ JÚNIOR, João A. *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Dourados*. Dourados, 1948.

CARMELO, Armando da Silva. *Dourados, terra prometida*. Dourados, 1973.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARVALHAL, Juliana Pinto. *Maurice Halbwachs e a questão da Memória*. Revista Espaço Acadêmico – n. 56 – Janeiro/2006 – Mensal.

CAPILÉ JÚNIOR, João A. *Monografia Histórico-Corográfica do Município de Dourados*. Dourados, 1948.

- CHARTIER, Roger. História Cultural: práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. Brasil – mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- ELIAS, Norbert. O Processo civilizador: uma história dos costumes. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GALETTI, Lylia S. G. Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre o Mato Grosso. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo: 2000.
- GRESSLER, Lori Alice. Memória de Dourados – ruas, edifícios e logradouros públicos. Dourados, 1996.
- GRUENBERG, F. P. & AOKI, Celso. Informações básicas sobre temas fundiários para os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul. Ponta Porã: 2007.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. Da Diáspora. São Paulo: EDUSP, 2003.
- INAGAKI, Edna Mitsue. Dourádossu: caminhos e cotidiano dos nikkeis em Dourados (décadas de 1940, 1950 e 1960). Dissertação (Mestrado em História). Dourados: UFMS, 2002.
- LENHARO, Alcir. Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Campinas: Unicamp, 1986.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Unicamp, 1996.
- LIMA, Astúrio Monteiro de. Mato Grosso de outros tempos – pioneiros e heróis. São Paulo: Ed. SOMA, 1978.
- LIPPI, Lúcia. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Vol. V (Suplemento) 195-215. São Paulo, 1998.
- LORO, T. Valle de & FERREIRA, A. R. de A. Manifestações literárias em Dourados. Rio de Janeiro: Ed. Presença/FUNCED, 1985.
- KNOB, Pedro. A Missão Franciscana do Mato Grosso. Campo Grande: 1988.
- MARIN, Jéri Roberto. Recristianização dos sertões mato-grossenses: a visita pastoral de D. Carlos Luiz D’amour ao sul da diocese de Cuiabá, 1886. In: MARIN & VASCONCELOS (org.). História, Região e Identidades. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.

MARIN, Jéri Roberto. Fronteiros e Fronteiriços: os intercâmbios culturais e a nacionalização da fronteira no sul do Estado de Mato Grosso. *Fronteiras: revista de História* v. 4/5, n. 7/9. Campo Grande: UFMS, 2000/2001.

MOREIRA, Regina Heloísa Targa. *Memória Fotográfica de Dourados*. Dourados, 1990.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fronteira: espaço de referência identitária? *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 1, n. 2, dez/2007, p. 27-41.

MEDEIROS, Joana Prado. O eldorado de Dourados: a colônia dos Naianos e a Colônia Café Porã (1950 a 1960). Dissertação (Mestrado em História). Dourados: UFMS, 2001.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. “Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto”: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960). Dissertação (Mestrado em História). Dourados: UFGD, 2007.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fronteira: espaço de referência identitária? *Ateliê Geográfico*. Goiânia, v. 1, n.2. Dez. 2007. P. 27-41.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. A Política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945). 1999. Dissertação (Mestrado em História) – FCL/UNESP, Assis.

OLIVEIRA, João Pacheco de & FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

POMPEU, Ercília de Oliveira. *Monografia do município de Dourados*. Dourados, 1965. Texto mimeografado.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Temores e esperanças: O antigo sul de Mato Grosso e o Estado Nacional Brasileiro. In: MARIN & VASCONCELOS (org.). História, Região e Identidades. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Divisionismo e “identidade” mato-grossense e sul-mato-grossense: um breve ensaio. Dourados, 2005. 26 p. Digitado.

RACHI, Kiyoshi. De São Paulo para o Mato Grosso: a imigração japonesa na região de Dourados. In: MARIN & VASCONCELOS (org.). História, Região e Identidades. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.

SCHWENGBER, Isabela de Fátima. Representações do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul (1995-2000). Dissertação (Mestrado em História). Dourados: UFMS, 2005.

SILVA, Lélío Loureiro da. A representação dos Kaiowá-nandeva no jornal O Progresso. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: UFGD, 2007.

SILVA, José de Melo e. *Fronteiras Guaranis*. 2ª Ed. Campo Grande: IHGMT, 2003.

SOUZA, Roney Salina de. A imigração de sírios e libaneses no antigo Sul de Mato Grosso: o caso de Dourados (1914-1960). Dissertação (Mestrado em História). Dourados: UFGD. 2008.

SOUZA, José Carlos de. A identidade do imigrante paraguaio e de seus descendentes radicados em Dourados (1989-1999). Dissertação (Mestrado em História). Dourados: UFMS, 2001.

SOUZA, Rozemar Mattos. Dourados – seus pioneiros, sua história. Dourados: Gráfica Stillus, 2003.

SQUINELLO, Ana Paula. A Guerra do Paraguai, essa desconhecida. Ensino, memória e história de um conflito secular. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: UFMS, 2002.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 03-15.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

ZORZATO, Osvaldo. Conciliação e Identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983). 1988. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.

ZORZATO, Osvaldo. Alicerces da identidade mato-grossense. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, ano 161, p. 419-436, jul./set. 2000.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma questão teórica e cultural. In: HALL, Stuart. Identidade e Diferença. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

JORNAL O DOURADENSE. 16 Edições. Dourados: 1948-1951.

JORNAL O PROGRESSO. Décadas de 1960 e 1970. Dourados: 2009.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 25 de Agosto de 2009

MERCOLIS ALEXANDRE ERNANDES